



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 106

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 20 de abril de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Lubélio Mendonça*

SUMÁRIO

No prosseguimento da agenda, procedeu-se à apresentação do [Projeto de Resolução n.º 137/XII – “Plano de Valorização da Viola da Terra na Região Autónoma dos Açores”](#), uma iniciativa da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PS, tendo cabido a sua apresentação à Deputada Marta Matos.

Sobre a mesma intervieram os/as Deputados/as Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CH*), Gustavo Alves (*PPM*), bem como a Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Seguidamente, passou-se ao Relatório e parecer sobre pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Emanuel Rego Silva possa prestar depoimento na qualidade de testemunha, o qual foi aprovado por unanimidade.

O ponto 9 reportou-se à [Petição n.º 49/XII – “Moratória à mineração no mar dos Açores”](#) apresentada por Ana Catarina Pateiro Matias na qualidade de primeira subscritora, cuja leitura coube à relatora da Comissão respetiva, Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*). Sobre a mesma pronunciaram-se, também, os seguintes Deputados/as:

Vera Pires (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Salomé Matos (*PSD*), Nuno Barata (*IL*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Constituiu o ponto 10 da agenda o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 155/XII – “Defesa dos oceanos e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e constituição de áreas marinhas protegidas”](#), apresentado conjuntamente pelo Grupo Parlamentar do BE e pela Representação Parlamentar do PAN.

[Procedeu à apresentação desta iniciativa conjunta, a Deputada Vera Pires \(BE\)](#), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Tendo sido este Pedido de Urgência aprovado, passou-se de imediato à discussão do [Projeto de Resolução n.º 155/XII – “Defesa dos oceanos e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e constituição de áreas marinhas protegidas”](#), iniciativa conjunta do Grupo Parlamentar do BE e Representação Parlamentar do PAN.

[Proferiu intervenção escrita o Deputado Pedro Neves \(PAN\)](#), tendo-lhe seguido os/as Deputados/as Vera Pires (*BE*), Mário Tomé (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Salomé Matos (*PSD*), Joana Pombo Tavares (*PS*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), José Pacheco (*CH*), Ana Luis (*PS*), bem como o Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel S. João*) e também o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

O Projeto de Resolução em causa foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os/as Deputados/as Vera Pires (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Salomé Matos (*PSD*).

As iniciativas que se seguiram, ou seja, do ponto 12 ao ponto 23, foram apresentadas e discutidas em conjunto, ocupando um tempo global definido em conferência de líderes.

Iniciou este debate o Deputado Francisco Coelho (PS), ao qual se seguiram os/as seguintes Deputados/as:

João Bruto da Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), António Lima (*BE*), José Contente (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Sabrina Furtado (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*), Ana Luís (*PS*), Flávio Soares (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), bem como o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Tendo sido feita a votação em separado, registou-se o seguinte resultado em cada uma delas conforme abaixo se transcreve:

12 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 17/XII – “Sexta alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu - Lei n.º 14/87, de 29 de abril, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/99, de 22 de junho, 1/2005, de 5 de janeiro, 1/2011, de 30 de novembro, 1/2014, de 9 de janeiro e 1/2022, de 4 de janeiro”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

13 - Anteproposta de Lei n.º 17/XII – “Sexta alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu - Lei n.º 14/87, de 29 de abril, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/99, de 22 de junho, 1/2005, de 5 de janeiro, 1/2011, de 30 de novembro, 1/2014, de 9 de janeiro e 1/2022, de 4 de janeiro”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por maioria.**

14 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 18/XII – “Oitava Alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, que regula o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

15 - Anteproposta de Lei n.º 18/XII – “Oitava Alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, que regula o financiamento dos partidos políticos e das

campanhas eleitorais”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

16 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 19/XII** – “Décima Primeira Alteração à Lei de Organização do Sistema Judiciário - reinstalação dos tribunais da relação dos Açores e da Madeira - Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

17 - **Anteproposta de Lei n.º 19/XII** – “Décima Primeira Alteração à Lei de Organização do Sistema Judiciário - reinstalação dos tribunais da relação dos Açores e da Madeira - Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

18 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 20/XII** – “Terceira Alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro - Regime do estado de sítio e do estado de emergência”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

19 - **Anteproposta de Lei n.º 20/XII** – “Terceira Alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro - Regime do estado de sítio e do estado de emergência”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

20 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 83/XII** – “Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores”, apresentado pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

21 - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 83/XII** – “Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores”,

apresentado pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por maioria.**

22 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 84/XII – “Regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA; **aprovado por unanimidade.**

Por iniciativa do Deputado Pedro Neves (*PAN*), foi solicitado à Mesa um intervalo regimental de 15 minutos, pelo que os trabalhos foram dados por concluídos nesta Sessão quando eram 19h50.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 10h03.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo.

Elisa Lima de Sousa.

Flávio da Silva Soares

Jaime Luis Melo Vieira

João Luis Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luis Carlos Correia Garcia

Luis Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Maria Salomé Dias de Matos

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputado Independente (Indep.)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberado na Conferência de Líderes esta manhã, vamos tratar de assuntos da nossa agenda. Vamos entrar, por isso, no ponto 7 da agenda - **Projeto de Resolução nº. 137/XII** – “Plano de Valorização da Viola da Terra na RAA”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para a sua apresentação tem a palavra Sra. Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Viola da Terra é o mais típico instrumento musical dos Açores. É símbolo e património identitário da Região.

Desconhecem-se as suas origens. Os primeiros registos da Viola da Terra remontam ao século XVIII, acreditando-se que terá descendido de uma viola comum que deu origem às várias violas de arame portuguesas. Trazida para os Açores pelos povoadores, adotou naturalmente características próprias do arquipélago e dos construtores locais que dela faziam a “Viola da Terra”.

Sobreviveu ao longo dos séculos pelas mãos do nosso povo, adquirindo uma forte importância social e cultural. Fazia parte do dote do noivo e era guardada, durante o dia, no quarto do casal sobre uma colcha axadrezada para, à noite, se assumir como elemento central dos serões, das festas e das cantorias.

Construída de forma artesanal, variando a sua qualidade consoante o domínio da técnica por parte de cada construtor, seguiu sempre os mesmos padrões de construção do corpo em forma de oito, tampo harmónico paralelo às costas, ilhargas, braço, cabeça onde se fixam as cravelhas e cordas de arame dispostas em ordens. Era essencialmente tocada pelos “mestres” e aprendida por observação e imitação.

No corpo da Viola figuraram desde sempre símbolos da identidade açoriana: os dois corações (o coração de quem parte emigrado e o coração de quem fica), a lágrima da Saudade, a Coroa do Espírito Santo, o Açor que terá dado nome ao Arquipélago... Suscetíveis de diferentes interpretações, é certo, o inegável é a forma como a Viola da Terra se afirma como expressão da nossa identidade.

De geração em geração, a Viola da Terra está nos sons das nossas nove ilhas. Está nas folgas e chamarritas, nas romarias e arraiais, nos bailes de roda, nos ranchos folclóricos e nas cantigas ao desafio. Está nas folias do Espírito Santo, nos Ranchos de Natal e nas danças de Carnaval. Está nas Velhas, nos Pezinhos, nas Sapateias, nas Auroras, nas Saudades.... Está na vivência e nas mais genuínas expressões culturais do ser Açoriano, mantendo, graças ao isolamento insular, a grande riqueza do seu repertório original.

É esta presença constante e esta relação tão intrínseca com quem somos enquanto povo que permitiu que a Viola da Terra sobrevivesse até aos nossos dias, mesmo quando ameaçada, nos anos cinquenta e sessenta, pela emigração,

pela guerra colonial e pelo desaparecimento de muitos dos seus mestres... e que continue a recriar-se!

Nas últimas décadas, assistimos a uma revitalização deste instrumento com o surgimento de novos intérpretes e intervenientes, de novos repertórios e abordagens, de sonoridades mais contemporâneas. Surgem também novos construtores e o aprimoramento, no plano visual e sonoro, das técnicas de construção deste instrumento, que permitem satisfazer as necessidades e solicitações dos próprios tocadores. Evoluímos de uma aprendizagem meramente empírica para um ensino técnico, metodológico e organizado, em contextos formais e não-formais, cativando alunos de todas as idades e géneros. Transpusemos fronteiras físicas, divulgando e mostrando a Viola da Terra ao mundo, nos media e nas plataformas digitais. E fizemo-lo respeitando as suas raízes e a sua identidade. Inovámos, projetámo-la no futuro, mas sem nunca desvalorizar ou desvirtuar a essência da Viola da Terra.

Os resultados e o mérito deste trabalho é dos músicos e dos artistas. É das associações culturais. Importa agora o seu reconhecimento e a sua valorização. Importa o apoio e o estímulo público à sua continuidade.

Em 2018, a MiratecArts, em parceria com a Associação de Juventude Viola da Terra e o Professor Rafael Carvalho, e com o apoio dos grupos Casa da Música da Candelária, Grupo de Tocadores de Violas de São Jorge, Associação de Músicos da Ilha Branca e a Sons do Terreiro - Associação Cultural declararam o dia 2 de outubro como o “Dia da Viola da Terra”, porque, nas suas palavras, “o dia da música não é só um e os dois corações devem correr todas as ilhas e terras das comunidades açorianas um dia do ano em seu nome.”

Desde 2019, este dia tem sido comemorado, mesmo com as necessárias adaptações em tempos de pandemia, com a organização de dezenas de eventos, concertos, palestras, sessões de sensibilização em escolas e museus,

exposições, envolvendo inúmeros tocadores de todas as nossas ilhas, num verdadeiro espírito de colaboração e partilha de saberes, com o intuito de mostrar o valor e garantir a perpetuidade da Viola da Terra. Falta, no entanto, o reconhecimento oficial deste dia na Região e é, nesse sentido, que o primeiro ponto resolutivo desta iniciativa propõe à Assembleia Legislativa Regional que declare o dia 2 de outubro como o “Dia da Viola da Terra”.

Mas falta também o reconhecimento e a classificação oficial do valor patrimonial da Viola da Terra, enquanto referência fundamental da nossa cultura, enquanto fator dinâmico da construção da nossa identidade individual e coletiva, enquanto instrumento artesanal único no património musical mundial, assegurando também, por via dessa classificação, a sua preservação. Recomendamos, por isso, ao Governo Regional que desenvolva todos os procedimentos necessários à classificação da Viola da Terra como Património Cultural Imaterial.

Falta, ainda, alicerçar, formalizar e articular em rede o trabalho até hoje desenvolvido. Há que garantir a continuidade das tarefas de investigação, recolha, registo e divulgação do legado da Viola da Terra, nomeadamente, através da digitalização e disponibilização de conteúdos. Importa investir na formação de alunos e de formadores, criando escolas de viola em todas as ilhas, articulando o ensino artístico com a educação extraescolar, uniformizando métodos de formação, criando uma carreira docente da disciplina. É crucial manter uma atividade constante, contínua e credível de iniciativas com e sobre a Viola da Terra, sensibilizando públicos e estimulando a interação entre os grupos e escolas das diferentes ilhas para que se partilhem conhecimentos, repertórios, técnicas, experiências.

É com esse propósito que recomendamos também ao Governo Regional que desenvolva os procedimentos necessários à implementação de um «Plano Regional para a Valorização da Viola da Terra», que tenha como principais

eixos A promoção, divulgação e criação cultural; A formação musical de alunos e formadores; A formação profissional na arte de construção e de restauro; A inventariação, recuperação, divulgação e disponibilização museológica e digital do acervo e património material existente e que esse Plano seja desenvolvido em parceria com as associações, sociedades recreativas, casas do povo, conservatórios, escolas, museus e outras entidades públicas e privadas do setor cultural, inclusive nas comunidades da diáspora açoriana.

De doze ou de quinze cordas (ou até dezoito); com tampo em forma de coração ou circular; com diferentes afinações; com cravelhas de madeira, de metal ou em leque; executada de modo ponteadado ou rasgado; com variações em cada ilha, em cada momento musical, em cada músico...a Viola é sempre da Terra! É a nossa Viola! E é nosso dever e responsabilidade acarinhar, valorizar e preservar a viola dos dois corações que, sempre que é tocada, toca nos corações de todos nós!

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Depois do culto ao Divino Espírito Santo, a viola da terra é seguramente um dos elementos identitários da nossa cultura mais antigos e comuns a todas as ilhas dos Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): *Coração partido*, Sr. Deputado.

O Orador: É, por isso, indissociável da Açorianidade onde quer que ela tenha expressão, aqui no meio do Atlântico, ou onde nos projetamos como povo nas nossas comunidades e no mundo.

A viola da terra, dizia, tem uma estrutura enquanto instrumento onde os seus elementos decorativos estão intimamente ligados ao fenómeno da imigração, um fenómeno secular como sabemos, e também à nossa mais profunda expressão religiosa: o culto ao Divino.

Não temos, no entanto, talvez a consciência - e é bom que tenhamos - que a viola da terra não é uma originalidade açoriana, no sentido estrito do termo. Antes, o resultado de uma evolução organológica que mesmo assim, a mantém próxima de outras violas de arame típicas, como é o caso da viola amarantina ou de Cabo Verde, todas elas também com a boca em forma de dois corações, com algumas variações ao nível das afinações e dos agrupamentos de cordas, por regra em “si”, com afinações - dizia também - com algumas variações de ilha para ilha, como acontece aqui no nosso arquipélago e também quanto a estas violas de arame citadas - a amarantina e a de Cabo Verde.

Digo isto necessariamente de uma forma muito resumida, até porque existe um grande acervo documental sobre a viola da terra, por exemplo, dos etnógrafos Francisco Carreiro da Costa, do Padre José Luiz Fraga, passando pelo Maestro Francisco Dias ou, mais recentemente, o *Manual de apoio ao estudo da Viola da Terra*, que é de 2005, de Ricardo Melo, ou ainda, curiosamente, o estudo de José Wellington Nascimento, um brasileiro que desenvolveu os seus estudos e dissertação de mestrado sobre a viola da terra na nossa universidade, o que dá também nota da universalidade e do interesse que este instrumento suscita, não só nos Açores, mas também naqueles que porventura são descendentes de açorianos, como é o caso do Mestre José Wellington do Nascimento.

Uma nota em jeito de rodapé neste introito, também para lembrar que nomes maiores da nossa cultura como Francisco Lacerda e Vitorino Nemésio, foram tocadores da viola da terra, desse modo, elevando-a ao ponto de erudição que é próprio da alma de um povo.

Assim, e quanto a esta Resolução, temos a dizer que remonta a 2018 o desafio feito por diversas entidades culturais, com a MiratecArts na liderança, o desafio para ser instituído o “Dia da viola da Terra dos Açores e Comunidades Açorianas”. E aqui lanço já o desafio ao autor da proposta, porque é o único que pode fazer uma alteração à Resolução, que a denominação do dia fosse exatamente, conforme na sua origem foi concebido e proposto, isto é, “Dia da viola da Terra dos Açores e Comunidades Açorianas”.

Apesar de não oficializado, o dia 2 de outubro tem sido assinalado, daí para cá, com um conjunto de iniciativas levadas a efeito, como deve ser, pelas instituições culturais do nosso arquipélago que mais se dedicam à manutenção e preservação do uso genuíno da viola da terra.

Relativamente a outros propósitos do autor da iniciativa, também nada temos a opor, embora seja bom aqui mencionar o quanto está a ser feito neste domínio, em concreto, quanto ao mapeamento dos construtores educadores de todas as ilhas e bem assim à recolha de toda a informação relevante para instruir o processo de candidatura da viola da terra a património cultural imaterial, cumprindo deste modo, um desígnio inscrito no programa do Governo da Coligação.

Deputado João Vasco Costa (PS): E o oboé das Ilhas Faroé?

O Orador: Este processo de candidatura é, como sabemos, demorado, que implica recursos técnicos nem sempre disponíveis e fáceis de congregar na Região, mas há um caminho que está a ser trilhado, e bem, com a colaboração determinante de diversas instituições culturais onde avulta, além da mencionada MiratecArts, a Associação de Juventude de Viola da Terra,

liderada por um dos grandes impulsionadores do ensino e divulgação da viola da terra, que é o músico e docente Rafael Carvalho, a quem prestamos também a nossa justa homenagem.

Disse.

Deputado João Vasco Costa (PS): E o resultado daquela moção da confiança?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A viola da terra é sem dúvida um elemento identitário da nossa cultura. O que se pretende, sem dúvida, é dignificar e potenciar a viola da terra como elemento agregador das nossas nove ilhas. E é esse trabalho e também compete-nos a nós termos contribuímos para isso e é nesse sentido que surge também esta iniciativa.

Relembrar aqui que já em 2016, exatamente com o sentido da importância da nossa Região poder ser até pioneira a nível nacional na lecionação oficial da viola da terra, foi aprovada nesta Casa por unanimidade uma iniciativa que previa a homologação no ensino secundário da viola da terra, exatamente no sentido da importância de valorizar, dinamizar e potenciar este instrumento tão nosso.

A verdade é que há um trabalho que é necessário e potenciar feito nos Açores, na diáspora, entre os Açores e a diáspora e esta nossa tradição, sem dúvida tem uma importância muito grande, quer a nível social quer a nível cultural. E este

símbolo tem sofrido, como até foi dito pela Deputado Marta Matos, diversos ciclos. Houve alturas em que na nossa Região a viola da terra quase que desapareceu. Atualmente vive um ciclo revitalizado, ativo e não podemos deixar, sem dúvida, de reconhecer que isso resulta do trabalho, empenho e dedicação de todos aqueles que são intervenientes e que têm este amor pela viola da terra, desde os construtores, aos músicos, tocadores, associações e entidades culturais. E, sem dúvida, por este trabalho é que hoje temos a viola da terra tão presente e tão ativa nas nossas novilhas e ainda bem que assim é.

Também perante a iniciativa em si, e os pontos resolutivos de uma forma mais concreta em relação à questão do dia 2 de outubro passar a ser oficialmente o “Dia da Viola da Terra”, devo dizer que em 2018, no âmbito da edição do Festival de Cordas, surgiu essa intenção, depois, com o conseqüente pedido de oficialização desse dia junto da Assembleia por via dos Deputados da ilha do Pico e desde 2019 que se tem comemorado esse dia 2 de outubro numa forma mais estruturada, sendo que o que é recomendado aqui é que seja oficializado esse dia 2 de outubro. Queria, por isso, ressaltar também essa questão e acho que deve ser tido em conta - até isso é mesmo mencionado nos pareceres - que é o de manter esse dia com a denominação com que tem sido comemorado até agora como o “Dia da Viola da Terra”, associado aos Açores e comunidades da diáspora. E acho que é pertinente que se mantenha essa mesma designação. No que concerne a classificação da viola da terra, esse trabalho e essa intenção está exatamente também plasmada no programa do Governo, exatamente por considerar e reconhecer essa valorização, que é necessário fazer a este instrumento tão nosso e que tem marcado, sem dúvida, a nossa cultura ao longo das décadas e isso está exatamente também plasmado no programa de Governo.

Como nos foi transmitido, esse trabalho já está a ser desenvolvido por via da Direção Regional da Cultura, em parceria com as diversas entidades,

nomeadamente a Associação de Juventude de Violas da Terra, com a intenção de fazer essa candidatura. É claro para o Grupo Parlamentar do CDS é de todo pertinente que realmente isto se concretize.

Quanto à implementação do Plano Regional para a valorização da Viola da Terra, consideramos que é realmente o culminar e o consertar de todo este trabalho e de toda esta intenção, valorizando e agregando nas diversas ilhas todos os intervenientes e todo o trabalho que é desenvolvido, desde a sua construção às suas características, a todos os intervenientes, desde músicos, tocadores e intérpretes, agregar todo este conhecimento e planificar de forma a potenciar este nosso instrumento. E consideramos que este Plano deve ser algo abrangente, algo sólido, por forma a cumprir este seu propósito. Perante o exposto, acompanhamos esta iniciativa, porque realmente entendemos que este nosso instrumento pode ser ainda mais potenciado e valorizado. Entendemos que este é mais um contributo e reconhecimento da valorização deste nosso património. Sabemos que esta é uma tradição que está enraizada na nossa sociedade. E a viola da terra sem dúvida tem características singulares, características únicas, desde a sua construção às suas características, à sua sonoridade. E, claro, todos nós quando ouvimos tocar uma viola da terra, sentimos algo diferente, porque realmente é algo nosso que pertence à nossa identidade e que é necessário manter, valorizar e potenciar este nosso património.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A viola da terra é um verdadeiro ex-libris dos Açores e da sua cultura.

Este instrumento, com fortes e antigas raízes populares, tem sido nos anos mais recentes acarinhado e revitalizado por uma geração mais nova, com rigor, entusiasmo e criatividade. Existem novos tocadores, professores e alunos, novos construtores do instrumento. Mas mais tocadores, e professores e alunos, e construtores, são precisos!

A Região deve garantir condições para a preservação e valorização do seu/nosso! património, e para a dinamização do estudo e da prática da viola da terra. O trabalho de investigação, recolha, organização e disponibilização pública do acervo material existente é também uma vertente importantíssima que importa continuar. Todo este trabalho deve ser desenvolvido com o envolvimento da sociedade civil.

O Governo Regional deverá também garantir a elaboração do processo de candidatura à classificação da Viola da Terra como património cultural imaterial, que constituirá um impulso notável para, aqui nos Açores, garantir que este instrumento e a sua história, material e imaterial, perdura e se atualiza em permanência.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Bom dia a todos e obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, falávamos aqui dos foguetes e hoje falamos de algo também muito comum, aquilo que é talvez a maior tradição religiosa dos Açores, as festas do

Divino Espírito Santo. Em boa hora trouxe aqui o PS esta proposta que nós acompanhamos na íntegra e aceitaremos qualquer melhoria que venha de outras bancadas também.

O som da viola da terra é um som muito açoriano, disse bem o Sr. Deputado Joaquim Machado, pois realmente há outras violas muito similares e que poderão até estar na origem, mas o que importa neste momento é a viola que temos que é muito característica e muito nossa. É uma viola cujo som nos faz arrepiar – permita-me Sra. Deputada Catarina Cabeceiras - aquele som que quando o ouvimos, sabemos onde estamos e é muito agradável quando estamos numa festa do Espírito Santo, num terço ou num cortejo etnográfico, seja onde for, saber que estamos a ouvir algo nosso. Mas se hoje também aqui estamos a falar da viola da terra, da viola dos dois corações, deve-se muito ao esforço pessoal e comunitário, associativo de muitas pessoas.

Aprovámos aqui nesta Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Braga Pimentel, natural da Maia, um homem que estudou, tocou, impulsionou a viola da terra. Eu não queria esquecer ninguém, mas há duas pessoas que eu conheço mais a título pessoal, o Ricardo Melo e o Rafael Carvalho, que têm sido incansáveis na divulgação do som, da tradição e da cultura da viola da terra. Se hoje aqui estamos também a eles devemos muito agradecer por não terem deixado cair a viola da terra. E já que falei em nomes, permitam-me referir o meu querido amigo Jeremias Piques que é um homem dos meus lados, que é um bom tocador da viola da terra e que já me tentou ensinar, mas eu é que ainda não tive tempo de aprender. Nós temos que saber fazer isso. E deixaria um último alerta. Nestas coisas, é preciso também ter algum cuidado. A viola da terra é uma viola do povo, é uma viola da rua, não quer dizer que não se toque noutros espaços ou no palco, o que quero dizer com isto é apenas que não se transforme num instrumento elitista, que não seja um instrumento apenas de palcos, não seja um instrumento de alguns. Que seja

sempre um instrumento de todos. E, neste sentido, também desafio a Sra. Secretária e o Governo Regional, para que nas escolas também seja introduzida a viola da terra, as associações sejam desafiadas. Ainda outro dia, numa filarmónica, desafiei no sentido de que ela não só desse formação musical na área daquilo que é a filarmónica, mas também nouro tipo de instrumentos. Por acaso não me lembrei da viola da terra, mas pode ser um bom instrumento para cativar os jovens, para continuar alguma tradição.

Há que ter também este cuidado, porque às vezes na ânsia de valorizar, nós acabamos por elevar tanto o patamar, que alguns nem aos pulos conseguem lá chegar. Esta é apenas uma chamada de atenção sei que não é esta a realidade. E muito obrigado a todos -a todos mesmo - que têm feito esse esforço no sentido de fazer da viola dos dois corações a nossa viola.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, através da Sra. Deputada Marta Matos, tem o mérito de trazer a debate este tema cultural relativo à valorização da viola da terra que tem um grande significado para a Região Autónoma dos Açores e a sua diáspora dispersa pelo mundo.

Apresenta-se com um preâmbulo apaixonado pelo tema, à semelhança das entidades que deram o seu parecer na Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais, onde se destaca a Associação MiratecArts que tem dado relevante avanço no desenvolvimento do mundo das artes com a promoção de eventos culturais e artísticos.

Um dos conceituados eventos que esta associação organiza, num variadíssimo leque de eventos artísticos, tem como seu nome *Cordas World Music Festival*,

conhecido nos Açores pelo *Festival Cordas*, onde tem uma oferta musical composta por artistas de cordofones a solo, fazendo também jus à viola da terra pela participação de artistas violeiros tocadores desse singular instrumento.

Foi em 2018 que essa mesma associação cultural, em parceria com a Associação de Juventude de Violas da Terra e o músico e Professor Rafael Carvalho, a Associação Cultural Sons do Terreiro e o músico Bruno Bettencourt, com o apoio dos grupos Casa da Música da Candelária, Grupo de Tocadores de Violas de São Jorge e da Associação de Músicos da Ilha Branca, declararam após a 3ª edição do *Festival Cordas*, que o dia dedicado à viola da terra seja a 2 de Outubro, o qual já tinha sido transmitido ao anterior Governo Regional.

Surge, assim, nesta nova Legislatura, no ano de 2023, este diploma do Partido Socialista, legítimo em boa hora, com o objetivo de criar um plano de valorização da viola da terra, tendo vários pontos resolutivos, na observação do Grupo parlamentar do PPM, que têm a sua pertinência.

Através das audições parlamentares, podemos perceber que parte das recomendações estão já em desenvolvimento e que obviamente levam o seu tempo.

Para finalizar, queremos fazer referência ao ponto 3 alínea c) que nos remete para a formação para a formação profissional na arte de construção e de restauro, na medida em que consideramos fundamental a construção e restauração deste peculiar instrumento de cordas para manter viva esta tradição musical açoriana.

A viola da terra é um belo instrumento açoriano que, quando bem tocado, revela um pouco da história e cultura açorianas. Produz uma sonoridade musical de elevada qualidade e diferenciada que é nossa e compete-nos protegê-la e conservá-la.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apresentando por pontos a nossa posição relativa à proposta apresentada pelo Partido Socialista, no que respeita à declaração do dia 2 de outubro, como o “Dia da Viola da Terra”, como já tivemos oportunidade de mencionar na audição da Comissão dos Assuntos Sociais, entendemos que esta pretensão de há vários anos por parte dos proponentes, deve ser atendida e, portanto, é um ponto desde já que merece a nossa anuência e merecerá o nosso trabalho.

No que respeita aos pontos seguintes, à recomendação para a classificação da viola da terra como património cultural imaterial neste ponto, todos nós - e permitam-me que faça uma precisão, Sr. Presidente - acabámos por ter aqui alguns erros de abuso de linguagem. O que estará aqui em causa, até pelo teor da vossa da vossa exposição, e nós também tivemos a mesma questão abordada neste debate o que estará aqui em causa é a classificação dos saberes e das tradições associadas à viola da terra e, assim, candidatando-a a património imaterial. E, portanto, se possível, devia-se poder fazer aqui uma ligeira correção, para não ficar só a viola da terra como património imaterial, mas sim *os saberes e as tradições*, introduzindo uma correção nesta questão. Sendo que para que isto aconteça, como também já tive oportunidade de apresentar, este é um processo ambicioso e que tem necessariamente de decorrer em várias fases, sendo que a primeira fase é precisamente a da candidatura ao Inventário Nacional do Património Imaterial que implica todo um processo de valorização que nos traz ao ponto terceiro apresentado pelo

Partido Socialista. E, portanto, neste âmbito, estes dois pontos acabam por fundir-se na matéria de trabalho em específico. A Direção Regional dos Assuntos Culturais tem já desenvolvido amplo trabalho nesta matéria, aliás, como foi reconhecido até pelo Professor Rafael Carvalho na sua audição, e temos - passo a enunciar - um plano de atividades, para além de termos já feito e continuamos a fazer o levantamento e inventariação e a promoção do património cultural imaterial da Região, começando, desde logo, pela viola da terra, foi criada uma comissão transdisciplinar, pois este tem que ser um trabalho desenvolvido com os saberes e especificidades locais, portanto, desde logo, com os serviços externos da Direção Regional dos Assuntos Culturais e essa Comissão tem estado a definir critérios, estratégias, metodologias de trabalho referentes à sinalização e inventariação de manifestações do património cultural imaterial, associado aos saberes e práticas tradicionais da viola da terra. Tem feito inúmeras entrevistas, o levantamento das entidades e das individualidades que se destacam nesta área, desde tocadores a construtores e investigadores em viola da terra, com diversas entrevistas que têm sido feitas, até para ficarem como registo para esta mesma inventariação que é necessária.

Esperamos que na 2ª quinzena do mês de maio, senão em data muito breve, possamos novamente voltar a terreno. Neste momento, estamos a fechar guiões de recolha de campo e a calendarizar estas novas entrevistas de terreno a fazermos junto destas entidades em que, obviamente, continuaremos a promover as reuniões com as mesmas, e estamos também a preparar um evento de apresentação pública do trabalho em curso, bem como de sensibilização junto da Comunidade para a importância deste património cultural imaterial.

Posso aqui anunciar que provemos que é se esta apresentação decorra no próximo dia 3 de junho, no Atlântida Cine em Vila do Porto, em Santa Maria.

Deputado João Vasco Costa (PS): É um belo dia! Muito bem!

A Oradora: E, portanto, dando nota do trabalho que estamos a fazer.

Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para além disso, estamos também a desenvolver uma parceria ao abrigo do Plano Nacional das Artes, estamos a preparar um conjunto de ações junto das escolas da nossa Região – o Sr. Deputado Pacheco fez essa menção - em contexto de educação não formal, para levarmos as manifestações culturais dos saberes e das práticas da viola da terra até junto dos mais novos.

Gostaria também de destacar que a Direção Regional dos Assuntos Culturais passou a fazer parte, e é membro fundador, da nova Rede Nacional do Património Cultural Imaterial. Isto permite-nos em articulação com a Direção-Geral do Património Cultural, podermos encetar uma série de iniciativas, em especial as que dizem respeito a formações técnicas em diversas áreas patrimoniais, incluindo o património cultural imaterial e, portanto, com um desenvolvimento muito recente - foi desde o passado dia 3 - que passámos a integrar esta rede e que nos permite aqui termos novos desenvolvimentos junto até mesmo do Governo da República, no sentido de podermos potenciar estas candidaturas e esta inventariação nacional do Património Cultural Imaterial.

Para finalizar, gostaria de deixar referido, uma vez que é também uma das questões aqui suscitadas, que estamos a trabalhar para que possamos criar um grupo de docência de ensino artístico específico para a viola da terra. E, portanto, este é um trabalho que vai requerer novos desenvolvimentos. Têm sido apresentadas vagas no grupo M38, nas práticas dos instrumentos tradicionais, mas correndo sempre o risco dos seus candidatos serem detentores de habilitações noutros instrumentos que não em viola da terra e, portanto, se nós queremos efetivamente preservar e garantir docentes devidamente habilitados para o ensino da viola da terra (no ensino artístico⁹, temos que garantir que haja um grupo de recrutamento específico para essa

área.

Portanto, aqui deixar que este é um trabalho que estamos a começar a desenvolver.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo... Sr. Deputado Joaquim Machado?

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Posso usar da palavra, Sr. Presidente?

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras fez com toda a pertinência lembrar-nos que em 2016 o nosso Parlamento aprovou uma resolução recomendando ao Governo Regional de então, fazer uma ligação do ensino secundário da viola da terra, por forma a que tal funcionasse no Conservatório Regional de Ponta Delgada e nos outros estabelecimentos de ensino com a ensino artístico integrado, nomeadamente a Escola Padre Tomás de Borba, Escola da Graciosa e a Escola de S. Roque do Pico. E daí para cá, nós não – eu pelo menos não - identificámos nenhum ato legislativo ou nenhuma diligência que evidenciasse a homologação do programa e, portanto, do ensino secundário da viola da terra.

Eu julgo que seria talvez oportuno questionar o Governo Regional, neste momento, se há ou não homologação do ensino secundário da viola da terra na nossa Região, isto é, se foi dado ou não cumprimento à recomendação de

2016? Parece-me que é muito pertinente fazê-lo, até pela circunstância de quem hoje recomenda ao Governo Regional - com toda a pertinência e nós acompanhamos - um conjunto de iniciativas à volta da preservação e manutenção da tradição e dos saberes da viola da terra, também saber até que ponto que percurso é que fez neste sentido quando tinha responsabilidades governativas? Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Foi uma boa tentativa de estragar a proposta do PS!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Aquilo que posso dizer-lhe é que atualmente, e desde 2017 se não me falha a memória, está a ser lecionado ensino secundário em viola da terra nas escolas da nossa Região. Não posso aqui precisar-lhe, porque não tenho esses dados, dados quanto à homologação, mas os cursos estão a ser ministrados.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Muito obrigado pela resposta.

Percebo que nesta circunstância de uma pergunta feita assim sem grande enquadramento, não disponha dos dados suficientes.

Deputado Francisco Coelho (PSD): Eu não percebi assim.

O Orador: Mas é vou incitar V. Exa., e fá-lo-ei formalmente regimentalmente através de requerimento, saber se efetivamente essa homologação aconteceu, dando efetivamente lugar à leção com todos os requisitos legais que isso

naturalmente implica. Porque tomando como boa a data referida pela Sra. Secretária Regional de que em 2017 terá sido iniciado o ensino secundário da viola da terra, a resolução é de 2016, eu não creio que tenha havido tempo suficiente para fazer a preparação do programa, a sua verificação e certificação através da Agência para a Qualidade e Ensino Profissional que é A entidade nacional que está habilitada a fazer a certificação de cursos, nomeadamente para ensino secundário, que num tão curto espaço de tempo este assunto tenha sido resolvido. E eu temo, e digo isto ainda obviamente com todas as reservas, eu temo que possamos estar perante uma ilegalidade a perpetuar-se no tempo que é a lecionação do ensino secundário, porventura até integrando alunos ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vamos fazer uma comissão de inquérito a isso!

O Orador: ... no regime de ensino integrado de ensino integrado e que tenham concluído o seu ensino secundário através dum curso que efetivamente não está certificado de homologado. E, portanto, formalmente e regimentalmente farei o requerimento a pedir toda essa informação ao Governo Regional que certamente terá as evidências para confirmar ou não aquilo que eu neste momento estou a questionar e a temer.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Foi uma boa tentativa, Sr. Deputado. Tal falta de sentido de estado!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 137/XII – “Plano de Valorização da Viola da Terra na Região Autónoma dos Açores”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 137/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos para uma declaração de voto.

Deputada Marta Matos (PS): Obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se naturalmente com a aprovação unânime desta iniciativa, pretendendo, também, através dessa unanimidade, homenagear e enaltecer todos os homens, todas as mulheres que ontem, como hoje, criam, compõem, constroem, tocam e divulgam a nossa viola da terra, procurando, também, que através desta aprovação, se promova uma maior consciencialização sobre a importância da divulgação da viola da terra da sua preservação e se consagre o seu valor histórico, social e cultural para os Açores e para os açorianos. Que se proteja também e se valorize a riqueza cultural da nossa Região. Que se estimule e se incentive o trabalho dos nossos músicos, dos nossos artistas e das nossas associações culturais. E, Sr. Presidente, permita-me a ousadia e a liberdade de confessar que neste preciso momento, a minha vontade seria poder consagrar e comemorar esta aprovação unânime, ouvindo nesta sala o som da nossa viola da terra...

Deputado Nuno Barata (IL): Isto é o Parlamento, não é a eira da chamarrita!

A Oradora: ...compreendendo naturalmente a impossibilidade de o fazer, não queria deixar de lançar o desafio para que nas primeiras comemorações oficiais do Dia da Viola da Terra, possa haver a um momento especialmente dedicado a esse efeito na Assembleia Legislativa Regional e que nessa data se possa fazer ouvir aquela que é a viola de todos nós nesta que é também a Casa de todos os açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada e obrigado também pela sugestão.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar na nossa ordem de trabalhos para o ponto 8, Relatório e Parecer .

O relatório da CAPADS que foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados vai no sentido de autorizar o depoimento do Sr. Deputado de forma presencial.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à sua votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao ponto 9 à [Petição n.º 49/XII – “Moratória à mineração no mar dos Açores” apresentada por Ana Catarina Pateiro Matias na qualidade de primeira subscritora;](#)

Vamos começar pela apresentação do relatório.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 49/XII - “MORATÓRIA À MINERAÇÃO DO MAR DOS AÇORES”

11 de abril de 2023

INTRODUÇÃO

A Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 11 de abril de 2023, na Delegação da Assembleia Legislativa na ilha São Miguel e ainda com recurso a meios telemáticos, para

apreciação e relato sobre a **Petição n.º 49/XII - “Moratória à mineração do mar dos Açores”**.

A presente Petição deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 1 de março de 2023, reúne um total de 416 assinaturas devidamente identificadas e tem como primeira subscritora Ana Catarina Pateiro Matias.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a referida Petição foi remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por se tratar de matéria da competência desta – *ambiente*, conforme determina o artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião do dia 21 de março de 2023.

CAPÍTULO III**OBJETO DA PETIÇÃO**

A Peticionária, através deste instrumento, pretende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, junto do Governo Regional recomende que seja colocado em prática o princípio da precaução e seja aprovada imediatamente uma moratória à atividade de mineração marinha nos mares dos Açores e, que, igualmente, a Região defenda o mesmo princípio e proponha a implementação de uma moratória nacional junto do Governo da República.

De acordo com o descrito na Petição, as razões que subjazem a esta pretensão assentam nos seguintes fundamentos:

“A Região Autónoma dos Açores é internacionalmente reconhecida como um oásis para a vida marinha, sendo inclusivamente casa ou ponto de passagem de grandes migradores oceânicos, muitos deles classificados, segundo a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional Para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), como em perigo ou ameaçados. A biodiversidade marinha é absolutamente fundamental para a prosperidade

das populações, que dependem direta e indiretamente do bom estado ambiental das suas águas, e pilar da economia local.

A região tem sido visionária e progressista no que toca à conservação marinha, tendo já compreendido o valor intrínseco de manter os seus mares prístinos e protegidos de ameaças externas.

A mineração em mar profundo é uma atividade que está em vertiginoso desenvolvimento tecnológico, uma rapidez apenas ultrapassada pela das movimentações de diversos países e empresas ao exercer a pressão sobre o organismo que regulamenta a atividade em águas internacionais – a autoridade Internacional para os Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês) – para que desenvolva o Código Mineiro.

É consensual entre a comunidade científica que ainda não dispomos ainda de informação suficiente que permita iniciar a atividade de forma minimamente segura e dentro de limites bem definidos. Trata-se de impactos amplos, irreversíveis à escala humana, como a alteração da capacidade do oceano de reter carbono, destruição de habitats, dispersão e plumas de sedimentos e metais tóxicos, disrupção de cadeias tróficas, poluição sonora e luminosa e extinção de populações e espécimes (muitas delas ainda desconhecidas para a Ciência), para enumerar alguns.

Um grupo de investidores da Universidade dos Açores publicou recentemente um estudo que demonstra, através de modelos preditivos, que a mineração em mar profundo tem capacidade de produzir plumas de sedimentos que poderão cobrir uma área até 150 km quadrados e estender-se verticalmente até 1000m na coluna de água, prevendo-se grande sobreposição geográfica entre as plumas de sedimentos e as atividades pesqueiras existentes. Similarmente, foi também publicado em julho um estudo na revista *Science* que conclui que o som resultante de uma única extração mineira no mar pode viajar até 500 km em condições normais. Concomitantemente, o ruído poderá ter impactos

imprevisíveis num sector pivotal da economia regional, nomeadamente a atividade de observação de cetáceos.

Sabemos hoje que os impactos podem ser irreversíveis, especialmente numa região como os Açores. Apesar do vislumbre económico que desperta, é de notar que este método de exploração encontra-se ainda numa fase altamente especulativa e experimental.

Mas o interesse na região não é novo. Já em 2008, a empresa Nautilus Minerals Inc. apresentou ao Governo Regional um pedido de prospeção e pesquisa de minerais em seis pontos do mar dos Açores, tendo este caducado “face à legislação aplicável e à regulamentação existente”. A empresa acabou por entrar em falência em 2019, mas os seus ativos foram passados para a Deep Sea Minig Finance Ltd, uma empresa que continua a trabalhar no ramo, podendo inclusivamente renovar o seu interesse pelo mar açoriano.

Atualmente, estamos a pouco mais de metade do prazo de dois anos, previsto pela Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, depois de tal regra ter sido desencadeada no âmbito da ISA por um dos estados-membros. Esta provisão da lei permite que, a partir de junho de 2023, sejam emitidas licenças provisórias de exploração na Área (águas internacionais), o que poderá abrir o precedente e incentivar investidores a procurar as águas portuguesas para iniciar também a exploração mineira.

A mensagem é clara: o interesse em iniciar esta atividade existe e o investimento financeiro necessário também. Não parece igualmente haver dúvidas de que, a iniciar-se esta atividade em Portugal, o local preferencial alvo de exploração será os Açores. A precipitação de todos estes desenvolvimentos não deixam margem para dúvida: temos que proteger os mares açorianos agora e a moratória é um instrumento legal fundamental.

Se Portugal depende de outros Estados para a implementação de uma moratória a nível europeu ou global, o mesmo não é verdade para as águas sob

a sua jurisdição. Enquanto o Governo da República tarda em posicionar-se relativamente a este assunto, os Açores devem antecipar-se e implementar uma moratória regional para, assim, proteger os seus mares.

Uma moratória regional assegura que se dispõe de uma maior janela temporal para que mais estudos sejam concluídos e para se perceber com maior detalhe e certeza quais os impactos decorrentes desta atividade que, depois de iniciada, dificilmente parará. É urgente que os Açores clarifiquem que não querem ultrapassar este ponto de não retorno, mas sim permitir às gerações futuras a possibilidade de usufruir de mares saudáveis e livres de impactos tão perversos.

É imprescindível que os Açores se posicionem como região modelo e enviem um sinal forte e positivo ao continente e ao resto do mundo de que não estão dispostos a hipotecar o presente e, sobretudo, o futuro de gerações de açorianos por lucros inconsequentes e imediatos que pouca ou nenhuma riqueza trarão para a região”.

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Aquando da deliberação das diligências a efetuar no âmbito da presente Petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável decidiu ouvir em audição a primeira subscritora da Petição e avocar as diligências efetuados no âmbito do **Projeto de Resolução n.ºs 125/XII** – “Recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória à mineração marinha” e do **Projeto de Resolução n.º 127/XII** – “Defesa do Oceano e do Património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e proteção das fontes hidrotermais do «Mar dos Açores»”, assim como os pareceres neles contidos, que se encontram em anexo ao presente Relatório e dele fazem parte integrante.

Da Audição à primeira subscritora, Dr.^a Ana Catarina Pateiro Matias, ocorrida a 29 de março de 2023, disponível em [Parlamento online - Audição da 1ª Peticionária, Dra. Ana Catarina Pateiro Matias - Petição n.º 49/XII – “Moratória à mineração no mar dos Açores” \(alra.pt\)](#)

A audição iniciou-se com uma apreciação genérica do objeto da Petição por parte da Dr.^a Ana Matias, na qualidade de primeira peticionária, tendo a mesmo referido que iria fazer uma apresentação partilhada com a comissão para que os Deputados fossem acompanhando a informação, apresentação que se anexa ao presente relatório.

Destacou que os Açores têm trilhado um caminho de exemplo na conservação marinha, sendo prova disso o artigo da National Geographic este ano, em que os Açores foram destacados como um dos sítios com natureza que devem ser visitados para Whale Watching, sendo os Açores, por isso um hotspot de biodiversidade, reconhecidos internacionalmente. Destacou ainda que os Açores possuem reservas da Biosfera de Portugal, sendo por isso um verdadeiro laboratório vivo que merece ser conservado e que merece ser respeitado.

Ainda na área da conservação marinha, realçou que os Açores são um exemplo, não só a nível nacional, mas também internacional, com medidas bastante progressistas. Destacou o trabalho efetuado pela SPEA, na proteção das aves marinhas, assim como a distinção do Whale Heritage Site pela importância da Região na passagem de cetáceos.

A Dr.^a Ana Matias destacou que, os *“Açores têm desenvolvido um modelo de ecoturismo e de liderança na conservação. Eu não vou elaborar, de todo, sobre os impactos que estão associados, impactos ambientais, neste caso, que estão associados à mineração em mar profundo, para isso tiveram cá o Dr. Telmo Mourato que fez um excelente trabalho nesse sentido, que tem trabalhado nos últimos anos sobre, não apenas isto, mas também sobre os*

impactos da mineração em mar profundo.” Realçou ainda ser importante falar-se na amplitude e na irreversibilidade dos impactos da mineração do mar profundo, sejam eles pela destruição de habitats com a passagem das máquinas, ou pelas plumas de sedimentos ou ainda do impacto de poluição sonora nos cetáceos com rota de passagem pelos Açores, que dependem do som para se orientar, acasalar, alimentar, migrar, “*no fundo para subsistir*”. Destacou ainda que não se sabe quanto tempo é que estes habitats demoram a recuperar, não havendo ainda a total perceção de tudo aquilo que envolve uma operação de mineração em mar profundo.

Informou que tem havido algumas discussões a nível internacional, se é possível ou não, “*haver mineração em mar profundo sem perda de biodiversidade, e aquilo que os estudos nos têm demonstrado, é importante sempre referir isto, que os estudos estão em progressiva atualização sempre, mas, também é importante dizer quantos mais estudos saem, mais nos parece uma pior ideia iniciar a mineração em mar profundo seja nos Açores, seja em qualquer outro sítio. Mas, reportando-nos aqui aos Açores, esta questão que tem sido levantada sobre se é, ou não é possível fazer a exploração sem perda de biodiversidade, parece-nos que não, e, aquilo que tem sido apontado por vários institutos científicos, vários investigadores, aquilo que tem sido apontado é que isto é algo que é impossível, e, a partir deste momento em que nós temos a perceção de que é impossível acontecer a mineração em mar profundo sem perda de biodiversidade, a conversa que tem que ser tida é então, quanta perda de biodiversidade é que nós estamos dispostos a aceitar caso seja para avançar com a mineração em mar profundo.”*

Destacou que a pergunta de momento é “*como é que nós podemos decidir avançar para uma atividade que temos grandes garantias que vai provocar perda de biodiversidade, e o que isso significa para o futuro e para as*

gerações futuras que dependerão mais ainda do meio, e que dependerão mais ainda da natureza.”

A Dr.^a Ana Matias realçou a ligação do mar profundo com as alterações climáticas, “*ou melhor ainda, como é que o mar profundo, o mar em geral, mas o mar profundo em particular, nos tem permitido sobreviver às sucessivas e cada vez mais violentas alterações climáticas*”, uma vez que o mar profundo é conhecido como sendo um dos maiores reservatórios de carbono do planeta, que permite controlar a quantidade de carbono emitido para a atmosfera, sendo preocupante que se esteja a estudar a possibilidade de se levantar esse mesmo carbono que foi acumulado durante milhões de anos, e libertá-lo para a coluna de água, indo em contraciclo com todas as ações que têm sido tomadas para mitigar a crise climática.

Realçou ainda os estudos efetuados, na relação entre o mar e a absorção de dióxido de carbono, e a absorção de calor, sendo já conhecido “*desde 2019 pelo menos, que o oceano foi responsável pela absorção de 93% do calor que foi produzido por mão humana desde os anos 50. Portanto, 93% do calor que foi produzido foi absorvido pelos oceanos. O que nos tem permitido manter as nossas condições de habitabilidade em terra, porquê, porque o oceano funciona como um tampão, (...) e se os primeiros 10km da atmosfera tivessem absorvido o calor que os primeiros 2km do oceano absorveram nos últimos 70 anos, a temperatura na atmosfera teria aumentado trinta e seis graus. Nós neste momento estamos a discutir se conseguimos suportar um aumento de um grau e meio, o que é que acontece se esse aumento for de dois, ou três graus, os cenários são bastante apocalípticos para ser muito sincera, mas, se não fosse o oceano estaríamos a depararmo-nos com um aumento de trinta e seis graus, é indubitável que se não fosse pelo oceano as condições que nós temos em terra não seriam estas neste momento, e possivelmente já teríamos assistido à extinção da nossa própria espécie.*”

Destacou que *“as ameaças ao oceano são mais do que muitas, parece-nos que é problemático, para dizer no mínimo, que se inicie uma atividade como esta.”*

Informou ainda a comissão que setecentos cientistas assinaram uma carta que pede que se implemente uma pausa, uma moratória à mineração do mar profundo, sendo importante neste momento que se ouça a ciência, uma vez que alertam para a perigosidade de se iniciar a mineração no mar profundo.

Dando como exemplo os estudos efetuados pela equipa do Okeanos, destacou que os impactos têm sido estudados não só a nível dos cetáceos, mas também da atividade das marítimo-turísticas, e ainda sobre o que isso significa para a própria pesca e para as pessoas, o que leva a perguntar qual é a *“legitimidade social para se avançar com a mineração em mar profundo, o que é que isso significa para as pessoas que vivem e que existem nos locais onde se pretende explorar.”*

Informou que a Convenção do Direito do Mar, e no que diz respeito à área internacional do oceano, refere que todos os recursos que existam na área são património comum da humanidade, e que devem ser utilizados em benefício da humanidade, considerando ser este ponto fundamental e mais prioritário de garantir, do que garantir a exploração de minérios com fins comerciais.

Mais informou que *“existe obrigatoriedade em toda a convenção do Direito do Mar para proteger o meio marinho quanto aos efeitos nocivos que possam resultar de qualquer atividade, agora o que é que nós sabemos neste momento, a mineração em mar profundo só tem efeitos nocivos (...) e aqui a pergunta que se coloca é, como é que se consegue consensualizar ou pôr no mesmo nível a exploração mineira e proteger o mar profundo, a nossa questão aqui, a nossa visão, e não é só a nossa, vale a pena dizer que trabalhamos com muitos colegas de todo o planeta, aquilo que nos parece é que as duas coisas não são fáceis de fazer em simultâneo, então parece-nos que o mais importante neste momento é garantir a proteção e a integridade do meio.”*

A Dr.^a Ana Matias destacou ainda a urgência do assunto em questão, uma vez que, a obrigatoriedade da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, para que desenvolvam regulamentos para que a atividade de mineração se possa iniciar em áreas internacionais, termina a 9 de julho do presente ano, tendo ainda conhecimento que a partir desta data dará entrada um pedido para mineração em mar profundo, e caso não haja nenhum impedimento, a mineração poderá realmente acontecer, segundo a empresa, já em 2024.

Destacou que decorre, até dia 31 de março, uma reunião da Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos, que tem trazido muitas questões relacionadas com *“problemas de governança, transparência e até de corrupção relacionadas com alguns elementos da autoridade, portanto, é importante termos presente que quando nós estamos a advogar por uma adoção de um código mineiro, um eventual código mineiro, nós estamos também a legitimar aquilo que é um funcionamento disfuncional, para dizer o mínimo, de uma autoridade que está encarregue de gerir 43% da superfície do nosso planeta, é muito importante que os olhos estejam também aqui, volto a dizer, isto não é objeto da nossa petição, mas é realmente muito importante que tenhamos esta consciência, e da responsabilidade que nós também podemos ter como Estado membro da autoridade para trazer para a discussão estas questões no que dizem respeito às pressões e à governança deficiente que a ISA (Internacional Seabeds Authority) tem tido nos últimos anos, tipicamente inquinada ou enviesada para permitir uma mineração menos regulamentada.”*

Informou que a ISA é responsável nas áreas internacionais do oceano, pela atribuição das concessões, e que atribuiu uma concessão ao Governo da Polónia, renovada em 2018 e que vai estender-se até 2033, sendo que a *“parte mais norte da concessão Polaca está exatamente a uns escassos duzentos metros da fronteira da plataforma continental estendida, portanto, é nosso*

entendimento que Portugal, os Açores primeiro, neste caso, e Portugal por associação terão mais legitimidade para se pronunciarem na ISA relativamente a esta concessão tão próxima da plataforma continental estendida Portuguesa, terão mais legitimidade para expressar até potenciais impactos transfronteiriços que também são algo, que também está a ser estudado, como sabem o mar não tem barreiras, portanto, é um meio altamente conectado, e o que poderá acontecer, e acontecerá certamente é que, aquilo que acontecer na área, portanto, fora da jurisdição Portuguesa, terá também impactos dentro da jurisdição Portuguesa, a nossa questão aqui é, isto preocupa-nos, até porque estas concessões estão em cima de uma das poucas áreas marinhas protegidas que existem no alto mar, portanto, que é uma zona chamada The Lost City, e, preocupa-nos bastante que estes impactos sejam trazidos, que aconteçam não apenas na área, mas que sejam também trazidos para a zona que pertence a Portugal, e, é nosso entendimento que Portugal defendendo um moratória tem mais legitimidade para na ISA então dizer: “ Bom, nós de fato não queremos que isto aconteça nas nossas águas, mas também vemos com alguma preocupação a possibilidade de isto acontecer em águas justas postas às nossas”, e é também importante por isso que Portugal então adote esta moratória.”

Relembrou que em 2008 e 2009 houve uma empresa, a Nautilus, que solicitou autorização ao Governo Regional dos Açores para realizar mineração em mar profundo, “felizmente tal não aconteceu por variadíssimas razões”, realçando que os Açores têm uma posição privilegiada no meio do atlântico, estão em cima de diversas zonas que são zonas alvo para a indústria mineira, e tendo sido já alvo de interesse, assim que for permitido fazer mineração em mar profundo nas áreas internacionais, o precedente está aberto e isto poderá fazer com que estas empresas reativem interesses passados.

Destacou ser *“muito importante ouvir as comunidades locais, porque as comunidades locais tipicamente são aquelas, historicamente, são aquelas que ficam com os impactos, são aquelas onde existe exploração, mas também são aquelas que tipicamente ficam com os impactos, não é por acaso que em Lisboa no ano passado, na Conferência dos Oceanos da ONU, onde alguns também tiveram a oportunidade de estar, houve o lançamento desta aliança de países contra a mineração em mar profundo, foi lançada lá por Palau, Fiji, Micronésia e Samoa e porque é que são estes países a falar primeiro sobre esta necessidade, bom, têm sido estes países a herdar os impactos e tudo aquilo que vem com as alterações climáticas, e são também estes países que estão a lidar com as consequências da subida média do nível do mar, por exemplo, algo que é muito mais visível em países insulares, ou em regiões insulares, e é por isso que também tem sido eles a puxar esta carroça e a dizer, não, por enquanto, não.”*

Realçou ainda que Portugal, na última conferência da comissão para a diversidade biológica em Montreal, em dezembro de 2022, adotou uma declaração com várias disposições, sendo uma delas *“a necessidade de se incluir na discussão o conhecimento adicional dos povos indígenas, onde eles existirem, e das comunidades locais, e garantir que existe o seu consentimento prévio, livre e informado no que toca à mineração em mar profundo. Também é aqui que nós vemos um papel muito importante para os Açores, o que nós vemos aqui é que, a zona onde eventualmente haverá interesse da indústria mineira, se a zona onde haverá interesse da indústria mineira disser taxativamente nós aqui não queremos que isto aconteça para já, dêem-nos tempo para estudar um bocadinho mais o mar, vemos com muita dificuldade, honestamente, que Portugal possa posicionar-se de qualquer outra forma que não seja acolhendo estas preocupações da Região Autónoma, porque*

Portugal concordou que é importante que as comunidades locais tenham expressado o seu consentimento livre, prévio e informado.”

Considerou ser importante que os Açores tomem a dianteira, lembrando o que tem acontecido, não só com os países insulares do Pacífico, mas também países da União Europeia, que se têm posicionado no lado de uma pausa precaucionaria, como é o caso da Alemanha, Espanha recentemente, e França. Informou ainda que, nas últimas semanas que decorrem as reuniões da ISA, mais países se juntaram ao pedido por uma moratória - República Dominicana, a Finlândia e Vanuatu – juntando-se assim aos já existentes - Chile, Panamá, Nova Zelândia, Costa Rica, por exemplo.

Informou que o próprio diretor da IUCN (Internacional Union For The Conservation Of Nature) solicitou aos Estados Membros da ISA que *“digam não para já, à mineração em mar profundo, e, posso dizer-vos também que a nível de comunidade internacional alguns bancos também já se têm posicionado favoravelmente à moratória, inclusivamente, o Banco Europeu de Investimento que colocou a extração de minerais do mar profundo como um dos projetos a não financiar pelo Banco, por estar dentro daquilo que eles, e citando: dizem que são projetos inaceitáveis em termos climáticos e ambientais.”*

Exemplificou o caso das Canárias, que em novembro de 2021, aprovou uma moratória regional para mineração em mar profundo nas águas sob a sua jurisdição, independentemente da posição de Espanha.

Destacou, relativamente à Lei de Bases do Clima, o artigo 46º, *“que nos diz que fica do lado do Governo proceder à regulamentação ambiental da mineração em mar profundo, a nossa opinião, e temos expressado diversas vezes ao Governo e também aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, é que isto é uma excelente oportunidade para se regulamentar no sentido de implementar uma moratória, não foi feito na Lei de bases do clima,*

nós compreendemos, mas estamos perfeitamente a tempo de o fazer neste momento, porque a Lei de bases do clima também inclui um artigo inteiro sobre a necessidade de proteção do oceano, e chamou-lhe precisamente, oceano e reservatórios de carbono, portanto, tudo isto nos dá a conjuntura perfeita, quase, para decretarmos então uma moratória a nível Nacional.”

Destacou ainda várias notícias, nomeadamente do anterior Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, que refere que a “*única forma de continuar a discutir esse assunto é se houver uma moratória implementada, a Sciaena e a ANP ajudaram a montar uma carta aberta que foi assinada por trinta personalidades dos mais diversos assuntos, portanto, tivemos o Ricardo Serrão Santos, tivemos a anterior Ministra do Mar também, a Assunção Cristas, tivemos, por exemplo, o Tiago Pita e Cunha, e tivemos, por exemplo também alguns dos Biólogos do Okeanos, como seja, a Ana Colaço, o Telmo Mourato, a Marina Carreiro Silva também a assinar esta carta, e é uma carta muito clara que diz isto que eu vos estou aqui a dizer essencialmente que é, nós não sabemos o suficiente, e não sabendo o suficiente o principio da precaução diz-nos que nós não podemos avançar.”*

Concluiu dizendo existir já algum consenso dentro da sociedade portuguesa para a necessidade de se ter muita cautela, e “*a única forma disso se efetivar é através de uma moratória à mineração em mar profundo (...) dizendo que ao contrário daquilo que muitas vezes nos é passado, a verdade é que uma moratória, primeiro nos Açores, mais tarde no mar português, e mais tarde uma moratória global, apenas é consistente com os compromissos políticos que nós temos assumido em todos os âmbitos, ou seja, na estratégia da biodiversidade da União Europeia, inclusivamente, isto foi discutido no Parlamento Europeu e foi também recomendado que fosse implementada uma moratória à mineração em mar profundo. (...) Tudo o que não for uma*

moratória é contrário a estes compromissos políticos nacionais e internacionais, e, parece-nos que não tem lugar em 2023.”

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Pedro Pinto e a Deputada Salomé Matos.

O Senhor Deputado Pedro Pinto fez referência à petição assinada por setecentos e quatro cientistas, de 44 países, para pausar a mineração do mar profundo, e abordando também a concessão atribuída à Polónia, na fronteira da plataforma continental, questionou a Dr.^a Ana Matias quantos dos setecentos e quatro subscritores são de origem polaca.

Em resposta Dr.^a Ana Martins informou desconhecer os dados solicitados, mas que consultará e informará a comissão. Destacou, no entanto, que uma coisa é a intenção de um governo, uma vez que a concessão é dada pelo Governo polaco, sendo público quem irá fazer a exploração, outra coisa é a intenção pessoal de cada um dos cientistas que assinaram a carta.

No seu direito de réplica, o Deputado Pedro Pinto, reiterou o que o foi já informado da concordância do Governo Regional com a moratória para a mineração do mar profundo. Questionou ainda se o mar Báltico terá concessões para a exploração do mar profundo e se sim, se a Polónia tem alguma concessão para o mar Báltico.

Em resposta, a Dr.^a Ana Matias referiu que sobre a concessão polaca, refere-se a áreas internacionais, e por isso desconhece no mar Báltico qual as áreas de concessão. Informou que a Noruega mostrou interesse em fazer mineração em águas sob a sua jurisdição, mas, pela informação que possui, não existe pretensão de nenhum país da União Europeia em fazer mineração do mar profundo em águas sob a sua jurisdição. Mais informou que em áreas internacionais existem trinta e um contratos atribuídos, que perfazem uma área

de 1.5 milhões de quilómetros quadrados, sendo a maioria dos referidos contratos, atribuídos numa área do Pacífico, entre o México e o Havai. Relativamente ao mapa de exploração da Crista Médio Atlântica, existe uma concessão polaca, a sul uma concessão francesa e abaixo uma concessão russa.

A Deputada Salomé Matos referiu que as consequências da mineração são claras em toda a documentação e nos contributos, assim como a urgência na tomada de decisão.

Questionou se a colocação de uma data na moratória não é relevante, que não é essencial, e se conhece alguma outra moratória de outro país que tenha a moratória fixada com data.

Em resposta, a Dr.^a Ana Matias respondeu não ter conhecimento de nenhuma moratória com data fixada, existindo sim, uma lista de condições que devem ser cumpridas antes de se levantar uma moratória. Referiu ser esta também a sua posição, assim como a das ONGA's com quem trabalha, mais de cem, considerando que deveriam ser estabelecidas "um determinado grupo de condições, e que no fim dessas condições terem sido todas cumpridas, todas cumulativamente, poderia avaliar-se uma eventual exploração em mar profundo ou pelo menos começar a regular". Considerou que, tendo em conta a urgência do assunto, não há desvantagens em ter data assim como condições, não prevendo consequências negativas, sendo necessário sim que haja consenso e a implementação de uma moratória.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para uma segunda ronda de perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Pedro Pinto, a Deputada Salomé Matos, a Deputada Vera Pires e o Deputado Pedro Neves.

O Deputado Pedro Pinto realçou que países da União Europeia já manifestam que não pretendem fazer mineração em águas da sua jurisdição, mas que

poderão fazer em águas internacionais, sendo que a França já está na liderança. Questionou, se Portugal mostrou interesse em ter concessões em águas internacionais. Questionou ainda, que poder de influência poderá uma moratória aprovada para os Açores ter a nível da União Europeia para travar a mineração em águas internacionais.

A Dr.^a Ana Matias, em resposta, informou que, pelo que se conhece, Portugal ainda não demonstrou interesse em minerar em águas internacionais. Portugal manifestou-se sim, a favor da regulamentação, da adoção de um código mineiro, considerando ser esta a única forma de proteger o meio na eventualidade de uma exploração mineira vir a acontecer.

Realçou estar perante três cenários possíveis – não se regulamentar e a atividade de exploração mineira avançar; regulamentar e avançar com a exploração e, uma terceira que defende, *“que se coloque tudo em pausa, não se adote o código mineiro para já, e que se diga, taxativamente, que não o vamos fazer para já!”*

Realçou que os cientistas referem, que estamos pelo menos a dez anos de se ter um conhecimento de base do mar profundo, quanto mais pensar em regulamentar esta atividade de exploração, considerando que deve ser esta a posição de Portugal.

Destacou a posição privilegiada que os Açores ocupam no Oceano Atlântico, sendo importante haver uma tomada de posição da Região de que não estão dispostos a *“hipotecar aquilo que pode ser o nosso futuro, aquilo que pode ser a nossa economia, nas próximas décadas. Nós somos reconhecidos por ser uma Região que protege os seus mares, que tem respeito pelos seus mares, uma Região que tem feito de tudo para se projetar, internacional, como um guardião dos mares”*.

Destacou que uma tomada de posição desta natureza terá muito impacto dentro da União Europeia, uma vez que os Açores se localizam na zona onde existe mais potencial de exploração. Com uma possível moratória, *“estamos a dizer é que, as pessoas desta zona que poderiam ter algum benefício com isto, estão a dizer que não o querem. E que a nossa pergunta seguinte é com que legitimidade o resto da União Europeia, e com que legitimidade do resto dos Estados Membros que estão na ISA, vão dizer que é uma boa ideia fazer mineração em mar profundo.”*

Destacou ainda que, há cerca de um ano, não existiam países que se posicionassem, vocalmente, a favor de moratórias em mar profundo, e que num espaço de menos de um ano, foi possível que vários países o fizessem.

A Deputada Salomé Matos, e referindo-se à especificidade da petição à moratória do mar dos Açores, questionou se uma moratória que não seja específica, e exclusiva à mineração, mas que se encontre numa incitativa que abranja outros objetivos para além deste, mesmo que versem sobre a defesa do oceano, se haverá risco de perder algum peso.

Em resposta, a Dr.^a Ana Matias não prevê grande diferença entre ser um projeto de resolução com uma moratória específica, só e apenas, ou se a moratória é um de vários pontos, como por exemplo ter outras considerações sobre áreas marinhas protegidas.

A Deputada Vera Pires solicitou esclarecimento, naquilo que foram as respostas às questões colocadas pela Senhora Deputada Salomé Matos, nomeadamente se a existência de data na moratória não traz nenhum efeito travão, ou nenhuma complicação adicional ao propósito que se pretende, e se a moratória da mineração ao mar profundo, ser ponto único de um projeto de resolução ou ser parte integrante de um conjunto de pontos num projeto de resolução, se isto afeta ou não a eficácia da referida moratória inserida neste projeto de resolução.

Em resposta, a Dr.^a Ana Matias agradeceu, em seu nome e da ANP, a todos os grupos parlamentares, por trazerem este assunto à discussão, salientando a necessidade deste assunto ser debatido extensivamente em público.

Reforçou que não poderá ser menosprezada a força que terá uma moratória vinda dos Açores.

Realçou que não haverá desvantagem em que uma moratória “*tenha as duas coisas, parece que protege mais o objetivo*”, sendo que apenas não optaram por uma data, porque por exemplo, cinquenta anos não é assim tão distante como aparenta, podendo correr o risco de, sendo uma moratória com uma data, poder haver um entendimento que após essa data poder-se começar a exploração do mar profundo.

Destacou que, ao estarmos a escassos meses, de se abrir, eventualmente, o mar profundo para a atividade que se encontra em discussão, neste momento o importante é que a moratória seja aprovada, seja só com data ou com data e condições.

Reforçou a ideia de que, “*havendo consenso entre todos os grupos parlamentares, de que isto é uma necessidade (...) a importância que seria ter uma moratória aprovada da esquerda à direita, dá um sinal muito forte, não só ao Governo da República, mas também para fora.*”

Relembrou que as próximas reuniões da Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos são em julho, “*entre uma moratória ser aprovada e acontecerem as reuniões da Autoridade, haveria tempo de Portugal também alterar a sua posição, internacionalmente e também nacionalmente, com base numa moratória que fosse aprovada nos Açores.*”

O Deputado Pedro Neves informou que, quer o PAN, quer o Bloco de Esquerda, retiraram as suas iniciativas para elaborar um projeto conjunto para que tivesse mais força no Parlamento, sendo esta uma sugestão de todos os partidos, de forma unânime, e com isso entraram num compromisso relativo à

moratória. Relativamente à data da moratória de 2050, esclareceu que uma moratória em termos de direito, tem de estar definida uma “*janela temporal*”, sendo que 2050 é relativo à neutralidade carbónica, e “*se chegarmos a 2050, e tendo em conta a evolução tecnológica existente, chegamos a 2050 e não precisamos sequer de minerar absolutamente nada porque atingimos uma evolução tecnológica que já não é necessário sequer estes metais que são preciosos e bem precisos para toda a parafernália, para os nossos periféricos tecnológicos*”.

Informou ainda que no projeto de resolução constam outros pontos porque o seu objeto é a defesa do mar, não apenas a moratória, não só a mineração, mas toda e qualquer proteção da biodiversidade marinha dentro da Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Questionou sobre a proposta conjunta do PAN e do BE e qual o entendimento sobre se a mesma vai ou não amplificar a resposta dos Açores relativamente à mineração do mar profundo.

Em resposta, a Dr.^a Ana Matias, realçou a importância da compreensão alargada de que esta ação é urgente, sendo que este assunto diz respeito a todas as pessoas que vivem e que usufruem do mar dos Açores, tendo havido esforço dos partidos para consensualizar uma proposta, não sendo apenas de um partido, promovendo desta forma uma discussão mais alargada.

Realçou que, das moratórias que conhece, desconhece que situação semelhante tenha acontecido, e que a sua eventual aprovação trará muita força para a comunicação.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da **Petição n.º 49/XII - “Moratória à mineração do mar dos Açores”**, a Comissão de

Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
- 2) As pretensões dos peticionários têm origem na necessidade de uma moratória à mineração do mar profundo nos Açores;
- 3) Considera-se que os Açores são um hotspot de biodiversidade marinha residente, mas também como ponto de passagem nas grandes rotas migratórias de cetáceos;
- 4) Considera-se que uma proposta de moratória como a que se encontra para discussão na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com data estabelecida, assim como com outros pontos para a defesa dos oceanos não altera a intenção da moratória em questão;
- 5) Considera-se que, atualmente ainda não se dispõe de toda a informação científica que permita avaliar corretamente para decidir iniciar a atividade de exploração do mar profundo de forma segura;
- 6) Considera-se que se aproxima a data para a qual, se nada for feito, poderão ser exploradas para a mineração áreas próximas dos Açores;
- 7) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Vila do Porto, 11 de abril de 2023

A Relatora

Joana Pombo Tavares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

José Gabriel Eduardo

Anexos: Documentos referidos no presente Relatório, assim como os esclarecimentos posteriores decorridos das questões colocadas pelos Senhores Deputados e enviados pela primeira peticionária.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saudamos na pessoa da sua primeira peticionária, Ana Catarina Matias, a participação cívica e a preocupação fundamentada dos mais de 400 subscritores da petição “Moratória à mineração no mar dos Açores”.

Saudamos, também, a discussão pública que esta petição suscitou, trazendo assim a conhecimento e a debate a urgência de uma de uma moratória à mineração nos fundos marinhos, sob responsabilidade da nossa Região, bem

como a necessidade de quer a nível nacional quer internacional, juntar esforços por uma moratória para Portugal e uma moratória global das águas internacionais.

Os promotores desta petição apelaram ainda aos partidos que tinham já propostas apresentadas, no âmbito quer da moratória quer da preservação do oceano em geral e da sua biodiversidade, no sentido de concertar posições para apresentação nesta Assembleia de um único diploma que possa com mais força defender os interesses dos Açores.

Fomos convocados aqui, estamos. E agradecemos este exemplo de cidadania e participação cívica.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM quer dar os parabéns aos peticionários pelo dever cívico trazer a esta Assembleia este tema algo desconhecido pelo comum cidadão, mas que está na ordem do dia nos últimos tempos, graças a diversas entidades como a Saena e Centro Investigação oceanos relacionado com as atividades de extração de minérios do mar profundo dos Açores. Irei me debruçar sobre este tema na discussão do ponto seguinte, aproveitando já para agradecer todo o esforço dos signatários defensores da conservação do património marinho açoriano que para se manter, deveremos criar uma moratória à mineração ao nosso mar profundo, de forma a que digamos não às empresas predatórias de âmbito extrativo que estão com os olhos postos nas nossas riquezas profundas que têm imenso valor, mas que não se pode deixar

que se explore sem garantir que os impactos ambientais gerados por esta atividade estejam bem fundamentados.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saudamos os peticionários por esta petição que é mais que premente e aceitamos e concordamos com a sua totalidade. Tanto que quer o PAN como o Bloco de Esquerda já tinham uma iniciativa desde junho do ano passado, com a definição do nosso mar. Os peticionários pediram que a proposta fosse conjunta, para que a mensagem açoriana fosse amplificada e robustecida e aqui estamos nós, vamos fazer uma proposta conjunta logo a seguir a esta petição quer do PAN quer do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, tem a palavra.**(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula este grupo de cidadãos que assinaram a petição e que hoje se encontra em análise, sem dúvida.

Se por um lado, os Açores possuem uma posição estratégica de extrema importância, muitas das vezes em diversas áreas abordámos aqui nesta Assembleia, a sua localização permite também que estas ilhas possuam uma riqueza geológica e biológica marinha extraordinária, tornando-a como diz a própria peticionária, num verdadeiro oásis que a Região desde há muito tem protegido, sendo muitas das vezes pioneira neste processo de conservação marinha, aliando a sua proteção e conservação com o usufruto, resultado do trabalho de anteriores governos de Partido Socialista.

Acho que não é preciso anunciar que a nossa sorte, a nossa riqueza marinha, seja pelas espécies que nela exista, desde peixes a pequenos invertebrados, passando pelos grandes pelágicos e grandes migradores como os cetáceos, o mar foi e é nossa história, sendo ele importante fonte de riqueza direta ou indireta com a qual toda a sociedade se identifica e possui uma sensação de pertença.

Resultado de várias missões oceanográficas internacionais realizadas no interior da zona económica exclusiva de Portugal e na zona adjacente da Crista Média Atlântica, resultaram na descoberta de cinco campos hidrotermais ativos, sendo que é conhecida a existência de recursos minerais associados a esses campos hidrotermais. No entanto, este conhecimento desses ecossistemas de grande profundidade é na ordem de apenas 5%, havendo, portanto, uma imensidão de espécies biodiversidade associada a esses habitats por estudar.

Em todas as audições que depois tivemos e que foram focadas nesta petição, foi unânime e realçado pela nossa instituição científica que esta atividade de mineração é pouco estudada, desconhecendo-se os seus impactos, sabendo-se, porém pela modelação já efetuada, que as plumas de sedimentos resultantes da mineração e do retorno das águas residuais (resultantes da mineração) poderão ter um alcance de 150 km², o que equivale a 10 mil campos de futebol e uma

extensão na coluna de água entre os 800 e os 1000 metros, levando à destruição de habitats, a interrupção das cadeias alimentares e até mesmo ao stress da bola metabólico de muitas espécies.

Os ruídos produzidos pela atividade poderão ter um impacto até aos 500 km, como diz a peticionária, desde o ponto de mineração, com grandes consequências dos animais que utilizam a acústica como o meio de comunicação e de orientação. Estes impactos serão uma consequência muito além do local da mineração, assim como se estima que os impactos sejam irreversíveis e severos para muitas áreas económicas e de extrema importância para os Açores e para os açorianos.

É frequente observarmos o nosso quotidiano pelo qual sentimos nós próprios e vemos na comunicação social as consequências das alterações climáticas, mas que estas ainda poderiam ser mais acentuadas e até num estado caótico, não fosse o oceano um dos maiores reservatórios de carbono do planeta. Uma perturbação mais significativa poderá alterar este balanço, libertando para a coluna de água com possíveis efeitos irreversíveis.

Pelos conhecimentos dos impactos que existem na mineração marinha, direto ou indireto, na biodiversidade marinha, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, partilha as preocupações apresentadas na petição, em prol da defesa do património natural do Marinho, dos Açores e dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, começo por saudar os 416 peticionários pela apresentação desta iniciativa cívica na pessoa da primeira signatária Ana Catarina Matias, lembrando que iniciativas como esta são um

importante contributo para uma sociedade dinâmica, ativa e mais próxima dos representantes eleitos. Esta é, sem dúvida, uma temática iminente e urgente sobre o tema da mineração do mar, foram no passado muito recente, organizados fóruns, movimentos, cientistas, publicados artigos e relatórios, realizadas, múltiplas reuniões, tornadas públicas manifestações várias de apoio à proteção do mar profundo e assistimos à subscrição de uma petição pública solicitando a aplicação de uma moratória à mineração do mar profundo, lançada por organizações ambientalistas.

Esta petição que hoje aqui apreciamos tem o mérito de ser o culminar de um trabalho que visou estabelecer pontes e sinergias entre o conhecimento científico produzido e divulgado e os decisores políticos, com vista à obtenção de consensos a favor da máxima proteção dos mares.

Esta é uma preocupação comum a muitos países, muitos governos e instituições rejeitam atualmente qualquer aposta na mineração do mar profundo, à luz do conhecimento científico disponível e conhecidos que são os efeitos nefastos irreversíveis que se conhece que esta atividade pode ter.

É nesta lógica que este Governo Regional de coligação desde a primeira hora rejeitou a possibilidade de apoiar a mineração em mar profundo nas nossas águas marinhas, até que existam condições ou conhecimento científico suficiente para o fazer.

Enquanto o Governo da República, tarda a posicionar-se relativamente a este assunto, os Açores foram desafiados a antecipar-se e a implementar uma moratória regional para assim proteger os mares, gerando eco junto do Governo da República.

A urgência do assunto em questão, prende-se com o facto de estar a ser desenvolvido pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, o Código Mineiro que poderá abrir a porta à mineração do mar profundo em áreas internacionais do oceano.

Os peticionários, através deste instrumento de participação política democrática, apelaram junto do Governo Regional se recomende que seja colocada em prática o princípio da precaução e que seja aprovada uma moratória à atividade de mineração marinha nos mares dos Açores e que igualmente a Região defenda o mesmo princípio e proponha a implementação de uma moratória nacional, junto do Governo da República.

Falar dos nossos mares, remete-nos para outro aspeto fundamental. Lamentavelmente, o sentido de propriedade do mar dos Açores está altamente colocado em causa. Tal como no passado, o PSD está e estará ao lado dos açorianos, dos interesses dos Açores e na defesa duma participação efetiva e ativa da Região na gestão do nosso mar, em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar e defender os direitos e as competências da Região sobre os mares, respetivos recursos, evitando a exclusividade da gestão do mar e da exploração dos fundos marinhos pelo Governo da República. Congratulando os peticionários pela coragem, o Grupo Parlamentar do PSD coloca-se, assim, ao lado daqueles que defendem o direito às gerações futuras de usufruírem de mares saudáveis e livres de impactos tão severos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que nos traz esta petição de facto preocupa os açorianos, devia preocupar mais ainda, devia preocupar muito os políticos açorianos, as associações cívicas, as associações ambientalistas, porque este é um tema que

muitas vezes para a maioria da população, é um tema vago, é algo que está para aí, o mar profundo a gente nem sabe bem isso o que é, está lá para o fundo, as pessoas nem percebem bem, muitas vezes, o que é a agressão da mineração do mar profundo nos ecossistemas, na profundidade. Até acho que os próprios cientistas não sabem o mal que faz, porque nem sabem o que é que lá vão encontrar, vão à sorte, e depois logo se vê. Mas há uma coisa que a mim me parece importante garantir e realçar aqui, usando esta petição e enaltecendo o empenho destes peticionários neste processo, há uma coisa que me parece que nós devemos sempre reforçar e que vem um pouco ao encontro daquilo que disse a Sra. Deputada Salomé Matos. É que enquanto o Governo da República nada faz, é importante que aqui do centro da autonomia regional, digamos

ao Governo em Portugal que nos Açores e no mar dos Açores, mandam os açorianos. E se para isso for necessário, que recorramos às instituições internacionais, às organizações internacionais para nos protegerem das vontades dos apetites que o Estado português tem no mar dos Açores.

A mineração do mar profundo, ou qualquer contrato com um minerador no mar dos Açores, talvez resolva por 10 ou 20 anos o financiamento de um partido político no poder em Lisboa, mas provoca danos irreversíveis nos ecossistemas e no mar dos Açores.

A mineração do mar profundo nos Açores, um qualquer contrato feito com um minerador predador, pode resolver problemas da economia portuguesa aqui ou acolá, desta empresa ou daquela empresa, daquele ministro ou daquela ministra, mas não resolve os problemas dos açorianos. E isto é bom que se diga nesta Casa, principalmente quando há deputados que acham que essas coisas não se devem fazer e não se devem fazer queixinhas lá fora, porque isto põe em causa a plataforma continental e todo o processo que Portugal está a tentar implementar para nos saquear o poder no mar dos Açores. E é bom

reforçar aqui nesta Casa que nos Açores, mandam dos açorianos e que o Estado português tem que cumprir, nos Açores, com as suas funções fundamentais, como já aqui reclamámos, entra sessão plenária sai sessão plenária, e não querer ainda mais meter cá a mão naquilo que é nosso, naquilo que nos prejudica, naquilo que mesmo que venha a ter ganhos, hão-de ser nossos e nunca da generalidade do Estado português.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para saudar os peticionários que nos convocam ao debate e à reflexão sobre uma moratória à mineração no mar dos Açores.

É uma iniciativa cidadã que apela aos decisões políticos para uma reflexão sobre as possíveis nefastas consequências de uma mineração nos mares profundos na nossa zona económica exclusiva e onde se localizam riquezas biológicas e ecossistemas marinhos delicados.

É uma petição que nos alerta para potenciais consequências na disrupção desses ambientes delicados e para as possíveis consequências nefastas, cujas consequências ainda estão por definir.

Somos, portanto, sensíveis a esta petição. Somos sensíveis à moratória da mineração no mar profundo dos Açores, também, porque à semelhança do que o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal que me antecedeu referiu, há uma questão em aberto com a República Portuguesa que se prende com a gestão partilhada do mar dos Açores, que é uma questão que está perfeitamente definida no Estatuto Político-Administrativo da nossa Região Autónoma, mas que o poder centralista em Lisboa teima em considerar que é uma exclusividade da

República. E, portanto, devemos aqui nesta Assembleia afirmar a nossa autonomia, dizendo que no mar dos Açores a opinião dos açorianos também conta para a sua gestão e, portanto, não é só a vontade de Lisboa que ditará as regras sobre o que fazer ou não fazer no mar da nossa Região Autónoma.

Portanto, mais uma vez e terminando, felicitar os peticionários pela sensibilização que fizeram a este Parlamento e reforçar a ideia de que o CDS, obviamente está muito sensível a esta questão.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, consideramos apreciada esta petição.

Passamos para o ponto 10 da nossa agenda, **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 155/XII** – “Defesa dos oceanos e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e constituição de áreas marinhas protegidas”.

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda e pela Representação Parlamentar do PAN.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que apresentamos, parte de dois documentos iniciais distintos da autoria do Bloco de Esquerda e do PAN, e vai também ao encontro dos propósitos da petição pública aqui apresentada há pouco.

Respondendo ao apelo de várias das ONG que trabalham ativamente na defesa do mar e do ambiente, unimos esforços e vontades e apresentamos um Projeto único que congrega o que os três documentos de base (todos eles já examinados em sede de Comissão Parlamentar) partilham, como objetivo fundamental: a defesa dos oceanos e do património natural azul através, por um lado, da criação de novas áreas marinhas protegidas e, por outro, da garantia de não permitir nos fundos marinhos à guarda dos Açores, quaisquer atividades de mineração, porque têm um potencial destrutivo irreversível.

“In dubio pro” ambiente: não existe conhecimento científico suficiente que comprove que os eventuais ganhos possam ser superiores às perdas – e seriam enormes essas perdas: da biodiversidade e sustentabilidade ambiental do Oceano aos poderosos impactos negativos em atividades económicas tão importantes como a pesca e o turismo, da segurança alimentar aos modos de vida das populações costeiras.

É por estas razões que é urgente atuar preventivamente, alargando a rede de áreas marinhas protegidas para defender o mar como património coletivo da Humanidade, não permitindo alienar o futuro deste património.

Mas há ainda uma outra razão de peso que fundamenta este pedido de urgência: o Código Mineiro em desenvolvimento na ISA, Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, pode vir a permitir, a partir já do próximo semestre, a mineração em mar profundo internacional. É por isso imperioso atuar já, com determinação e inteligência, na proteção do mar dos Açores, estabelecendo uma moratória regional à mineração em mar profundo.

O conjunto de considerandos agora exposto, bem como o facto de as duas iniciativas iniciais terem já sido amplamente debatidas em sede de Comissão, justificam, no entender de ambos os proponentes, Bloco e PAN, o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para discutirmos o Pedido de urgência?

Parecendo não haver, vamos então votar este Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 155/XII.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam um favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de urgência e dispensa de exame colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o Pedido de urgência dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação da iniciativa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que trazemos hoje é um documento de uma vontade comum do Bloco de Esquerda e o PAN/Açores.

Efetivamente, os dois partidos foram os primeiros a assumir uma posição clara relativamente à não mineração do mar profundo e à incondicional defesa do património azul na Região.

Nesse sentido, os pontos resolutivos que se apresentam refletem bem esse compromisso.

No caso do «Mar dos Açores» cerca de 99% da sua composição é tida como mar profundo, um local privilegiado ao surgimento de campos e fontes hidrotermais e nódulos polimetálicos. Os habitats mais singulares do planeta, um oásis de vida no Oceano profundo ao qual se associa a origem da vida, um notável laboratório para investigação, amplamente reconhecido pela comunidade científica mundial devido à sua singularidade e riqueza mineral. Por isso, objeto de cobiça pelos operadores dos mercados mundiais, sobretudo se considerada a sua escassez nos stocks mundiais existentes.

Perante as ameaças colocadas, a Região deve destacar-se neste desafio global que representa a defesa do Oceano, e combater atividades que inviabilizem essa proteção, como a mineração dos fundos marinhos. Perante a posição estratégica no contexto dos arquipélagos atlânticos, os Açores desenvolvem investigação científica de excelência e pioneira nas políticas para o planeamento, gestão e proteção dos recursos marinhos.

Acontece que bem sabemos os efeitos e as consequências da exploração de minerais em terra. Agora imaginemos uma mina no fundo do oceano, em que os fatores de risco são exponenciados pela água que favorece, por exemplo, a circulação de plumas sedimentares durante largos quilómetros, inviabilizando e destruindo a vida marinha presente e vindoura, não só no local, como em toda a coluna e superfície de água.

A par disso, a poluição sonora e luminosa, produzida em resultado da exploração mineral, terá impactos negativos na vida e rota dos cetáceos que sabemos passa pelo mar dos Açores.

A mineração dos fundos marinhos pode destruir formas de vida que nunca conhecemos e que nunca vamos conhecer, causando danos irreparáveis e irreversíveis. Daí a urgência de uma ação norteada pelo princípio da precaução com a aplicação de medidas preventivas ante uma atividade que pode acarretar o sério risco de dano ou perda irreparável.

O impacto negativo da mineração dos fundos marinhos não tem fronteiras, não tem limites, nem tem jurisdições! É, por isso, mais um fator de risco acrescido para a saúde dos oceanos que já se encontra num estado avançado de debilidade.

Não foi por mero acaso que os Açores, e particularmente a cidade da Horta, foram escolhidos, no passado dia 28 de fevereiro, para um debate alargado que contou com a presença de investigadores; associações ambientais; técnicos de políticas e membros de grupos parlamentares regionais. Muitos de nós

estivemos lá e ouvimos a preocupação da comunidade científica internacional e os apelos a esta moratória.

Estamos na Década dos Oceanos e temos até 2030 para atingir a meta de um Oceano limpo, saudável, resiliente, seguro e acessível. O mote é estimular o desenvolvimento de soluções sustentáveis, amigas do Oceano. É um dos três objetivos da Agenda Azul para esta década.

Consequentemente, é importante cumprir a meta da ampliação das Áreas Marinhas Protegidas e acelerar o processo e alcançar a meta protecionista de 30% até ao fim deste ano.

A Região deve destacar-se neste desafio global da defesa do Oceano, e combater posicionamentos políticos e ações que inviabilizem essa proteção. A posição geoestratégica privilegiada da Região torna-a pioneira nas políticas para o planeamento, gestão e proteção dos recursos marinhos, afirmando-se como um importante ator global na governança do oceano.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e a Representação Parlamentar do PAN/Açores, que já tinham iniciativas desde Junho do ano passado, reconhecendo a importância e urgência desta matéria para a vida de todos os açorianos e restabelecendo uma responsabilidade com as gerações vindouras, apresentam esta iniciativa conjunta na expectativa de robustecer e alargar esse compromisso, dando um sinal à República que os açorianos têm mais que uma palavra a dizer sobre a gestão do Mar dos Açores que faz parte da nossa matriz identitária e de um património secular que vai muito além do mero enquadramento paisagístico.

Mas esta mensagem deve ultrapassar os nossos limites territoriais e chegar a Bruxelas, ficando claro que os Açores são contra a mineração do mar profundo, seja em território português, em outro território ou, mesmo, em águas internacionais. Esta é a mensagem, veementemente reclamada pela sociedade civil, tal como refletida na Petição Pública que reclama uma

moratória à mineração do Mar nos Açores apresentada neste Plenário e que deve nortear a ação pioneira da Região na liderança da defesa do Oceano no cenário mundial.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(Neste momento o Deputado Carlos Freitas substituiu o Deputado Marco Costa no lugar de Secretário da Mesa)

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que agora apresentamos em conjunto, o Bloco de Esquerda e o PAN, teve como ponto de partida a iniciativa que o Bloco trouxe a esta Assembleia em março de 2022 e onde propunha com vista à proteção e conservação dos oceanos, o alargamento das áreas marítimas protegidas e áreas protegidas estritas na zona marítima sob gestão da Região Autónoma dos Açores, bem como a interdição da extração mineira em área protegida e a aplicação de uma moratória à mineração em todo o mar dos Açores.

Em sede de Comissão Parlamentar, quer face à iniciativa que o Bloco tinha apresentado, como também para a iniciativa que o PAN posteriormente fez entrar, foram auscultadas variadas entidades de instituições científicas a associações de defesa do ambiente e representantes da pesca. Na generalidade, confirmaram os nossos pressupostos quanto à enorme riqueza do nosso mar e à importância da salvaguarda, quer da sua biodiversidade quer do conjunto de atividades económicas já existentes, como a pesca e o turismo de mar, a

observação de cetáceos, por exemplo, que dependem de um oceano saudável e equilibrado. Foi ainda reiterada a inexistência de conhecimento científico aprofundado, no momento presente, quanto à aferição rigorosa de todos os potenciais danos decorrentes da mineração do mar profundo. Apesar de não ser ainda possível avaliar com segurança estes efeitos nocivos a maiores escalas de tempo e de espaço, os estudos até agora realizados sobre áreas na proximidade de zonas de mineração marinha, demonstram já com clareza um conjunto de impactos e consequências ambientais negativas, bem como o espectro da irreversibilidade dos danos causados.

Estas consequências terão também impacto negativo para o futuro nos domínios da investigação e da biotecnologia campus que têm nos Açores um imenso potencial de desenvolvimento científico e económico.

Que propostas apresentámos então neste Projeto conjunto, orientadas pelo princípio da precaução e pela certeza da necessidade de proteger o oceano?

Uma atuação em rede em diversas frentes, ampliando a rede de áreas marinhas protegidas para garantir que até final deste ano elas ocupem pelo menos 30% do espaço marítimo sob gestão dos Açores, este é um desígnio assumido publicamente pelo próprio Presidente do Governo Regional, apesar de não termos conhecimento de até agora o processo ter progredido. Para além disso, conferindo proteção estrita a pelo menos metade dessa área protegida que inclua os campos hidrotermais e os montes submarinos com fontes hidrotermais e, em simultâneo, impossibilitando cautelarmente a mineração dos fundos marinhos à guarda dos Açores.

O alargamento das áreas marinhas protegidas é um compromisso já assumido pelo nosso País na estratégia de biodiversidade da UE e pela nossa Região, através do programa *Blue Azores*, de que é parceiro o atual Governo Regional, como foi de igual modo, o anterior Governo Regional do Partido Socialista.

Os objetivos definidos por este programa são precisamente os de proteger 30% do mar dos Açores através de áreas marinhas protegidas com pelo menos 15% de novas AMP totalmente protegidas, onde não é permitida a extração, implementar planos de gestão para as novas reservas marinhas e para as AMP já existentes e, ainda, implementar um plano de ordenamento do espaço marinho.

Por outro lado, a moratória que também propomos, é indispensável para impedir que a sede de lucro de uns poucos, se sobreponha à necessidade de preservar o equilíbrio dos oceanos que são de nós todos. Esta moratória tem um valor efetivo e muito importante para os Açores, mas vai também permitir que a nossa Região ocupe um lugar de destaque a nível nacional e internacional na defesa ativa do património natural. Tem, por isso, uma carga simbólica que os Açores não devem, não podem desperdiçar.

Que melhor cartão de visita para uma região que se quer sustentável e com visão de futuro do que provas concretas de salvaguarda, da sustentabilidade dos nossos recursos?

O triângulo marítimo português, Continente, Madeira e Açores, constitui 48% da totalidade das águas marinhas sob jurisdição dos estados-membros da União Europeia, em espaços adjacentes ao continente europeu. Esta é a razão de peso para o País e em particular, os Açores, se fazerem ouvir em matéria de proteção e conservação dos oceanos. Está nas nossas mãos a decisão de defender e proteger o mar dos Açores e é urgente atuar, porque se aproxima a passos largos a possibilidade, ainda este ano, da abertura do mar profundo internacional à mineração.

Está nas nossas mãos a capacidade de, pelo exemplo ativo, liderar este processo em Portugal e contribuir para que o País, seguindo o nosso exemplo, estabeleça moratórias no restante território nacional e defenda em todas as sedes internacionais relevantes, uma moratória global à mineração dos fundos

marinhos. 97% de Portugal é mar, 56% do território marítimo nacional é açoriano. Cerca de 99% do mar dos Açores é considerado um mar profundo, mas apenas 5% estão protegidos. O mar é a nossa maior riqueza e é nessa medida que temos a obrigação de proteger com urgência.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 11 da nossa agenda.

Eram 12 horas e 02 minutos.

Estava inscrito antes do intervalo o Sr. Deputado Mário Tomé a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista sobre este tema, já teve uma posição relativa à questão da mineração, pensamos que esta é uma questão essencial e entendemos também que o foco deste Projeto de Resolução que é da autoria do BE e do PAN, deveria ser a mineração e não as áreas marinhas protegidas e porquê? Porque obviamente são dois assuntos de enorme importância para os Açores, quer a mineração quer as áreas marinhas protegidas, sendo que nessa matéria das áreas marinhas protegidas, nós obviamente temos uma posição muito clara que

já foi manifestada, inclusive há um parecer da Federação das Pescas, no âmbito da CAPADS, sobre este Projeto de Resolução que diz:

“A Federação das Pescas dos Açores vem por este meio anunciar o seu parecer positivo referente ao Projeto de Resolução nº125/XII que recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória à mineração marinha”.

Ainda sobre o Projeto de Resolução refere no 1º ponto que “até 2023 seja conferida proteção legal, o mínimo 30%, da zona marinha sob gestão da Região Autónoma dos Açores, integrando em corredores ecológicos”. A Federação das Pescas dos Açores adita o seguinte:

“Como a própria estratégia da biodiversidade da União Europeia menciona implantação das áreas marinhas protegidas AMP até 2030, assim, o Governo Regional dos Açores o deve fazer, não restringindo este tempo essencial para uma boa coordenação, gestão e implantação das áreas marinhas protegidas”.

Portanto, eu penso que poderíamos marcar e sinalizar um ponto histórico nesta Assembleia, e dar o exemplo e muitas assembleias, pois a nossa posição sobre as áreas marinhas é muito clara e aliás, temos *know-how* nessa matéria, o Partido Socialista implantou 5% das áreas marinhas protegidas, sendo que o total são 7% considerando os 2% fora da zona económica exclusiva, e consideramos fundamental para o ecossistema a implantação de áreas marinhas fundamentadas com estudos científicos.

O que é que está a acontecer neste momento? É que isto está a ser feito *em cima do joelho*, de uma forma precipitada, precipitada, sem planos de gestão e sem ouvir os pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Há para nós questão clara nesta matéria, e isso é sagrado: a defesa dos ecossistemas marinhos fazem-se com as populações piscatórias e não contra as populações piscatórias, como está a acontecer neste momento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(Neste momento o Deputado Marco Costa retomou o lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está em análise e debate um projeto de resolução conjunto, elaborado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e pela Representação Parlamentar do Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza, conjuntamente com a petição entregue nesta Assembleia Legislativa Regional pela Associação Sciaena, de forma presencial e com cobertura dos órgãos de comunicação social, **sendo esta uma Organização Não Governamental que visa promover um ambiente marinho saudável através do fomento de formas de exploração sustentáveis, do envolvimento da população e da intervenção política. Às senhoras Ana Matias e Bianca Mattos, endereço desde já o meu muito obrigado pela defesa dessa causa, que tanto diz aos Açores.**

Este projeto de resolução, novo e que congrega os projetos independentes destes partidos com assento parlamentar - que foram, entretanto, retirados - resultaram numa série de audições sobre estas duas temáticas, onde foram ouvidas em audição parlamentar várias entidades que deram fortes contributos para a clareza dos temas.

Em relação à pretensão de criar as áreas marinhas protegidas, em 30%, temos a dizer que, pelo anunciado publicamente pelo Governo Regional, esse trabalho está a ser desenvolvido e, portanto, levará o seu tempo. Nós concordamos com essa pretensão e nada nos oporemos ao desejado, assumindo desde já o voto favorável nesta assembleia, mas com consciência que o trabalho está a ser desenvolvido e que é de grande complexidade, por isso dizemos que levará o seu tempo.

Quero incidir propriamente sobre o tema da moratória à mineração do mar profundo dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é só isso.

O Orador: O que é a mineração do mar profundo?

É a exploração dos minérios existentes nessas profundezas muito desconhecidas cientificamente, como minérios de cobalto, manganês, cobre, zinco, entre outros minerais, que são utilizados na manufatura de baterias de várias espécies - que vão dos telemóveis e computadores, até aos carros elétricos – e também para a construção de gigantes motores elétricos das torres eólicas e mesmo para as turbinas hídricas, que ajudam à transição energética. Esses minerais existem em terra, nos continentes, e são explorados, de forma bárbara e predatória por grandes empresas multinacionais, em alguns países sem regulamentação e proteção ambiental e laboral, onde quero dar nota que, por exemplo, os grandes minérios terrestres mundiais de cobalto existem, em 60%, na República Democrática do Congo, no continente africano, utilizando como trabalhadores uma grande percentagem de crianças de tenra idade.

O que dizem essas multinacionais, de âmbito extrativo, é que para ocorrer a grande transição energética global será necessário explorar o fundo do mar, por não existir minerais suficientes em terra para as necessidades das próximas décadas. Excluem de toda a sua narrativa a reciclagem e o conserto de equipamentos eletrónicos de modo a serem reutilizados.

Ora, a insistência dessas empresas é seguirem pelo caminho mais fácil: explorar o mar profundo com máquinas de grande débito, altamente destrutivas do ambiente marinho, não necessitando de tantos trabalhadores afetos à exploração e que, nos locais onde esta ser executada, a monitorização e fiscalização é de difícil execução, por realizarem-na a enormíssimas profundidades como 3, 4 ou 5 quilómetros.

Os efeitos dessa exploração são já evidentes. A introdução de máquinas gigantescas e ruidosas irão gerar impactos ambientais nefastos para a fauna e flora do mar profundo e não só. A forma de extrair os existentes nódulos polimetálicos, que se assemelham ao formato de batatas ou punhos serrados, constituídos por metais que levaram milhões de anos a se gerarem e que se encontram deitados e parcialmente enterrados no fundo do mar, gerará plumas ou nuvens de metais pesados tóxicos existentes no fundo do mar, dispersando essas mesmas por toda a área envolvente, que segundo o atual conhecimento científico irá chegar até 1000 metros de altura e larguíssimos quilómetros quadrados de área poluída que irá dizimar a fauna e flora do mar profundo, caracterizadas como de crescimento lento, altamente sensível e que à mínima perturbação pode simplesmente desaparecer para todo o sempre, não deixando de falar na enormíssima perturbação sonora que afetará a rota das baleias e outros seres vivos, em que esse ruído das máquinas em exploração atingirá os 500 quilómetros de distância, que se configura, praticamente, fazendo um contexto em termos reais, num ruído provocado no fundo do mar do Faial facilmente será detetado no fundo do mar de São Miguel.

À parte dos nódulos polimetálicos, ainda existem as crostas polimetálicas e as fontes hidrotermais, sendo a nossa riqueza subaquática muito vasta.

Foram realizados testes ao fundo do mar profundo nos anos entre 1970 e 1980 com uma grade que lavrou o fundo do mar numa certa área. Os cientistas voltaram ao mesmo local em 2015 e comprovaram que todo esse local se

encontra destruído, sem fauna e flora e que se tornou num deserto subaquático onde nada mais se desenvolverá à escala temporal humana.

Essa exploração do mar profundo, de momento, está a ocorrer em águas internacionais, geridas pela Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos (ISA – Internacional Seabed Authority), criada em 1994 pela Organização das Nações Unidas, sediada em Kingston, Jamaica, com a incumbência de organizar e controlar todas as atividades relacionadas com os recursos minerais nas águas internacionais, fora da jurisdição dos estados membros, conhecida como “a Área”, para o benefício da humanidade como um todo.

O que acontece atualmente, é que essa exploração já existe nessas mesmas águas internacionais, num local do Oceano Pacífico chamada Zona Clarion-Clipperton, que se localiza entre o Havai e o México, com uma área da dimensão do continente americano, com 4 milhões de quilómetros quadrados, em que existem 31 licenças de exploração, umas já em exploração e outras em vias de explorar. Cada licença dessas custa 500.000€ e são pagos à Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos, que é considerada por muitas organizações não governamentais, defensoras do ambiente, como uma autoridade obscura, de uma tremenda falta de transparência em vários âmbitos, como nas reuniões que organiza, à porta fechada e sem divulgação plena das suas intenções para o futuro.

O que despoletou a atenção de imensos estados membros para esta problemática da exploração desenfreada dos minérios existentes no mar profundo foi o pedido de exploração de minérios na sua Zona Económica Exclusiva do estado membro de Nauru, o menor país insular do mundo, com 21 quilómetros quadrados de área - 4 quilómetros quadrados maior do que a ilha do Corvo - o que levou à regra de a Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos ter 2 anos para regular as questões relacionadas com essa exploração.

O que aqui se pede, neste projeto de resolução, é que esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores tome uma posição e que defina uma moratória ou uma pausa precaucionária à mineração do mar profundo, à semelhança de outros países ou regiões, dando como exemplo a região das Canárias, que já se pronunciou sobre esse tema com a dita pausa precaucionária condicionada aos desenvolvimentos científicos que comprovem qual os impactos ambientais derivados dessa exploração subaquática.

Neste projeto de resolução, os proponentes pedem uma pausa até 2050. Para nós, GP do PPM, somos a favor de uma pausa precaucionária condicionada aos desenvolvimentos científicos, não impondo um tempo ou uma data fixa, mas não temos nada a opor ao pretendido, por termos em vista que também defende os interesses dos Açores e do seu património natural.

Finalizo, agradecendo a oportunidade e pertinência deste projeto de resolução do BE e do PAN que, esperamos, seja aprovado por unanimidade, não tanto pelo que já está a ser executado pelo Governo Regional em relação às áreas marinhas protegidas, mas sim pelo premente tema da mineração do mar profundo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como tem sido afirmado de forma reiterada pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas, o Governo Regional dos Açores é contra o licenciamento de qualquer atividade mineira no mar profundo dos Açores, enquanto não for demonstrado pela ciência que essa atividade é sustentada. E, portanto, é a posição do Governo Regional acerca deste assunto, sendo certo que tal como já aqui foi afirmado, estamos perante um desconhecimento enorme sobre esta questão. Como é afirmado por cientistas reputados como o Professor Serrão Santos, o Doutor Telmo Morato e outros que se têm dedicado a esta a este estudo sobre o mar profundo.

Depois, também dar nota de que o Governo Regional tem consciência das lacunas que existem ainda no estudo do mar profundo, daí ter procedido através da Direção Regional das Políticas Marítimas, a uma contratação do mapeamento das zonas costeiras dos Açores que estará concluído até ao final deste ano, num valor superior a 800 mil euros. Também adjudicou a equipas da Universidade dos Açores o estudo e inventariação dos ecossistemas de profundidade nos Montes submarinos da Região Autónoma dos Açores, no montante 2 milhões e 500 mil euros.

Portanto, a nossa posição é de que enquanto não existirem estudos científicos e competência e capacidade técnica que assegurem que o risco é inferior ao benefício, não se avança com a mineração, não descurando, obviamente, o estudo que terá de ser feito e, nessa medida, até como é do conhecimento público, já aqui foi dito também que com o navio de investigação científica e com os equipamentos com que será adotado, para procedermos a precisamente ao estudo do mar profundo.

Gostaria também de deixar aqui uma reflexão acerca daquilo que consta nesta moratória regional e o seu significado. A nossa ver, a aprovação da moratória por resolução desta Casa, significa que os Açores querem manter o pioneirismo na defesa dos seus mares e que, portanto, quando a República

poderia pura e simplesmente proibir a mineração nas águas nacionais. Não tomou ainda posição relativamente não tomou ainda posição relativamente à moratória

global que se impõe e que no final deste 1º semestre, segundo informação que temos, será apresentada à Autoridade Internacional

dos Fundos Marinhos. E, portanto, julgo que o mérito principal até em termos de posição política da Região Autónoma dos Açores, nesta matéria, será afirmar perante a República que defendemos intransigentemente o mar dos Açores.

Deputados Gustavo Alves (PPM) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é neste sentido que o Governo Regional acolhe e se congratula também com esta resolução.

Não posso deixar, porque também vem mencionado nas liberações resolutivas quanto às áreas marinhas protegidas, de dar nota de que ao contrário do que afirma o Sr. Deputado Mário Tomé, o processo tem sido acompanhado pela Presidência do Governo Regional dos Açores em declarações que o Sr. Presidente já fez por diversas vezes, também num vanguardismo que relativamente ao mar dos Açores, foi decidido antecipar em 7 anos a definição das áreas marinhas protegidas. Isso tem sido feito, não nas costas de ninguém...

Deputados Joaquim Machado (PSD) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...nomeadamente nas costas dos pescadores como aqui o PS faz questão de afirmar constantemente, tem sido feito com a colaboração de todos, em reuniões muitíssimo participadas com as comunidades piscatórias em diversas ilhas e em articulação com a Federação de Pescas, pelo que muito se

estranha que venha aqui ser invocado que a Federação de Pescas pede que seja divulgado até 2030.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Julgamos que é um processo moroso, que merece ponderação, é um processo também a quem já foram garantidos, nomeadamente aos profissionais da pesca, que o Governo Regional estaria sempre disponível para acolher sugestões e para ponderar a eventuais prejuízos decorrentes da implementação das áreas marinhas protegidas.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, a posição do PS, nessa área, parece-me retrógrada...

Deputada Andreia Costa (PS): Retrógrada não. Responsável.

O Orador: ... porquanto ao XII Governo, como bem sabem, assinou com a *Blue Azores* um protocolo que até por circunstâncias várias, nomeadamente também pela pandemia, ficou 2 anos na gaveta. Mas este XIII Governo implementou desde o início esse protocolo e assim pretende fazer...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... assumindo, como disse, o vanguardismo na defesa do mar dos Açores que é isso que hoje aqui nos move.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhamos para a bancada do Governo e é só vanguardismo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para uma interpelação.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, era para entregar à Mesa para fazer circular pelos diferentes partidos o parecer da Federação das Pescas.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também já o temos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão na vanguarda da proteção dos oceanos. São, por isso, um exemplo a nível europeu e a nível internacional.

O Sr. Deputado do Partido Socialista, já nos transmitiu aqui que no tempo do anterior Governo da responsabilidade do Partido Socialista, tinha diligenciado e tinha implementado a proteção do nosso espaço marítimo na ordem dos 5%, mais 2 em águas internacionais, ora isso já foi um passo significativo e é um exemplo de que nesta matéria,

a proteção do nosso meio ambiente, sobretudo o meio marinho, não é uma luta de facção política, é uma luta de todos nós, independentemente da nossa tendência política, das questões que naturalmente surgem entre os vários e diferentes partidos políticos, e diferentes ideologias políticas, esta é uma causa dos Açores e, portanto, acho que devemos todos continuar a contribuir para esta construção europeia, porque somos membros da União Europeia e estamos na vanguarda do exemplo da proteção do nosso meio marinho.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dizia, então, que o anterior Governo iniciou um processo e o nosso Governo de coligação está dando continuidade a esse processo, tendo intensificado ainda mais a velocidade de implementação dessa proteção, antecipando para 2023, a concretização da proteção dum total de 30% das nossas áreas marinhas.

Isto é um passo significativo e é um exemplo que gostaria de realçar na proteção do nosso oceano e na afirmação açoriana da proteção do mar dos Açores que é uma subárea do mar nacional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

E, portanto, somos nisso um exemplo a nível internacional. E, portanto, estamos todos de parabéns. E gostaria de reafirmar o apoio do CDS às políticas do nosso Governo, para continuarmos a ser esse exemplo efetivo na proteção do nosso meio ambiente.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E como muito bem disse o Sr. Secretário, estão em curso – ou irão ser implementados a curto prazo – estudos do mar profundo, que é exatamente isso que falta, ou seja, é sabermos exatamente o que existe e as consequências nesses meios ambiente marinhos frágeis da exploração dos minérios e das riquezas que lá estão e que são necessárias para as diversas indústrias de ponta atuais.

Portanto, enquanto não houver esses estudos e conclusões das efetivas consequências, somos favoráveis à implementação de uma moratória à mineração no mar dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo - já ia dizer, só “Srs. Membros do Governo” pois já não estamos habituados à presença do Sr. Presidente aqui tão cedo...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Até parece que o Sr. Presidente anda sempre ausente!

O Orador: ...querias ser engraçadinho sozinho, não é?

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PS e PSD)

Traz-nos aqui, traz-nos aqui o Bloco de Esquerda e o PAN um Projeto de Resolução que embora verse sobre a mesma matéria, mistura duas questões: a da mineração do mar profundo e a das áreas marinhas protegidas.

Ora, estes são dois assuntos que à Iniciativa Liberal são caros e à Iniciativa Liberal dos Açores ainda são mais caros.

Relativamente à mineração do mar profundo, penso que na intervenção que fizemos em sede de discussão da Petição, já ficou bem clara qual é a nossa posição. Já sobre as áreas marinhas protegidas, há aqui, não diria divergências, mas pelo menos preocupações diferentes.

Eu também acho que é importante anteciparmos o prazo que nos é dado pela União Europeia. Aliás, nós somos uma democracia, a União Europeia é um diretório, portanto, nós democraticamente devemos decidir sempre que possível de forma diferente dos diretórios, mas há uma questão neste processo

que se calhar, o Sr. Secretário Regional da tutela me poderia esclarecer de uma forma clara neste círculo e, assim, esclarecendo a totalidade dos açorianos e que tem a ver com a escolha que foi feita pelo Governo Regional dos Açores da Fundação Oceano Azul – Blue Azores - para fazer estes estudos e acompanhar esta tomada de decisão. E por que não fundamentá-la nos estudos anteriores que já tinham sido feitos pela Universidade dos Açores e por outros técnicos e outros estudos que existem publicados em sites e revistas da especialidade.

O que nos parece aqui, é que esta Fundação Oceano Azul é uma espécie de organização maçónica...

(Risos do Deputado Pedro Neves)

...que se financia no orçamento da Região Autónoma dos Açores para ... fingir que desenvolve conhecimento científico para poder fazer outras coisas que não são bem só desenvolver conhecimento científico. E eu gostava mesmo que o Sr. Secretário esclarecesse isso, porque os açorianos merecem, e esta Câmara como seus representantes também, um esclarecimento claro sobre essa matéria.

Sobre a questão da moratória, sendo sensível às áreas marinhas protegidas, como foi claro aqui no caso que aqui discutimos do Porto da Caloura, há que haver um certo equilíbrio; temos que perceber a importância da manutenção dos stocks, a importância da manutenção dos ecossistemas, mas também não nos podemos dissociar da importância que tem o setor piscatório como área económica de grande relevância social na Região Autónoma dos Açores, porque não são poucos aqueles que dependem da atividade extrativa da pesca, não são poucos aqueles que desenvolvem atividades da pesca na Região Autónoma dos Açores e há, inclusivamente, comunidades como aquela que

ainda ontem aqui elevámos à condição de Vila que vivem quase essencialmente desta atividade e que poderão ter que fazer um esforço ainda maior para pôr o pão na mesa das suas famílias.

Eu percebo o aparte do Sr. Presidente do Governo, quando fala de *sustentabilidade ambiental*, mas eu estou falando de sustentabilidade económica e social que são complementos dessa sustentabilidade.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E aí eu acho que devemos ter sempre em consideração e em mente precisamente esta questão, sem deixar de relevar, mais uma vez, a importância da manutenção dos ecossistemas e dos stocks, porque se a atividade extrativa for feita de forma muito intensiva e sempre sobre as mesmas zonas, obviamente que a sustentabilidade económica e social vai estar em causa muito rapidamente, porque aí não haverá recursos para continuar a sustentar essa atividade económica.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): De acordo.

O Orador: Mas carece de um certo equilíbrio. E é por isso que entendo que este não é o momento de se antecipar esta moratória. E não é o momento, porque a frota da Região Autónoma dos Açores e o setor extrativo da pesca na Região Autónoma dos Açores, não está devidamente estruturado para poder ter quebras desta natureza. Se bem que se houvesse uma efetiva fiscalização, se houvesse mais uma um acompanhamento dessa frota nesta fiscalização, provavelmente os recursos não estariam no estado em que estão, porque continua a ser desenvolvida atividade nas áreas protegidas que já existem, continua a haver atividade ilegal mesmo nas zonas onde é ilegalmente possível fazê-la com artes proibidas, tamanhos de anzóis proibidos, espécies capturadas que apenas têm um *bycatch* de 10%, mas cujas capturas chegam aos 20 e aos 30 e, portanto, tudo isso carece de muito trabalho por parte do Governo Regional dos Açores e das autoridades

nacionais, no sentido de fiscalizar essa atividade. Se não tem havido capacidade de fiscalizar até agora aquelas que já existem, eu imagino aumentando para mais 30% essas áreas marinhas protegidas, o que é que vai acontecer?

Não se consegue fiscalizar aquelas que já existem, não se consegue fiscalizar as áreas autorizadas e se estamos aqui constantemente a criar legislação e coisas que depois não conseguimos executar, não conseguimos materializar aquilo que aqui definimos democraticamente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): A tecnologia vai ajudar.

O Orador: Por isso, é ponderoso fazer uma análise mais acutilante desta matéria. É só nesse aspeto que desafio os promotores a alterarem a resolução, porque entendo que não é o momento de se fazer este trabalho, se bem que é assumido pelo Governo Regional, que o vai fazer. O Sr. Presidente do Governo em tempos já falou desse assunto, o Secretário acabou de o reiterar, por isso também temos essa tranquilidade. Sabemos que o Governo está a trabalhar nesta matéria. Mas é uma questão que também cabe aos promotores, não cabe à Iniciativa Liberal. Mas o nosso sentido de voto vai neste mesmo sentido - passe a redundância - de sim senhor, acompanhamos a parte em que se fala da mineração do mar profundo. Já nas zonas marítimas protegidas, não que sejamos contra, mas temos algumas reservas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas vai votar a favor ou não? Não percebi.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos meses e a propósito de dois projetos de resolução que visava a aplicação de uma moratória à mineração marinha e a constituição de áreas marinhas protegidas, tivemos oportunidade sobre esta matéria, de ouvir

inúmeros peritos e associações. Na sequência da retirada destes diplomas, Bloco de Esquerda e PAN apresentaram-nos um projeto conjunto que hoje aqui apreciamos. Todas as audições foram unânimes na relevância do tema, classificando os efeitos da mineração como catastróficos e irreversíveis para os ecossistemas marinhos e, efetivamente, todas as entidades apontaram um caminho que primeiro passasse por aprofundar o conhecimento científico e então, posteriormente, avaliar a necessidade de avançar para esta atividade.

Relativamente à constituição das áreas marinhas protegidas, de igual forma todas as audições foram favoráveis a este projeto que está em curso.

Se por um lado, existe uma profunda consciência dos gravíssimos danos para os ecossistemas resultantes da mineração, à luz do conhecimento que hoje temos, por outro lado, a constatação de um vertiginoso desenvolvimento da tecnologia de energias renováveis que acompanha a tendência dos países cada vez mais serem autossustentáveis, tem conduzido também à errada perceção de que há uma escassez de recursos terrestres, aliada à ideia de um retorno financeiro muito simpático associado a esta atividade, fazem com que a mesma possa parecer bastante atrativa.

Temos o privilégio de hoje, fruto também do conhecimento científico que foi produzido, estarmos mais conscientes dos riscos potenciais associados à mineração do mar profundo que incluem a destruição local de ecossistemas e a perturbação dum raio de largos quilómetros, centenas de quilómetros, em redor da zona onde esta atividade é desenvolvida. Naturalmente que esta situação gera preocupações generalizadas em relação à proteção da biodiversidade marinha e também quanto aos direitos das comunidades costeiras.

Este Governo tem tido uma posição muito clara quanto à proteção dos oceanos, assumiu que a mineração do mar profundo é claramente uma ameaça e que deveremos proteger o mar, sob pena de sermos responsáveis por graves

danos para gerações futuras. E havendo hoje este consenso, num passado não muito recuado, exatamente 2012 – e temos efetivamente que aprender com o passado - o então Presidente do Governo Regional Carlos César defendia forma precipitada e irresponsável...

Deputado José Contente (PS): Isso é falso!

Leu o artigo no Diário Insular?

Isso já vai ser esclarecido!

A Oradora: ...que os lucros da exploração de recursos marinhos deveriam reverter para o desenvolvimento da Região e que aquela era uma oportunidade a não perder. Passo até citar: “temos que aproveitar o interesse que inúmeros países e empresas todo mundo têm pela prospeção e exploração dos nossos recursos minerais e energéticos e biológicos do oceano profundo.

Felizmente, percorremos um caminho que nos distancia desta posição que hoje nos embaraça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E até fico pensando e perguntaria ao Sr. Deputado Mário Tomé, se na época os profissionais das pescas que opinião tinham sobre esta sobre esta posição...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... que permitia e abria portas ao desenvolvimento duma atividade que claramente seria devastadora para toda a vida marinha? No âmbito da valorização dos mares e das áreas marinhas protegidas, entendemos que são fundamentais para salvaguardar a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas.

Relativamente aos pontos resolutivos desta iniciativa que apreciamos, eles reiteram exatamente aqueles que são os objetivos do programa Blue Azores. Este executivo mantém o compromisso de cumprir a meta dos 30% do mar dos Açores, através de áreas marinhas protegidas, com 15% de novas áreas marinhas totalmente protegidas até final de 2023. Encontra-se, neste momento, a decorrer um processo participativo direcionado às zonas costeiras, uma etapa que também conta com a envolvimento de todos os envolvidos. Ainda recentemente, aquando da realização da Semana das Pescas aqui na ilha do Faial, onde eu estive presente e não me recordo de ver, por exemplo, o Sr. Deputado Mário Tomé ou a Sra. Deputada Vera Pires, que dizem que se desconhece o processo, pois houve oportunidade num painel exclusivamente alusivo a este tema, de serem dadas a conhecer todas as etapas da recolha de contributos do setor, da partilha dum trabalho em rede. Estavam presentes naquela plateia profissionais das pescas que naturalmente mostraram as suas preocupações e estavam a obviamente capacitados para discutir o assunto, mostrando a sua envolvimento.

Deputado José Ávila (PS): Foram convidados, mas para estar calados!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Esta é uma meta ambiciosa, mas alcançável e, portanto, não podemos também deixar de mencionar algumas reservas, já que no preâmbulo deste Projeto de Resolução os proponentes também não resistiram à tentação de expressar as suas dúvidas quanto ao sucesso Projeto.

Relativamente à moratória à mineração mineira, de facto esta iniciativa estabelece mais do que um horizonte temporal sobre o qual tivemos reservas, mas exatamente porque entendemos que fica assegurado que qualquer

atividade de exploração mineira não deverá ser autorizada até que um conjunto de condições estejam cumulativamente reunidas, merece o nosso apoio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A iniciativa vai mais longe e pretende que o Governo Regional tenha uma voz ativa junto da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, ao questionar a atribuição de concessões em áreas de proximidade e gerando eco junto do Governo da República, impulsionando, desta forma, por um lado, que esta moratória também possa ocorrer no restante território nacional e até mesmo defender uma moratória global nas áreas da jurisdição da Autoridade Internacional.

Destacamos, também, a relevância que é dada ao fato da necessidade de se envolver as comunidades locais, garantindo o seu consentimento livre, prévio e informado também indo de encontro àquilo que previamente já foi acordado em fóruns organizados. Porque entendemos que esta é uma atividade que ao iniciar-se, vai ter um impacto irreversível e imprevisível dos fundos marinhos, dos seus ecossistemas e, por extensão, das atividades económicas dizemos presente, juntamo-nos a um número cada vez mais crescente de regiões, instituições, organizações e até mesmo o setor privado que se tem manifestado favoravelmente e pretendemos fazer história ao votar favoravelmente à aplicação de uma moratória regional à mineração e à constituição das áreas marinhas protegidas, mantendo aquela que tem sido a nossa bandeira. Os Açores têm sido líderes do exemplo na preservação dos oceanos, vão continuar a sê-lo, não representasse o mar dos Açores mais de 50% do espaço marítimo português, assumindo-se como uma das maiores zonas exclusivas da Europa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo: A minha primeira questão é para solicitar ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, no seguimento das suas declarações em que refere que auscultou os pescadores em todo este processo e que os mesmos estão em consenso, e uma vez que este não é o parecer da Federação das Pescas, solicitava que o Sr. Secretário pudesse entregar à câmara o parecer que encontraria, então, o que foi o parecer da Federação das Pescas, o qual foi entregue nesta Assembleia no âmbito das audições dos Projetos de Resolução n.ºs. 125 e 127, para, assim, conseguirmos comparar o teor das suas declarações?

Por outro lado, também queria esclarecer que, contrariamente ao que é dito de que Portugal não assumiu ainda a sua posição, foi notícia a 16 de dezembro que “Portugal assina uma declaração sobre a mineração do mar na COP 15 que decorreu em Montreal em dezembro passado”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Bloco é que tem que defender a sua iniciativa.

A Oradora: Ou seja, a notícia que existe é que Portugal assina uma declaração e convida outros governos a garantir que antes de se iniciar a mineração no mar profundo, devem ser suficientemente investigados os impactos no ambiente marinho e compreendidos os riscos. É o facto de Portugal ter vindo a assumir uma posição clara face à mineração em mar profundo, que lhe permitiu subscrever a proposta. Por isso, aqui está mais uma

vez dito a posição que assumiu na Conferência das Nações Unidas para a Diversidade Biológica que ocorreu em Montreal.

Também no seguimento dalgumas declarações da Deputada Salomé Matos, e como e como alguém disse que não estávamos à espera, sim, claro que estávamos, porque temos muito orgulho nas declarações que foram ditas também em 2012 pelo Presidente Carlos César e queria também complementar com o que está na notícia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah é?!

A Oradora: Realmente o que está na notícia é que “Carlos César, como Presidente do Governo, considerou que a defesa dos recursos do mar é o grande desafio para os Açores e de que dependerá do progresso da Região nos próximos anos e da sua sustentabilidade, a riqueza existente no mar dos Açores. Mas alertou a necessidade para a necessidade desses recursos terem uma exploração sustentável”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Ah disto a senhora *esqueceu-se*.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Digamos que *omitiu* essa parte.

A Oradora: E ainda diz que “defendeu a necessidade de serem criadas condições que permitem...”

(Apartes inaudíveis dalguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Mário Tomé (PS): Ouça!

A Oradora: ...defendeu também a necessidade de criar condições que permitam a exploração sustentável dos recursos minerais”. E eu acho que é isso que estamos a fazer aqui hoje nesta Casa que não é mais do que criar condições para uma exploração sustentável, caso assim seja o conhecimento científico quando esse acontecer.

Queria só terminar com uma citação do então Presidente Carlos César, em que garante que “o nosso mar vale todas as nossas batalhas e espero que os que sucedam no Governo batalhem pelo nosso mar, que é uma batalha pelo valor dos Açores e pela qualidade da vida dos açorianos”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em 2012 o Presidente Carlos César disse que estava tudo estudado.

A Oradora: Penso que é isso que nós estamos a fazer aqui.

Deputadas Andreia Costa e Ana Luis (PS): Exatamente!

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Flávio Soares (PSD): É o que este Governo está a fazer.

A Oradora: Já enunciámos todos os impactos que a mineração em mar profundo tem, quer na petição quer agora. Acho que todos esses impactos unânimes, uma vez que esses impactos da mineração em mar profundo estimam-se e também já foram testados pela modelação que foi feita pela pelo Instituto OKEANOS, os quais garantem, sim, a tal dispersão em muitos quilómetros quadrados de tudo o que se pode localmente, fora a destruição do própria habitat e da própria biodiversidade que da qual muito se desconhece. Como já alguém disse hoje aqui – acho que foi o Deputado Pedro Neves - nós não conseguimos garantir que grande parte da biodiversidade que vai ser destruída ainda nem sequer foi estudada. Daí esta nossa preocupação com os impactos ambientais sociais, mas também económicos, que vai ter.

Todo esse impacto que depois terá ao nível de toda a coluna de água e de toda a dispersão tem sem dúvida um elevado impacto nas nossas atividades económicas, seja pela pesca seja pelas nossas comunidades piscatórias, mas

também por aquilo que têm sido os nossos prémios na vanguarda *whale watching* de observação de cetáceos, das espécies que cá passam e que, sem dúvida, é uma das nossas preocupações, uma vez que os Açores se querem assumir como um destino sustentável, sendo este um produto turístico de grande interesse.

Consideramos, por isso, necessário acautelar, proteger, prevenir muitas das decisões, até que haja este conhecimento científico. E isso foi unânime naquilo que já se ouviu, para que não seja irreversível tudo aquilo que possa ser feito na nossa biodiversidade, com grande impacto para o mar dos Açores, mas também acima de tudo, com grande impacto para os açorianos.

Esta sempre foi a visão estratégica que governos anteriores liderados pelo Partido Socialista tiveram, quer pelas criações das áreas marinhas, mas sempre com uma visão além daquilo que estava a acontecer no momento e vê-se isso pela criação do parque marinho dos Açores, no qual já se define como reservas marinhas protegidas três áreas de campos hidrotermais, sejam eles Menez Gwen ou o *Lucky Strike* e também outro para além das 200 milhas, o *Rainbow* que já define e já restringe tudo aquilo que vai ser feito nessas áreas. Ou seja, já em 2011 com a proposta e depois com a primeira alteração, há esta visão estratégica de proteger esses campos hidrotermais. E o que diz o parque marinho é que sendo a reserva natural marinha a categoria máxima de proteção que temos em áreas marinhas, que seja interdita a exploração de recursos que envolvam técnicas invasivas de fundos marinhos e que haja um parecer prévio do diretor do parque marinho, a prospeção de recursos minerais que envolvam técnicas invasivas e que possam colocar em risco os fundos marinhos e ecossistemas associados.

Por isso, esta é sem dúvida uma preocupação que sempre foi tida pelos governos nos Açores para a proteção do mar que nos rodeia.

Sobre o Projeto de Resolução que temos em análise, consideramos extremamente importante os dois temas aqui apreciação, no entanto consideramo-los com prazos distintos, embora concordemos com ambos – não é isso que está em causa, mas à semelhança do que também já foi feito, solicitávamos realmente aos proponentes que os assuntos pudessem ser analisados em separado, dada a importância da moratória que hoje aqui debatemos e que leva à proteção do mar dos Açores, de toda a sua exploração e de toda a sua biodiversidade e os impactos que ele tem, assim como depois também a discussão que as áreas marinhas protegidas assim o devem ter de uma forma

Separada, dando o real destaque à moratória da mineração no mar profundo.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para nós – julgo que falo pelos dois – Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e representação Parlamentar do PAN, que haja por parte deste Parlamento uma posição o mais clara e firme possível, em defesa do mar dos Açores e em defesa duma moratória à mineração no mar dos Açores.

Julgo eu que pelas intervenções que já existiram até aqui, esta matéria é unânime. E foi com este espírito de colaboração que também daquilo que resultou da análise em Comissão das propostas e das várias posições dos diversos partidos, pela petição que nos foi remetida, nós fomos sensíveis e

procurámos em conjunto – os dois partidos - uma proposta que fosse o mais consensual possível.

Foi esse esforço que fizemos e que se reflete na proposta que hoje debatemos. E esse esforço pretende efetivamente dar um sinal aos Açores em primeiro lugar, como é natural, ao País, e diria eu até a nível internacional no que diz respeito à proteção dos oceanos, à proteção do nosso oceano em particular, mas um sinal que nos transcende, porque efetivamente os Açores são conhecidos por terem recursos minerais no mar profundo que têm eventualmente interesse económico, mas se este Parlamento disser que não quer que esses recursos minerais sejam explorados e não quer que os impactos negativos dessa exploração prejudiquem o ambiente e outras atividades económicas, esse é um sinal muito forte. E será tanto mais forte, quanto mais apoio tiver desta Casa.

A questão das áreas marinhas protegidas e da mineração não estão totalmente separadas, elas são duas facetas do mesmo assunto da proteção dos oceanos. Mas como referi, não queremos - e julgo que falo pelos dois partidos – nós não queremos que se encontrem problemas e que esta proposta não tenha aprovação unânime ou próxima disso, por divergências sobre já não direi tanto o ritmo, mas a forma, como as áreas marinhas protegidas estarão ou não a ser implementadas.

Não será por isso, ou pelo menos não será por nós, que essa matéria se tornará um problema. E estamos disponíveis para alterar o nosso Projeto de Resolução, considerando o compromisso que o Governo já assumiu publicamente pela voz do Presidente do Governo, de antecipar a criação das áreas marinhas protegidas da proteção de 30% do mar dos Açores. E, naturalmente, teremos também a oportunidade de relançar este debate com outra proposta e estamos disponíveis. para isso.

Deputada Ana Luis (PS): Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, iremos alterar a nossa proposta e entregar uma substituição integral, de modo que a posição deste Parlamento seja o mais consensual possível.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esse compromisso nós assumimos, foi articulado naturalmente com o PAN e faremos isso na hora de almoço.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que é aqui trazido pelo Bloco de Esquerda e PAN, no geral, eu concordo com ele.

Eu concordo que é preciso manter áreas protegidas nos Açores, monitorizá-las e agir em função dessa monitorização, porque isso é importante para salvaguardar os ecossistemas, mas também é importante para salvaguardar a capacidade de extração dos nossos mares, porque a extração descontrolada leva a curto prazo à extinção dos recursos.

Concordo, também, com a proibição de extração de minérios dos mares profundos dos Açores, acho que é importante salvaguardar esta nossa paisagem subaquática, bem como a qualidade dos nossos mares, dos ecossistemas e de tudo aquilo que a extração pode condicionar por tempo indeterminado. No entanto, permitam-me uma observação, há pouco foi aqui referido que Portugal é um exemplo nesta matéria. Eu digo que não é. Portugal não é um exemplo nesta matéria. O crédito ambiental a nível mundial começou a ser acionado em 2022, a partir do dia 29 de julho, a nível mundial.

Ao nível do nosso País, começou a 7 de maio, ou seja, vivemos dois terços do ano com crédito ambiental.

Que exemplo de país é este, do qual eu sou cidadão, que tem autoridade para se arrogar como um exemplo de proteção ambiental para impedir a exploração dos mares profundos, se nós em dois terços do ano estamos a consumir recursos a crédito?

O que é que nós temos para dizer aos outros países relativamente a esta matéria?

Há uns tempos ouvi dizer que Portugal é o país da Europa onde há mais telemóveis per capita. Os telemóveis usam baterias que usam recursos explorados noutros países.

Que país é este que quer proteger o seu meio ambiente, mas anda a importar recursos que são explorados noutros países?

Há pouco o Sr. Deputado do PPM referiu, e bem, que a exploração de minérios é feita de forma desumana na República do Congo. Sim é feita. É feita para nós e os nossos filhos andarmos com equipamentos destes que passados 3 anos, já serão incompatíveis com as aplicações que se quer descarregar e nós queremos impedir a exploração dos mares profundos?!

Meus senhores, não será o tempo de fazermos um exame de consciência e saber o que é que cada um de nós, dentro da nossa casa e do nosso modelo de vida, é capaz de fazer para impedir a necessidade de exploração desses recursos nos mares profundos? Ninguém quer abdicar disso?

Ninguém concorda que se faça um plenário por videoconferência por ano, como eu proponho?

Toda a gente acha ofensivo quando eu digo que é preciso reduzir as viagens para fazer reuniões de comissões.

Portanto, eu da minha parte, procuro fazer o que posso, não gasto uma folha de papel que não seja precisa, uso um telemóvel até ao fim. Mas mesmo assim,

admito que sou um dos 10 milhões que a 8 de maio já estava consumindo recursos a crédito. E como tal, eu não posso acompanhar uma iniciativa desta forma, porque acho que é desadequado, na minha forma de ser, eu como pertencente ao grupo dos 10 milhões que usam dois terços do ano a crédito ambiental, acho que falarmos aqui desta forma, de que até 2050 não queremos exploração de mares profundos, eu até digo que não quero até 2100. Eu quero é que me apresentem alternativas para que isso não aconteça duma forma terra-a-terra. É porque dizer que nos mares dos Açores não se explora, mas os miúdos com 7 ou 8 anos podem estar explorando minas e a trabalhar em buracos em condições perfeitamente desumanas, mas nós queremos proteger os mares dos Açores. Eu quero proteger os mares de todo o mundo. Mas para isso, temos que ter contenção nos nossos consumos.

Um automóvel há 30 anos, pesava 1000 quilos, hoje pesa 1500. E depois há as políticas de abater os automóveis passados 10 anos. Daqui por 10 anos, são 1500 kg, ou seja, o automóvel incrementou 500 kg de minérios na sua construção, mas passado esse tempo é para abater.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Nesta sociedade altamente consumista teremos moral para dizer que não queremos exploração no mar dos Açores?!

É o momento político dizer que não se quer a exploração do mar dos Açores, mas temos que pensar com mais profundidade.

Nós somos corresponsáveis pelas tentativas de procurar minérios a baixos custos de exploração, criando impactos ambientais terríveis. E eu sinto-me corresponsável por essa situação, embora procure fazer o meu melhor. Por isso, sou incapaz de acompanhar este Projeto de Resolução, porque tenho que fazer a minha *mea culpa*. E ela não me permite acompanhar este projeto.

Muito obrigado.

(Deu entrada na Mesa uma Proposta de Substituição integral pelos Proponentes)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental.

Vamos fazer o nosso intervalo para almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13h05.

Presidente: Srs. Deputados boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15h04.

Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves.

Lembro que já deu entrada um Projeto de substituição integral.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só queria com esta intervenção para já dizer que aquilo que o Sr. Deputado António Lima disse, antes da hora de almoço, relativamente à decisão tanto do Bloco de Esquerda como do PAN para fazer uma alteração ao nosso Projeto de Resolução, fazemo-la porque é aquilo que nós defendemos e achamos à partida que não há uma mistura entre o que é a moratória da mineração e o que é a proteção das nossas áreas marinhas, porque isto é a proteção do oceano e não há uma mistura. O tema é exatamente o mesmo, só que aquilo que nós pretendemos não é ter uma cedência, ou não é sequer que exista sensatez, nós queremos mais do que o objetivo político. Nós queremos o objetivo daquilo

que é a Região Autónoma dos Açores e que a (nossa) voz seja uníssona, isto é, se não tivermos o maior partido dos Açores ficaríamos um pouco *marrecos*.

Tendo em conta que isto é um Projeto de Resolução, a mensagem tem que ser politicamente forte, tanto para a República, como para a União Europeia e para todo o mundo de que nos Açores nós não queremos que haja uma mineração do mar profundo e não queremos que irreversivelmente os nossos ecossistemas sejam completamente devastados.

É por isso que fazemos esta mudança, não porque concordamos que tenha que ser retirada e porque tem que se pensar um pouco melhor, é apenas para que tenhamos um Projeto de Resolução com todos os partidos desta Assembleia Regional dos Açores.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apreciamos aquela que é então a substituição do Projeto de Resolução apresentado pelo PAN e pelo Bloco de Esquerda, na sequência do debate realizado esta manhã.

Ainda que compreendendo os motivos que já foram explicitados, não podemos deixar de considerar que, eventualmente esta posição peca por tardia, uma vez que quer o Projeto de Resolução n.º. 125, 127, quer o Projeto de Resolução n.º.155, desde o início, tiveram estas duas temáticas no mesmo documento, sem que entendêssemos que colidissem uma com a outra.

O Grupo Parlamentar do PSD fará sempre parte da solução quando os resultados assim o justificam.

Só para que fique claro, os pontos resolutivos que se debruçavam sobre a constituição das áreas marinhas protegidas não ofereciam da nossa parte

qualquer resistência, até porque reiteravam aqueles que já haviam sido os compromissos do Governo Regional, mas face ao esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado António Lima, e tal como anteriormente anunciámos, votaremos favoravelmente este Projeto de Resolução que visa a aplicação de uma moratória regional à mineração. E, portanto, entendemos assim também dar o nosso contributo na proteção do nosso mar.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer também que continuamos a votar favoravelmente esta proposta, ainda melhor com esta valorização deste tema que é a mineração do mar profundo. Portanto, sem exclusivamente relacionado com este tema, continuamos a acreditar que assim sairá daqui uma mensagem forte desta Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel S. João): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Após ter existido aqui uma substituição integral do texto, está em causa apenas e tão só agora o respeitante à mineração do mar profundo. A posição do Governo Regional dos Açores já foi por mim expressa, penso que é consensual nesta câmara que, mais uma vez, é este o exemplo de como devem ser tratadas as grandes questões que interessam à Região Autónoma dos Açores. E como temos constantemente afirmado, a nossa maior riqueza está no mar e daí a nossa total empenho na resolução de todas as questões respeitantes ao mar.

No que concerne aquilo que há bocado foi mal interpretado pelo Grupo Parlamentar do PS, referia-me concretamente a que uma moratória regional faz sentido, por isso é que estamos aqui a aprovar, uma moratória global a aprovar faz sentido a Portugal agora. O que referi e reitero, é que também poderia o Governo da República tendo em conta os poderes de soberania, interditar pura e simplesmente a mineração do mar profundo nas águas sob jurisdição portuguesa.

Foi isso que referi e é isso que reitero. É isso que eu acho que o Governo da República pode e deve efetivamente até implementar. E também com aquela esperança de que se um dia existir conhecimento científico e técnico suficiente, não seja o mar dos Açores um lugar para fazer experiências.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): *Experiências* já basta no Governo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É muita soberba!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, é isso que nos preocupa e é isso que nós aqui reiteramos. Também fico agradado com o facto de que o PS/Açores, pelas declarações que prestou aqui, usará certamente da sua magistratura de influência junto do Governo da República, por forma a que possamos resolver este problema relativo à mineração.

Já agora, relembrar que no Artigo 8º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores existe uma gestão conjunta do mar dos Açores. É que apesar daquele incidente do Tribunal Constitucional, convém também não esquecermos e convém todos estarmos muito atentos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Apenas mais uma questão *en passant* quanto à fiscalização - bem sei que as áreas marinhas já foram retiradas e que será ocasião do próximo debate - não posso deixar de fazer aqui muito sucintamente um apanhado daquilo que foi dito pelo PS.

Vem o PS juntar um documento da Federação das Pescas, para dizer que daqui a 7 anos é que era bom, agora não há nada a fazer senão esperar que decorram 7 anos.

Regional Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Prove isso!

Presidente do Governo (José Manuel Bolieiro): É verdade sim senhor, eu estive no Faial!

O Orador: E, portanto, o Sr. Deputado Mário Tomé vem juntar um documento e a Sra. Deputada Joana Pombo vem-nos desafiar a juntar um documento em que haja concordância. O que podemos juntar são os documentos comprovativos das presenças da Federação das Pescas e das

associações de pescadores no processo participativo das áreas marinhas protegidas que os senhores fazem questão de indeferir liminarmente, é o que os senhores têm dito aos órgãos de comunicação social, quer dizer, isto é muito estranho para um partido que suportava um Governo (o XII Governo) que assinou um protocolo com a Blue Azores para a implementação das áreas marinhas protegidas, ou seja, dá a ideia de que se tivesse sido implementado por um Governo PS era uma maravilha, como está a ser implementado pelo Governo de coligação já não é válido ou os pressupostos já não são válidos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E porque as informações que temos é que o processo participativo, sem prejuízo de melhor debate noutra ocasião, dado que já foi retirado pelos proponentes - e nós o que estamos a discutir aqui é o que os proponentes nos trouxeram nesta resolução, por isso desculpem-me estar a utilizar este momento – dizia eu que o processo participativo tem tido realmente colaboração e a participação de todas as associações e da Federação das Pescas. E se alguém está aqui a fazer um discurso dúbio um discurso dúbio e duplo, não é Governo Regional dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Será alguém, mas não o Governo Regional dos Açores. Por isso, isto tem que ficar muito claro.

Relativamente à fiscalização das áreas marinhas, também só deixar a nota de que evidentemente isso terá que ser feito com recurso às novas tecnologias, porque doutra forma não temos possibilidade disso. Queria dar conta de que, por exemplo, vamos instalar em breve 150 *monicaps* em embarcações de palangre de fundo que sem a respetiva instalação não poderão exercer a atividade que é para podermos ter uma fiscalização efetiva com os novos meios tecnológicos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador:

Queria também dar nota de que pretendemos fazer essa monitorização na atividade marítimo turística e eventualmente até nos lúdicos, porque a DRPM tem 100 aparelhos na marítimo turística, e não há voluntários para a respetiva colocação (eles ainda são fornecidos gratuitamente).

Isto da fiscalização, temos também que ver o reverso da medalha, porque nós queremos fiscalização, mas há muita gente também que muitas vezes não é tão amante assim de ser fiscalizada.

Portanto, queria deixar também aqui esta nota.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que este assunto estava encerrado, mas obviamente, perante a intervenção do Sr. Secretário, não poderia deixar passar impune o que o Sr. Secretário disse. Portanto, há aqui um objetivo muito claro nesta matéria das áreas protegidas, que não

É um pensamento só do PS.

Sr. Secretário, o senhor não é o único que anda pelos portos de pesca e que fala com as associações. E mais:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah afinal já fala!

Deputado Flávio Soares (PSD): Agora já fala! Há pouco não reunia!

O Orador: Eu até não queria ser indelicado, mas o que nos dizem é que o senhor nem aparece lá. Há associações onde o senhor esteve 1 ano e tal quase 2 anos, sem ir, mas isso já é outra questão.

Há aqui uma preocupação que é dos pescadores açorianos, não é só uma preocupação nossa.

Deputado Nuno Barata (IL): Esse assunto já não está em debate

O Orador: Nós estamos a 8 meses do Governo implementar 30% de áreas marinhas protegidas e o senhor responda-me a um aspeto importante que não é só o PS que o refere. Ainda há pouco o Sr. Deputado Nuno Barata referiu isso. Não se trata de uma questão política. As áreas marinhas protegidas são demasiado importantes para a sustentabilidade das gerações vindouras. Isso não está em causa. O que está aqui em causa, Sr. Secretário, é a irresponsabilidade de como estão a ser feitas as coisas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é irresponsabilidade nenhuma!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Onde é que está o Plano de Gestão da Frota?!

Quando a nossa frota tem uma média de idade superior a 22 anos!

Como é que se vai dizer à comunidade de pescadores de Rabo de Peixe e de São Mateus da Calheta “os senhores vão para casa a partir do dia 1 de janeiro”. É isto que vai dizer aos pescadores, Sr. Secretário?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: É isso que o senhor vai dizer aos pescadores?!

Há aqui uma questão que tem que ficar clara, é que independentemente da questão política, o senhor pode ficar bem ciente duma coisa: a bancada do Partido Socialista vai defender intransigentemente os interesses dos pescadores açorianos!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu lembro que houve uma substituição integral e que esta matéria já não está em debate.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o senhor esqueceu-se de repreender o Sr. Secretário!

Presidente: Eu estou exatamente a dizer que o Sr. Secretário falou no assunto, eu dei oportunidade ao Partido Socialista de responder, porque tinha sido avisado e, portanto, agora peço que se cinjam ao Projeto de Resolução.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o Sr. Presidente esqueceu-se de repreender o Sr. Secretário!

Presidente: O “senhor não se esqueceu” de nada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nós, o Bloco de Esquerda e o PAN, fizemos uma substituição a este Projeto de resolução, retirando totalmente e, contrariamente à nossa decisão, à nossa vontade, ao nosso pensamento político, ao nosso posicionamento político, retirámos apenas para termos o PS a votar a favor da mineração do mar profundo.

Deputada Andreia Costa (PS): O debate ainda não acabou!

O Orador: O PS pediu uma intervenção e não disse sequer se iria votar a favor ou não, depois de termos feito a nossa substituição. Falou apenas das áreas marinhas que já não estão sequer em discussão. Ou seja, não deu sequer resposta política se acompanha ou não os quatro pontos que nós retiramos – quatro pontos! E não teve coragem sequer de dizer.

Deputada Andreia Costa (PS): Coragem o quê?!

(Aplausos dalguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

Deputado Mário Tomé (PS): Não é isso que está em causa.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Basta perceber a partir da nossa intervenção...

(Apartes inaudíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Sra. Deputada... permita-me.

Eu bem que quero ouvir a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares e percebo o esforço que a senhora está a fazer, mas é impossível.

Faça favor, Sra. Deputada.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

A nossa intervenção estava preparada para nos podermos pronunciar sobre a substituição integral que deu entrada, mas a intervenção anterior foi uma resposta direta a uma posição dum partido.

A posição do Partido Socialista é referente a todos os restantes pontos do Projeto de Resolução, nomeadamente à moratória da mineração ao mar profundo dos Açores. Acho que foi clara quer a intervenção da petição, assim como a intervenção que foi dada durante a parte da manhã. Por isso, a oposição do Partido Socialista sobre a substituição integral que deu entrada e que se cinge à moratória à mineração do mar profundo, nós acompanhamos, tal como foi dito e como foi bem explícito nas nossas declarações na parte da manhã.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Os Açores são o mar que rodeia as nossas ilhas, dele tiramos (grande) parte do nossos sustento, há famílias que dependem do mar exatamente para poderem alimentar-se e, portanto, o mar, tal como já disse aqui na minha primeira intervenção, o mar dos Açores é algo fundamental para a nossa Região, como

é para o nosso País e é reconhecido internacionalmente, por isso é que também pertencemos à União Europeia.

Deputado José Ávila (PS): É pena não ter navios.

O Orador: Não é por estarmos localizados geograficamente no canto da Europa, não é por termos a expressão populacional de apenas 10 milhões que nos torna membros da União Europeia. É exatamente pelo nosso mar. E como também disse na primeira intervenção, creio que não há aqui nenhum deputado, independentemente da sua ideologia política que esteja contra a proteção do nosso mar, contra a proteção do nosso oceano.

Se foi necessário alterar a iniciativa para obter a unanimidade da câmara, pois bem, felicito os proponentes da iniciativa pelo esforço que tiveram para tentar conciliar todas as vontades políticas, mas creio que nesta matéria, a política devia ter ficado de lado e devia ter prevalecido o espírito de proteção daquele que é o nosso mais precioso elemento: o mar e tudo o que o mar encerra, a sua biodiversidade, a sua vida marinha, toda a riqueza que de lá podemos tirar, incluindo a energia, os transportes, a nossa posição geoestratégica nesta área do Atlântico e com tudo o que está a ela associada.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida e sucinta, sentimo-nos muito mais confortáveis com esta alteração que agora entrou e sem qualquer dúvida, votaremos favoravelmente esta iniciativa. E sem querer repetir os argumentos que já foram aqui mais que ditos, em defesa do nosso bem mais precioso, do qual às vezes digo, meio a brincar meio a sério, que (o mar) é o nosso quintal, o nosso oceano, com o qual devemos ter muito cuidado e por vezes não temos tido o cuidado necessário.

Assim seja! Da parte do CHEGA tem voto positivo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, faça favor.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

A importância desta resolução, acompanha a importância do tema. E é por isso que devo deixar uma saudação, embora pela nossa parte já a redação inicial merecia a nossa concordância, este esforço de ponderação que possa permitir, sobretudo, o consenso e mesmo a unanimidade é vantajoso e a sua vantagem não é política. É uma vantagem de prestígio, é uma dimensão de marca e identidade que um órgão de governo próprio da autonomia política dos Açores possa dar não apenas o país, mas também à Europa e ao mundo.

A dimensão da proteção do mar na economia azul, na projeção civilizacional da importância da sua proteção, é já matéria das Nações

Unidas, no âmbito dos seus objetivos de desenvolvimento sustentável. É matéria relevante na Agenda 20/30 da União Europeia pela sustentabilidade. E é por isso que sim, é política, esta defesa da causa, mas, sobretudo, a valorização deste ativo que é dos Açores, que é de Portugal, que é da União Europeia, tendo em conta a dimensão marítima do Atlântico que os Açores e o mar dos Açores representam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E por isso, se há matérias onde nós acompanhamos na economia extrativa o saber adquirido da ciência que a cada instante nos permite proteger o que é uma extração histórica e tradicional, designadamente quando são para referência e determinação de cotas, a essência que na União Europeia se declina no conhecimento científico, naquilo que é um período de extração de desconhecido, mais vale ter a certeza científica para a exploração, do que a dúvida para depois experimentar, sob risco aleatório das suas consequências. E é por isso que a pertinência desta resolução acompanha um sentido de sustentabilidade, não apenas a sustentabilidade ambiental do presente, mas sobretudo, a sustentabilidade plena da vida humana, da vida animal e da vida vegetal no planeta.

É este exercício que aqui se propõe, e felicito os proponentes que mesmo assim, para poder alocar designadamente a adesão unânime deste Parlamento face às alterações, mas a pertinência da resolução na sua relação inicial, já era positiva e já merecia este consenso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Se há um valor acrescentado na unanimidade com esta alteração, há um défice de adesão à causa por aqueles que ameaçavam não estar ao lado da proposta inicial.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Põe, por isso, o Governo, com clareza cristalina: sim, o mar, a economia azul, a economia do mar...

Deputada Andreia Costa (PS): A economia do mar...sem pescadores!

O Orador: ... a ideia de um desenvolvimento sustentável com proposta base e final do desenvolvimento dos Açores é uma referência. E esta identidade do mar com os Açores e os Açores com mar, deixa marca também com esta iniciativa política do Parlamento. E, por isso, o Governo está satisfeito com este desfecho, como estaria ainda mais com a proposta inicial.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS está *sem água no leme!*

Deputada Andreia Costa (PS): A que sobra à gente falta a vocês!

(*) Deputada Ana Luis (PS): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O mar foi sempre, e continuará a ser, o recurso por excelência dos Açores na ligação entre as nossas ilhas, como meio de sustento através das atividades extrativas e turísticas, como palco da ciência e investigação, dando dimensão aos Açores e a Portugal - e aqui temos que ter presente a importância do nosso mar para o projeto que Portugal submeteu às Nações Unidas no que respeita à plataforma continental - e constitui um recurso potenciador de futuro na criação de emprego e de riqueza.

Já muito aqui foi referido no debate desta manhã, sobre a importância que é a proteção do mar, sobre aquilo que é a recomendação da União Europeia para a criação de zonas marinhas protegidas e também daqueles que são os riscos de uma mineração não regulada.

É verdade que há a mineração do mar profundo também pode proporcionar à economia e até a nossa subsistência alguma riqueza, a produção de equipamentos eletrónicos mais sustentáveis ou até de medicamentos, mas aquilo que a ciência nos diz até agora, é que os riscos desta mineração, mais uma vez sem a devida fiscalização, são demasiado elevados para colocarmos em risco todo o sistema do mar, as espécies e a sua biodiversidade.

O PS entende que a proteção do mar dos Açores, também passa por um edifício jurídico robusto que confira à nossa Região as competências legislativas que permitam que esta gestão do mar partilhada seja efetiva. Só assim é que conseguiremos defender o nosso mar, as nossas riquezas e, no fundo, a nossa Região.

Não o conseguimos fazer com a proposta de alteração à lei do mar que saiu daqui na última Legislatura, aprovada por unanimidade nesta Casa, devido a uma - como disse o Sr. Secretário Regional - *impertinência* do Tribunal Constitucional que infelizmente já nos vem habituando. Continuamos a trabalhar numa alteração legislativa ao nível da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E a proteção do nosso mar passa por legislação adequada e que nos defenda, mas também passa por medidas efetivas da proteção. E por isso, Sr. Presidente, em nenhum momento neste debate foi dito que o Partido Socialista não concordava com o alcance da meta dos 30% de áreas de zona marinha protegida.

Nunca aqui foi dito.

Deputada Andreia Costa e Deputado José Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu se fosse o Bloco, voltava à proposta anterior.

A Oradora: Sr. Deputado Joaquim Machado, não se preocupe com aquilo que será a intervenção do PAN e do Bloco de Esquerda, porque no devido tempo, eu também irei dar conta da nossa posição em relação a isto.

O Sr. Deputado Joaquim Machado gosta de criar ruído nestas nossas intervenções, mas tenha calma que eu lá chegarei!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu?!

A Oradora: Sr. Presidente do Governo:

A única coisa que aqui criticámos, foi a forma como este processo estava a ser a levado a cabo, sem ouvir os parceiros e sem ouvir a comunidade científica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade! Os parceiros estão a ser ouvidos.

Não é verdade isso que a senhora está a dizer!

A Oradora: Mas, Sr. Presidente, o que hoje aqui temos que ressaltar foi a capacidade de diálogo que o Bloco de Esquerda e o PAN tiveram. A capacidade que estes dois partidos tiveram de ouvir as diferentes opiniões, de ouvir as posições em relação à iniciativa original.

Deputado Flávio Soares (PSD): Coisa que o PS não faz!

A Oradora: E na procura dos consensos que são sempre essenciais e fundamentais, decidiram, e na nossa opinião bem, alterar o seu Projeto de Resolução.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Hum...agora!

A Oradora: E digo mais: estamos aqui prontos para fazer o debate...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah pensei que era para voltar atrás!

A Oradora: ... de que com certeza um novo Projeto de Resolução que sairá desta proposta inicial e estamos aqui prontos para fazer este debate, porque o Partido Socialista não se escuda a fazer este debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acabou de dar escusa ao debate.

A Oradora: Mas também não podemos esquecer que o que estava aqui em causa era sermos os primeiros a dar nota clara e inequívoca, e espero que unânime, de que a proteção do mar dos Açores é a nossa primeira e última preocupação. E ser esta Assembleia a primeira do País a formalizar de forma clara e inequívoca, e espero que unânime, uma posição sobre a mineração do mar profundo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O *diabo* está nos pormenores. Tem que ser exata, Sra. Deputada.

A Oradora: E isto o Bloco de Esquerda e o PAN conseguiram.

Em boa hora alteraram o seu Projeto de Resolução para tentar alcançar este consenso.

Penso que se cumpriu assim, o princípio maior deste Parlamento e que em muitas outras matérias no passado, também nos fez falar a uma só voz, sempre que estava em causa um bem maior que é a defesa da nossa Terra.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução. na “Defesa dos oceanos e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e constituição de áreas marinhas protegidas”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº 155/XII foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, BE, PPM, PAN e Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A definição de uma moratória à mineração no mar dos Açores é de importância vital para os Açores, os seus recursos naturais marinhos e a sua população, e tem um carácter de urgência de que não nos podemos alhear. A importância que damos à demonstração efetiva, mas também simbólica, de uma posição coesa, forte e (ainda bem) de unanimidade do parlamento açoriano, uma posição pioneira no País e relevante na Europa e no Mundo, levou-nos a apresentar uma substituição integral do nosso projeto conjunto, retirando do documento, para já, os pontos resolutivos respeitantes ao alargamento das áreas marinhas protegidas. Saudamos a aprovação unânime pela Assembleia Regional dos Açores da moratória à mineração no seu mar, no nosso mar.

Afirmamos, também, aqui, um compromisso claro do Bloco de Esquerda: não deixaremos de apresentar nesta Assembleia e nesta legislatura uma proposta referente ao alargamento do conjunto de áreas marinhas protegidas no mar dos Açores, considerando e precavendo também a sustentabilidade social e económica, nomeadamente no sector das pescas, a par da sustentabilidade ambiental.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN sente bastante felicidade relativamente a esta votação por unanimidade neste Parlamento.

Sem dúvida que mais do que acontecerá juridicamente, sobre quem é que tem a gestão partilhada e quem não tem, o mais importante foi uma voz uníssona da Assembleia Regional dos Açores para todo o mundo. E isso é bem mais importante de qualquer vitória política de um partido individual ou de partidos em conjunto, é mesmo os Açores que têm que ganhar e, por isso, sentimos bastante felicidade.

Como disse a Sra. Deputada Vera Pires, e muito bem, isto não fica por aqui, obviamente, há quatro pontos que têm que ser discutidos neste Parlamento e se houver novamente vontade destes dois partidos, iremos ter aqui uma proposta conjunta com os mesmos quatro pontos que não tivemos agora e iremos discutir futuramente nesta Assembleia Regional.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo: Hoje, e por unanimidade, posicionamo-nos mais uma vez naquilo que é a defesa do mar dos Açores, de todo o seu habitat e espécies, a posição dos Açores sobre a mineração em mar profundo. Consideramos que é

imprescindível e condicionante de uma moratória o conhecimento científico dos impactos associados à exploração mineral dos fundos marinhos e que esteja cientificamente demonstrado que esta atividade pode ser gerida de forma assegurada e efetiva na proteção do ambiente marinho, evitando a perda de biodiversidade e salvaguardando as comunidades costeiras, assim como quem dela faz vida.

Gostaríamos de felicitar os partidos proponentes pela alteração efetuada no Projeto de Resolução que permitiu recentrar a discussão deste projeto na moratória, posicionando, assim, os Açores numa forma unânime e clara, na defesa do mar dos Açores.

Este é o propósito maior do Parlamento, o debate das matérias e a procura de consensos, em nome de um bem maior que é defesa da nossa Terra.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PPM congratula-se pela aprovação deste documento relacionado agora com as alterações em que torna exclusiva a moratória à mineração do mar profundo.

Apesar de nestes pontos resolutivos, considerar um espaço temporal que é o ano de 2050, o Grupo Parlamentar do PPM entende que não tem nada a opor a isso, no entanto a nossa vontade seria uma moratória condicionada aos desenvolvimentos científicos, não tendo um espaço temporal. Mas nada a

opor, porque o que importa aqui é manter o nosso mar com os nossos recursos intactos, até que se saiba o que é que se pode fazer para não ter perdas em termos de biodiversidade e da conservação da natureza.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo: Com esta votação favorável, reafirmamos o nosso compromisso com a proteção do mar dos Açores, rejeitando a mineração em mar profundo, para salvaguarda da biodiversidade e do ambiente, bem como o nosso compromisso com as gerações futuras em relação àquilo que lhes temos que entregar que é uma natureza intocada.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Durante o debate desta iniciativa, anunciei que não ia acompanhar a mesma. Não disse, no entanto, que ia votar contra. Não ia acompanhar, porque entendia naquele momento que o voto de abstenção seria o mais adequado.

No decurso da discussão, e durante mais algum tempo, refleti sobre o assunto e entendi que seria de maior importância que saísse uma mensagem clara e inequívoca que só a unanimidade transmite relativamente a este tema.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

O Orador: A Assembleia Regional votou por unanimidade a defesa do mar dos Açores.

Na minha leitura, nem sequer fez a defesa intransigente do mar Açores, mas defendeu a defesa intransigente do mar na zona dos Açores. E digo isto, porque o mar dos Açores, o mar do Canadá, toda a água pertence ao mesmo planeta. E enquanto defendermos o mar dos Açores, estamos apenas a defender um mar que não é nosso, mas o mar que temos a responsabilidade de defender.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Como a Terra que temos a responsabilidade de defender. Eu costumo dizer que os Açores não são nossos. Nós tivemos a sorte de nascer e viver nos Açores. E cabe-nos a nós, enquanto residentes nesta terra, na qual tivemos a sorte de nascer, de defendermos intransigentemente este pedaço de terra que pertence ao mundo.

Nesta leitura global daquilo que é o mar dos Açores, daquilo que são as ilhas dos Açores, entendi por bem que também fazia sentido de forma intransigente e por unanimidade, votarmos esta iniciativa neste modelo – por unanimidade.

Assim, fica uma mensagem para Portugal continental, para a República, para a Europa e para o mundo, de que estes pequenos defensores de um território mundial estão aqui unidos num objetivo maior que é defender esta zona que estamos obrigados a defender. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a votação unânime em torno do Projeto de Resolução aqui apresentado pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN.

O Grupo Parlamentar do PSD corresponde hoje às expectativas não só dos peticionários que nos fizeram chegar as suas preocupações, mas a todos os açorianos que partilham connosco esta preocupação. Optámos por defender a preservação dos oceanos e enviar da Região Autónoma dos Açores, um forte sinal à República e ao mundo de que é mais o que nos une do que o que nos separa.

Vozes dos Deputados dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está, assim, encerrado este ponto número nº11.

Avançamos para os pontos seguintes que é um conjunto de iniciativas que vem da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia, todas elas com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Vou indicá-las, uma vez que elas serão apresentadas em conjunto e depois também serão discutidas por um tempo global definido na conferência de líderes.

Portanto, estão em causa a **Anteproposta de Lei nº 17/XII** alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu; a **Anteproposta de Lei nº 18/XII** – “Oitava Alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, que regula o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais; **Anteproposta de Lei nº 19/XII** – “Décima Primeira Alteração à Lei de Organização do Sistema Judiciário - reinstalação dos tribunais da relação dos Açores e da Madeira - Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto”; **Anteproposta de Lei nº 20/XII** – “Terceira Alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro - Regime do estado de sítio e do estado de emergência”; **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 83/XII** – “Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores - G2A”; **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 84/XII** – “Regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.

Para apresentação destas iniciativas tem a palavra o Sr. Presidente da Comissão, o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, a quem saúdo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Talvez por uma feliz coincidência, há pouco discutíamos aqui uma Resolução cujo valor político, pelo seu objeto, tinha e tem extrema importância. Não por acaso, estávamos a falar do mar dos Açores. E eu diria que a discussão, no seu ritmo e na sua cronologia, foi um bocadinho como tantas vezes é o nosso mar: teve momentos calmos, teve momentos mais encapelados, teve momentos em que tememos alguma maré mais traiçoeira, teve momentos em que pensamos que provavelmente ia ser preciso contar corsários, mas afinal... tudo acabou em bem e votou se por unanimidade. O que também fica bem à democracia e a este Parlamento.

Se é certo que nunca devemos ter medo da divergência saudável, da luta leal e frontal que as democracias e a pluralidade dos parlamentos nos impõem, também há momentos, também há temas, também há objetos que, pela sua importância, nos exigem a nós Deputados, um exercício diferente, mas que bastas vezes demos provas de ser capazes de consenso e de priorização. Até porque, não por acaso, como aqui também foi dito quer pelo Sr. Deputado Pedro Pinto quer pela Sra. Deputada Ana Luís, a respeito do mar, se é sempre e em primeiríssimo lugar fundamental consensualizarmos uma posição política como legítimos representantes do povo dos Açores, naturalmente que não nos é indiferente, que não esquecemos, que sabemos a importância prática dos poderes efetivos que, como região autónoma, temos ou queremos sobre o mar, do trabalho que temos feito quer era ao nível deste Parlamento, quer ao nível do Governo nos últimos tempos, daquilo que temos conseguido, daquilo que parecia já termos conseguido e daquilo que , por via duma posição restritiva tradicional do Tribunal Constitucional, voltou de algum modo para trás. E, portanto, é naturalmente uma boa forma de percebermos a transição e de percebermos também a importância, para além da espuma dos dias destas questões que eventualmente possam ser mais áridas, ter num ou noutro caso uma determinada complexidade técnica e técnico-jurídica, mas que são verdadeiramente importantes, porque são os instrumentos e os poderes efetivos que nos são dados para podermos exercitar autonomia a favor do povo açoriano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, CHEGA, CDS-PP, PPM, Deputado João Bruto da Costa e do Presidente do Governo e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

O Orador: Naturalmente que desse assunto, como também foi dada notícia e como também é do conhecimento público e, sobretudo, das Sras. e Srs.

Deputados, trataremos, como não podia deixar de ser, ao nível duma proposta de revisão constitucional que não pode deixar de tratar, e queremos tratar bem, destes temas ao nível do domínio marítimo, ao nível dos nossos poderes relativamente ao mar.

De resto, eu gostava de dizer o seguinte - não o farei pela primeira vez: creio que os Açores têm-se portado bem ao longo da história, no sentido de perceber a importância dos princípios, a importância dos poderes e a importância das competências.

Nós sabemos e não desprezamos nunca isto, retomando ou usando de algum modo uma velha frase atlântica de um líder político importante, que “é importante guerrear por milhões”, ou seja, que os milhões são importantes para efetivamente se poder fazer crescimento, desenvolvimento, solidariedade e justiça social.

Deputada Ana Luis (PS): Muito bem!

O Orador: Mas nós sabemos, e nos Açores isso tem sempre acontecido, que os milhões são mais uma bandeira de muitas outras bandeiras, porque nós lutamos e conhecemos bem a importância de bandeiras. E é isto que nós temos feito nesta iniciativa e neste trabalho que já vai longo, mas cuja longevidade de consensualização destas matérias foi também necessária, porque desde cedo, percebemos todos que há aqui duas questões fundamentais ao nível político. Nestas matérias, como sempre, é absolutamente fundamental tentarmos o máximo consenso possível entre todas as forças e representações partidárias, porque a nossa consensualização será com certeza a arma mais poderosa de que poderemos dispor, não só ao nível da força política, mas também da legitimidade de nos impormos contra vários e muitos centralismos.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Também percebemos que, nesta matéria, e depois de algumas coisas que fizemos, que intentámos fazer e que fizemos bem, como a terceira

revisão do Estatuto Político-Administrativo aprovada por unanimidade nesta Casa, e onde se conseguiu um grande consenso e a colaboração de várias e muitas figuras, de entre elas na veste de deputado, a do Sr. Presidente José Manuel Bolieiro, sabemos, dizia, que isso não chegou, em termos normativos, em termos de hierarquia normativa e reveste, neste caso, especial importância pela sua hierarquia normativa, naturalmente a revisão constitucional que também está terminada e consensualizada em Comissão, está em fase de ultimateção de redação e brevemente dará entrada nesta Casa. Mas para já, temos seis iniciativas onde se fez esse maior consenso possível.

A vida ensinou-nos, ao longo dos tempos, começando pela iniciativa da criação de círculos dos Açores e da Madeira ao Parlamento Europeu, que por diversas vicissitudes político-partidárias ou da vida humana, o atual sistema não nos serve nem nos dá garantias bastantes. E a forma de o conseguirmos, é através da criação de círculos regionais.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Pensamos que não se trata aqui de uma questão de quantidade - não é a questão de quantidade que legitima as autonomias. Pensamos que isto se justifica, sabemos que é possível, sabemos que existe atualmente em quatro países da Europa - seria em cinco, mas o Reino Unido saiu da União Europeia. Bélgica, Irlanda, Itália e Polónia têm sistemas que preveem essa diferenciação. Portugal, naturalmente, também pode por eles optar.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: E, portanto, creio que haverá aqui o consenso possível acerca desta iniciativa.

Pensamos também - e a pandemia deu-nos notícia disso - que é necessário alterar o diploma de aplicação às regiões autónomas do estado de sítio e do

estado de emergência. Não fazemos nada de novo, nem mudámos de posição, para sermos justos. Aquando do trabalho fácil de substituir nessa lei a figura do Ministro da República pelo Representante da República, desde logo, foi cometido um erro jurídico. Apesar de tudo, evidentemente, o Representante da República não é a figura jus constitucional, desde logo, ao nível administrativo que era o Ministro da República. E depois todos nós percebemos que nestes casos, há dois serviços que são absolutamente fundamentais: os serviços de saúde e os serviços de proteção civil e também de obras públicas que estão regionalizados em termos administrativos na Região Autónoma dos Açores.

Por isso, este Parlamento sempre entendeu, na altura de parecer a essa lei através da sua Comissão Especializada de Política Geral, então presidida pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, no sentido de que essas competências deviam ser entregues aos órgãos de Governo próprio da Região, consoante a sua natureza. Também pensamos que esta questão não pode levantar grandes dúvidas e é merecedora de consenso.

Também pensamos que a recriação de um Tribunal da Relação dos Açores, ao nível quer da sua importância simbólica, quer da celeridade prática que não deixará de imprimir aos recursos, é algo que se justifica e que será positivo para a organização judiciária dos Açores, para o seu funcionamento e para, na prática, o acesso efetivo por parte dos residentes nos Açores à justiça. Também cremos que aqui será de termos alguns consensos, grandes consensos, aliás.

A iniciativa legislativa dos cidadãos, estando constitucionalmente consagrada, não teve ainda, embora esta Assembleia já se venha debruçando há alguns anos sobre isso, inclusive aquando da constituição da Comissão Eventual para a Operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo, já houve iniciativas nesse sentido, para efetivamente prevermos o procedimento

através do qual isso se deva realizar. É também uma matéria que, penso, não oferece grandes dúvidas.

Temos também iniciativas do CDS-PP, no sentido de por um lado, criar um órgão qualificado consultivo de apoio e colaboração com os órgãos de Governo próprio da Região, ao nível da geoestratégia e da geopolítica. Pensamos que esse órgão, tal como acabou por ficar configurado, será útil e será também uma mais-valia para o nosso sistema autonómico. E também, porque os partidos existem, porque não há democracia sem partidos, porque temos para já uma solução de partidos nacionais, sem prejuízo da existência da realidade prática das estruturas dos partidos das regiões autónomas, também pensamos que será útil poder haver a opção das estruturas dos partidos das regiões autónomas poderem, querendo, optar por um NIF e contabilidade próprias.

São estas as iniciativas que, consensualizadas, aqui sobem a plenário hoje. Brevemente, seguirá para além da revisão constitucional, uma iniciativa de revisão da nossa lei do sistema eleitoral para esta Assembleia Legislativa e, depois, teremos naturalmente, e foi esse o móbil da prorrogação do prazo de vigência e de trabalho desta Comissão Eventual, duas questões que foram suscitadas já nesta Legislatura: uma ao nível da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e outra ao nível duma eventual e nova acomodação de repartição de competências na nossa especificidade de termos órgãos regionais autónomos.

Também sabemos, já que num acórdão recente na sequência de uma iniciativa legislativa da Madeira nesse sentido o Tribunal Constitucional acabou por reconhecer que é necessário haver uma lei habilitante, mas que essa lei deve ser da respetiva região autónoma, o que é reconhecer uma terceira competência de iniciativa exclusiva, para além das leis eleitorais e das leis

estatutárias a esta Assembleia e que será o primeiro passo lógico que teremos que executar.

Creio que hoje e nesta matéria, é louvável o esforço que fizemos e que continuaremos a fazer, do maior consenso possível, para que haja uma voz forte e consensual dos Açores junto das instâncias de soberania, para que não haja dúvidas sobre aquilo que queremos e sobre o nosso consenso em matérias fundamentais de competências e de determinados objetos.

Estamos a entrar numa nova etapa deste combate.

O combate será, como é fácil de adivinhar, difícil e longo. Mas contamos com ele, como fomos fazendo ao longo de décadas e de mais de século, com persistência, com teimosia, com memória.

A todos muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados de todas as bancadas)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão apresentadas as iniciativas e definiu a conferência de líderes que a discussão destas seis iniciativas será feita por um tempo global em que cada grupo e representação parlamentar irá gerir como bem entender.

Os tempos são os seguintes:

- O PS e o Governo dispõem de 66 minutos;
- O PSD dispõe de 60 minutos;
- O CDS-PP dispõe de 42 minutos;
- O Bloco de Esquerda e o PPM dispõem cada de 36 minutos;
- As Representações Parlamentares dispõem de 30 minutos;
- O Sr. Deputado Independente dispõe de 15 minutos.

Vamos, assim, entrar na primeira urgência e vamos votar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta proposta de Lei nº.17/XII

–“Sexta alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu - Lei n.º 14/87, de 29 de abril, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/99, de 22 de junho, 1/2005, de 5 de janeiro, 1/2011, de 30 de novembro, 1/2014, de 9 de janeiro e 1/2022, de 4 de janeiro”, apresentada pelos Deputados que compõem a Mesa da CEAA. Portanto, pergunto se há inscrições para o Pedido de Urgência e e Dispensa de Exame em Comissão?

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão, a Anteproposta de Lei nº17/XII – “–“Alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu”.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de me referir especificamente a esta Anteproposta de Lei referente à alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, queria dar uma ou duas notas sobre o que significa estarmos hoje a fazer a votação destes seis diplomas, em termos do trabalho que vem não apenas desta Legislatura, mas em grande medida, a parte mais densa eventualmente do trabalho político e legislativo da anterior Legislatura na então Comissão Eventual que ficou conhecida com o acrónimo de CEVERA.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

O Orador: E já da CEVERA vinha um conjunto de diplomas. E o trabalho que foi feito na transição das Legislaturas e com as novas forças políticas representadas no Parlamento dos Açores, com a composição de outras

sensibilidades, bem como com a mudança dos tempos, o trabalho que foi feito nos últimos anos em termos de Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia, na nossa perspetiva, deve ser salientado como um momento importante de valorização não só do diálogo parlamentar, mas sobretudo, da nossa unânime e manifesta vontade de, quando se trata de questões de aprofundamento da nossa autonomia, percorrermos caminhos e encontrarmos denominadores comuns.

Tivemos, nestes últimos 6 anos, a ousadia – se assim nos é permitido adjetivar – de pensar a autonomia no seu aspeto dinâmico, se quisermos evolutivo, mas naquilo que é o seu dinamismo e também da ocorrência dos tempos.

Tivemos, também, a convicção de que podemos, em termos de propostas consensualizadas, tanto quanto possível, com todas as forças políticas - e o trabalho foi feito sempre nesse sentido - de que essa concretização efetiva, em termos práticos, esse dinamismo das autonomias na Constituição Portuguesa e naquilo que é a sua concretização do serviço aos Povos dos Açores e da Madeira,

este trabalho foi aturado, teve o contributo de especialistas, desde logo, de reputados constitucionalistas.

Este trabalho teve a participação da sociedade civil.

Este trabalho, ouviu esta Assembleia e estas Comissões ouviram bastantes personalidades sobre aquilo que é a constante necessidade de efetivarmos esta dinâmica autonómica através do aprofundamento da autonomia. E, permitam-me que em nome do PSD, diga que logo no início da Legislatura, quando se decidiu nesta Casa continuar o trabalho que vinha da CEVERA, tivemos o cuidado de assinalar, através de subscrição, todo o trabalho que vinha na sua maioria em 99%, com uma pequena alteração num ou noutra diploma, o trabalho que já vinha da Legislatura anterior, ou seja, o PSD nessa medida, continuou com o compromisso assumido. Mas permitam-me também um

lamento nesse aspeto. Nos últimos anos, é certo, o trabalho que fizemos em termos de proposta de revisão constitucional foi denso, bastante participado e também com discussões que levaram a mais reuniões, mas dalguma forma, com o início da revisão constitucional, da parte do PSD, não se podem perder oportunidades. E, naturalmente, tivemos, e temos, que a cada processo de revisão constitucional, ser capazes de apresentar aquelas que são as propostas essenciais a cada momento do nosso processo autonómico. E isso nós não poderíamos deixar de o fazer, enquanto partido político que desde o início do processo autonómico defende as autonomias progressiva e dinâmica.

Por isso mesmo, queria deixar apenas este lamento de não ter sido possível conciliar o trabalho que estava a ser feito neste Parlamento, com esse momento político nacional do início do processo de revisão constitucional. O que defendemos, e continuamos a defender, tal como fizemos há um ano atrás quando fizemos jornadas com o PSD/Madeira e com o Grupo Parlamentar do PSD/Madeira, é que haja a oportunidade de fazer também, se assim o entenderem, uma revisão constitucional específica para as autonomias e que esse trabalho que ainda estamos a concluir na nossa Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia, seja devidamente considerado nesse processo de revisão constitucional, pois como sabemos, não temos poder de iniciativa.

Sobre este diploma em concreto que estamos a discutir, a alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu...

Deputado António Lima (BE): Não é só esse!

O Orador: ... neste momento é; depois temos que votar este diploma e a seguir a urgência do próximo. Neste diploma que estamos a discutir que é a alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu, eu queria, com satisfação, mas também alguma mágoa ao mesmo tempo – confesso, com satisfação, porque faz este mês de abril 36 anos que esta Assembleia aprovou por maioria

uma resolução proposta pelo Partido Social Democrata de então (maioritário), mas que não foi o único a votar favoravelmente, mas no processo de revisão constitucional, e eu penso que este documento é importante no processo de construção da lei para o Parlamento Europeu, e esta pronúncia de há 36 anos, no dia 8 de abril de 1987, desta Assembleia, é um documento importante para nós percebermos como o tempo nos dá razão, esta Assembleia, pela mão e pela pena do saudoso companheiro Alberto Romão Madruga da Costa, na altura Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e depois também Presidente desta Assembleia e Presidente do Governo, dizia assim – e eu permito-me à leitura:

“A Assembleia da República vai votar no próximo dia 24 de abril de 1987 a lei eleitoral, a primeira, para as eleições para o Parlamento Europeu. A proposta de lei apresentada pelo X Governo Constitucional consagra...” - na altura era o primeiro governo minoritário do PSD com o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva – “ expressamente a existência de um círculo eleitoral próprio para a Região Autónoma dos Açores, para o Parlamento Europeu”. Idêntico conteúdo tinha, aliás, a proposta de lei sobre a mesma matéria elaborada pelo IX Governo Constitucional, da responsabilidade da Coligação PS/PSD, o famoso Bloco Central.

“A Assembleia Regional incluiu a pretensão da mesma natureza na proposta de lei da revisão do Estatuto. O preceito não foi aprovado sob a invocação de que se tratava de matéria de âmbito de lei eleitoral para o Parlamento Europeu. Tal pretensão reveste a mais alta importância para a Região, pois permitirá uma adequada identificação da Região Autónoma dos Açores no Parlamento Europeu, onde, a partir da integração de Portugal nas Comunidades Europeias, se trata de questões de manifesto interesse para o arquipélago e até mesmo de interesse específico.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propôs que fosse recomendado à Assembleia da República que na elaboração da primeira lei eleitoral para o Parlamento Europeu, incluísse ciclos para as Regiões Autónomas”. Isto foi há 36 anos e o tempo apenas nos deu razão. Deu-nos razão a todos, às pretensões autonómicas dos Açores e da Madeira em terem círculos eleitorais. E porque é que nos deu razão e, sobretudo, é importante salientarmos este aspeto? – e permitam-me que o faça.

Porque, desde que em 2015, com o célebre Acórdão Mayotte relativo a um desacordo entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu acerca das medidas específicas adotadas pelo governo francês para com a Região Ultraperiférica de Mayotte, o Tribunal de Justiça veio determinar que a interpretação do Artigo 349º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, consagrava uma fonte de direito para as regiões ultraperiféricas. Ou seja, no fundo é um pouco como nós quando – e tentei dar uma imagem um pouco mais leve desta situação - no trabalho parlamentar apresentamos iniciativas,

termos sempre que preencher uma declaração sobre *relevantes assuntos*, como o género ou outras matérias que temos que incluir quando apresentamos as iniciativas. Com esta interpretação Artigo 349º, a produção de atos e de regulamentos pela União Europeia, não pode deixar de ter em conta as especificidades que são consagradas para as regiões ultraperiféricas e não pode deixar de as respeitar, quando se identificam especificidades de discriminação, de alteração ou de derrogação de regulamentos. E, portanto, nós com esta nova visão e com esta nova forma como funciona e como tem evoluído a integração europeia, temos que não deixar de assinalar também esta necessidade de uma presença efetiva dos Açores e da Madeira, enquanto regiões autónomas, no Parlamento Europeu, porque não só enquanto regiões periféricas temos um direito específico por via do Artigo 349º do Tratado de Funcionamento da

União Europeia, mas porque somos regiões autónomas no contexto constitucional português, temos ainda acrescidas responsabilidades de ter efetivamente uma participação que integre a Comunidade Europeia e, desde logo, a participação no Parlamento Europeu.

Permitam-me só mais um alerta, sendo certo que esta minha primeira intervenção será mais longa no âmbito destes diplomas, e porque este também é um diploma que tem muitos anos de debate, mas também surgiu um novo aspeto que nos deve invocar para a maior importância que devemos dar enquanto estado português, e também já o salientámos no momento próprio, relativamente ao futuro da integração europeia. Tem a ver com a intenção da criação das listas transnacionais que para o Parlamento Europeu são um retrocesso na representatividade dos povos no seio da Comunidade Europeia. Sabemos da dificuldade, numa região com a adesão de cada vez mais estados-membros da representatividade poder ter uma expressão mais significativa. Mas o estado português que é contra - pelo menos em manifestação dos atuais representantes no Parlamento Europeu as listas transnacionais e que se manifestou contra essa possibilidade -deve também olhar para a necessidade das regiões autónomas, no atual contexto europeu, terem obrigação de ter círculos próprios para o Parlamento Europeu, fazendo-se, assim, representar da melhor forma.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (PSD)**: Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Começaria por saudar e enviar um cumprimento ao Sr. Presidente da Comissão, estendendo a todos os membros da Comissão, pessoas responsáveis, dialogantes, trabalhadoras, conhecedoras, que vi trabalhar sempre que tive oportunidade de participar. E é de saudar quando vejo isso acontecer.

Somos de partidos diferentes, somos de visões diferentes, mas quando toca aos Açores, quando toca a um bem maior, conseguimos estar alinhados, conseguimos dialogar e chegar às pontes possíveis.

Felicito-o pelo trabalho desenvolvido, obviamente que ainda falta algum, mas também gostaria de felicitar o trabalho feito na CEVERA na Legislatura anterior, porque também como já foi e bem dito aqui, foi aproveitado e deu-se continuidade, em vez de ter colocado o trabalho – permitam-me a expressão – *no lixo*. Se assim tivesse sido, teriam os Deputados da anterior Legislatura trabalhado em vão. Assim não aconteceu, o que é muito bom e muito positivo. Esta responsabilidade e o prestígio que o Parlamento consegue ter também é muito bom e também pode ser um sinal que a nossa autonomia pode dar à Assembleia da República e alguns certamente saberão do que é que estou a falar.

Quanto à nossa autonomia, pessoalmente não gosto muito da palavra *aprofundamento*, gosto muito mais do *avanço da autonomia*, mas é uma questão minha – são sinónimos, quase idênticos - mas é verdade. E quanto à autonomia, às vezes confunde-se um pouco *autonomia* com o *libertar da nacionalidade*.

Eu penso - e acho que não estou errado - que nenhum partido político nesta Casa desejará romper com a nacionalidade. Eu então explico sempre aos mais novos – aos meus filhos e outros – o que é uma autonomia. É um pouco como

uma família em que temos um pai, uma mãe e depois temos filhos que vão crescendo e aos poucos também vão ganhando a sua autonomia, a sua liberdade, etc. É um pouco isto a autonomia explicada de uma forma simples para qualquer criança ou pessoa consiga perceber. É este caminhar. Nós nascemos, nós crescemos, caminhamos, engatinhamos, falamos, etc. E é isto que tem acontecido com nossa autonomia, não confundir com o rompimento com a nossa nação. Eu muito orgulhosamente gosto de ser português.

Já agora, mero exemplo, eu sou do Benfica e também do Santa Clara. E uma vez perguntaram-me de qual era, e eu disse “bom, primeiro vem sempre o Santa Clara”. E é assim, primeiro somos açorianos e depois portugueses, sem nunca rasgar.

Isto também leva-nos a esta sensibilidade, até como atlânticos e como ilhéus, para sabermos dizer dentro dos nossos partidos. E é precisamente o que acontece aqui. Nós, açorianos, não temos uma garantia de que a nossa voz será ouvida naquilo que é hoje a Comunidade Europeia, naquilo que são as instâncias que decidem muitas coisas por nós, em que nós precisamos de ter uma influência, onde precisamos de fazer o tal lobby, fazer a tal pressão, sensibilizar e fazer uma série de coisas.

Infelizmente, isto não acontece. E, infelizmente, chegámos a uma situação que não temos esta garantia. É preciso, com todo o respeito que os nossos partidos merecem, mas mais do que os partidos, está a nossa terra. E é isto que hoje nós estamos aqui a dizer. Nós precisamos de ter representantes dos Açores com a garantia de que vão ser eleitos diretamente, independentemente do partido. Obviamente que eu gosto sempre que seja do meu e os outros hão-de gostar que seja do seu, mas vamos respeitar e hoje temos, e que muito nos honra, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro em funções. E é assim que deve ser. A política partidária, fazemos quando é preciso fazer, umas vezes melhor, outras vezes pior, umas vezes com mais *veneno* ou menos *veneno*, não interessa. Mas

quando for para defender a nossa terra, para defender a nossa autonomia, para defender o nosso bem maior, o futuro das gerações de açorianos que aí vêm, nós temos que estar unidos, porque se nós não estivermos unidos, alguém vem ocupar o nosso lugar e este alguém nunca pode substituir o nobre Povo Açoriano.

E por agora é isto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma palavra primeira sobre este processo, antes de entrar concretamente neste primeiro diploma. Para dizer, em primeiro lugar, que o trabalho que nós hoje aqui trazemos e que foi feito nestes últimos 2 anos, apenas foi possível, porque um grupo de Deputados na Legislatura anterior fez aquilo que um cabouqueiro diria *partir pedra*, fez aquilo que um lenhador diria *limpar o mato*. Ou seja, isto só foi possível concretizar-se em 2 anos, porque houve 4 anos de trabalho na Legislatura anterior que muitas vezes não foi reconhecido por quem estava lá fora, à espera de que o trabalho da CEVERA fosse mais rápido.

Posso até fazer aqui uma espécie de ato de contrição, porque enquanto comentador político, também critiquei muitas vezes a lentidão do trabalho da CEVERA, porque muitas vezes também quem está do lado de fora, mesmo acompanhando o trabalho político, não consegue perceber a necessidade que há de aprofundar, debater, falarmos muitas vezes sobre os mesmos assuntos e ainda hoje, certamente, não vamos ter a unanimidade na maior parte destes

diplomas, porque é legítimo que tenhamos pensamento político diferente nalgumas destas matérias, mas é sempre bom lembrar que estes 2 anos foram mais produtivos do que os 4 anos anteriores, apenas, porque os 4 anos anteriores existiram e apenas, porque houve um grupo de Deputados que fez aquele trabalho. E eu não sairia hoje desta sala em tranquilidade com a minha consciência, se não dissesse isto aqui à frente de todos os colegas Deputados de todas as bancadas parlamentares, à frente do Governo dos Açores e à frente de todos os açorianos. Este conjunto de diplomas que hoje aqui trazemos, é de facto um passo adiante na construção do nosso processo autonómico – não tenhamos dúvidas disso. É um passo importante. É ainda um pequeno passo, porque há muito trabalho a fazer. Ainda temos diplomas na Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia que vão melhorar bastante o funcionamento da nossa autodeterminação. Mas é um passo de gigante, diria eu, na concretização das aspirações do povo açoriano.

Neste sentido, parece-me que esta iniciativa que agora estamos a discutir sobre a eleição de deputados ao Parlamento Europeu pode ter algumas vantagens, mas também tem muitas desvantagens. Pode ter as vantagens de deixar de haver na luta partidária e até parlamentar a chicana política de quem é mais forte ou de quem é mais fraco, porque conseguiu pôr no nº5 ou 6º da lista determinado candidato ou não.

Ainda recentemente, caímos no ridículo de se discutir se era *fulano ou beltrano*, porque tinha que ser *fulana*, dado que a lei eleitoral assim obrigada. E há constrangimentos dessa natureza também e não vale a pena escamotear. É uma realidade com a qual temos que viver. Mas tem um perigo, na minha perspetiva, um perigo muito grande que é o perigo da hegemonia dos partidos mais votados, sejam eles quais forem, porque eu não sou daqueles que acredita que os partidos mais votados vão ser sempre o PSD ou o PS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Os partidos mais votados não vão ser sempre o PSD e o PS, acreditem nisto. E, portanto, se alguém desenhou este diploma pensando que daqui por diante apenas o PSD e o PS iam ter deputados no Parlamento Europeu, engana-se, porque isto não vai continuar a acontecer. O PASOK pensava assim e desapareceu. O PSOE que é poder em Espanha, está à beira dum derrota estrondosa nas autárquicas em Madrid, por exemplo.

Há que ter sempre em consideração que o povo é soberano. O Povo sabe o que faz. E o povo é que dirá como é e quem é que o vai representar no Parlamento Europeu. Mais grave é não estarmos a assistir a uma reforma das instituições da União – isso sim é mais grave, porque apesar de elegermos representantes para o Parlamento Europeu e apesar da existência do Parlamento Europeu, nós sabemos muito bem que ele tem pouco peso nas decisões da Comissão e até nas decisões do Conselho, na fiscalização do seu funcionamento. E, por isso, nós continuamos a ser governados de cima para baixo, por um diretório numa organização internacional que não é eleito democraticamente e que não decorre dum parlamento eleito democraticamente. E esta é também uma reflexão que nós, como cidadãos desta Europa, nós como europeístas convictos, devemos fazer e devemos fazer frequentemente. Mas eu percebo a importância de garantirmos representatividade dos Açores nas instâncias europeias, nomeadamente neste caso concreto no Parlamento Europeu.

Mas pergunto: será que o Bloco de Esquerda não prefere ser representado por alguém do partido da esquerda liberal norueguesa do que por alguém do CHEGA? Eu preferiria.

Deputado José Pacheco (CH): Tu fazes cada pergunta!

O Orador: É uma reflexão que temos de fazer.

Eu provavelmente preferia sentir-me representado por alguém do D66 da Holanda, do que por estatista português ou por alguém que tivesse um pensamento musculado em relação ao estado.

Nesse sentido, a Iniciativa Liberal não poderá acompanhar este diploma. É só neste sentido que não poderemos acompanhar este diploma, não é por ele ser mais ou menos autonomista, nem é por ele afunilar as possibilidades de escolha dos açorianos ou por outro qualquer tipo de razão. É, sim, por entender que muitas vezes este é um perigo que as democracias têm, isto é, quando os círculos eleitorais ficam mais pequenos e quando o número de candidatos é mais pequeno, a representatividade é muito menos assegurada. Esta é uma reflexão que eu tenho feito há muito tempo.

Quem sabe alguns dos Srs. Deputados também a possam fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que desilusão eu tenho consigo. Um autonomista!

O Orador: É só neste sentido que entendo que este não é o diploma. E uma vez que os tempos são globais e eu até tinha entendido que os diplomas eram para ser discutidos globalmente, foi isso que entendi, não tinha entendido que vamos discutir um a um, mas em termos de dar já a indicação do sentido de voto, a Iniciativa Liberal só vai votar contra este diploma, todos os outros vamos votar a favor, apesar de ter algumas reservas sobre o diploma do estado de sítio e do estado de emergência. Mas explico também, aproveitando esta primeira intervenção: uma coisa é o regime do estado de sítio e o estado de emergência, outra coisa é a sua operacionalização.

Não sou daqueles que é adepto de legislar a reboque da casuística e o que é facto é que nós estamos a trabalhar num diploma que já vinha de trás, mas a pandemia e aquilo que se passou com a operacionalização do estado de emergência nos Açores durante 2020, deu-nos uma boa indicação de que era preciso alterar este regime. Tenho algumas dúvidas sobre o estado de sítio,

porque aí vamos colidir com algumas competências, por exemplo, com o Comando Operacional dos Açores vamos ter algumas situações conflituantes, mas o que é certo é que até do ponto de vista da democracia, é mais legítimo ser o Governo Regional dos Açores a operacionalizar o estado de emergência, do que uma autoridade administrativa mandada de Lisboa, com sede na Madreus, com o devido respeito pelo Sr. Embaixador Pedro Catarino – que tenho bastante. Mas, neste sentido, parece-me que não sendo um grande adepto da utilização da figura do estado de sítio e do estado de emergência, que a sua operacionalização com o diploma que nós trazemos agora aqui fica mais fácil, mais sistematizada e vem facilitar uma coisa que no passado foi reveladora, é que houve atropelos e abusos em relação à aplicação do estado de emergência. E agora ficam esses abusos resolvidos, fica esta questão mais clarificada, diria eu.

Sr. Presidente, por agora é isto que me apraz dizer sobre estes diplomas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PPM, nós consideramos que este conjunto de propostas que hoje vão ser debatidas e votadas, e pelo que já se viu aprovadas, é da maior importância para o avanço do processo de construção da autonomia que é contínuo e é um processo

em que o que nós temos vindo a verificar ao longo destes 47 anos de autonomia, é que é um processo em que a Região tem vindo a ganhar e a exercer novas competências, sempre com vantagem de ser para o povo dos Açores.

Eu considero que há aqui duas condições muito importantes: a criação da autonomia dos Açores, o facto da Região estar dotada de competências que nos permitem responder às necessidades e às aspirações do povo dos Açores e de ter um melhor governo nas nossas ilhas. E penso que ninguém hoje colocará em causa o sucesso da autonomia ao longo deste percurso. Veja-se as condições de vida alcançadas pelo povo dos Açores, apesar de todas as dificuldades, apesar de todas as circunstâncias. E a melhor prova do seu sucesso, é que muitos em 76 duvidavam que a autonomia dos Açores pudesse triunfar, porque a verdade é que a autonomia enquanto um conjunto de competências que foram atribuídas ao Parlamento dos Açores, ao Governo dos Açores, aos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, foi de facto algo inédito no âmbito do exercício de autogoverno dos Açores, uma vez que a primeira autonomia era meramente administrativa e não legislativa, o que eu devo dizer é que a outra grande questão era saber se conseguíamos a união dos Açores. Até porque a primeira autonomia, mais uma vez, não incluía as ilhas do Distrito da Horta e, por isso, a questão da união é fundamental. Uma união não imposta como na Capitania-Geral de 1766, mas uma união que resultava da vontade de todas as populações das diversas ilhas dos Açores.

Este processo de união conjunta desta união, foi também um sucesso. E isso é demonstrado pelo trabalho da Comissão. Apesar das nossas diferenças ideológicas, apesar da diferença de percurso entre os diversos partidos políticos, a verdade é que nós conseguimos consensualizar um grande conjunto de questões, um grande conjunto da maior relevância. Conseguir esta união entre os partidos políticos, nesta fase, é algo que significa uma vitória...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque não tenham dúvidas de que para termos sucesso nesta reforma da autonomia que nasce aqui nos Açores - não é imposta em Lisboa - ela é construída pela grande maioria num conjunto grande de matérias e para

se conseguir esse triunfo, nós temos que chegar com esta proposta e dizer-lhes, “meus senhores, aqui está a proposta do povo dos Açores”. Ou seja, temos que ter a esmagadora maioria dos açorianos através daqueles que representam os açorianos, unidos em prol deste ideal. Só assim é que temos hipóteses de conseguir novamente mais um alargamento da autonomia dos Açores, só apresentando-nos perante o poder central, unidos nestas diferentes matérias.

Vou entrar naquela que é a questão específica que aqui vamos discutir, que é a questão do Parlamento Europeu e da criação de um círculo próprio.

Como o Sr. Presidente da Comissão já referenciou, há países que têm um círculo único, a maior parte dos países da União Europeia tem um círculo único, alguns têm vários círculos eleitorais no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu. É o caso da Bélgica, da Irlanda, da Itália ou da Polónia que têm vários círculos eleitorais.

A criação de vários círculos eleitorais, sendo a Região, sendo o nosso país constituído por 2 regiões autónomas dotadas de autonomia, faz todo o sentido. E nesta representação, a questão evidente é que passaríamos a ter 3 círculos eleitorais: o do território continental, o do território da Madeira e o dos Açores. É evidente que o da Madeira e o dos Açores têm que ser mais pequenos, tendo em conta a nossa demografia. A nossa autonomia, nesse sentido, foi construída com base nesse proposto e o próprio Parlamento foi construído com base neste pressuposto, nós aqui representamos e há uma representação de toda a população dos Açores, uma representação proporcional, mas também garantimos através da lei eleitoral, uma representação de todos os espaços insulares de todas as ilhas. Nós conseguimos, através da nossa lei eleitoral, esta dupla representação que noutros países e noutras regiões, é conseguido através de um sistema bicameral. E nós numa única câmara conseguimos alcançar estes objetivos de representação territorial e de representação proporcional da população.

Por isso, nós temos esta legitimidade da nossa própria construção do processo autonómico e podemos dizer, nós já fazemos isto no âmbito da representação da população dos Açores. E, por isso podemos apresentar-nos de cara levantada, de rosto levantado e dizer-lhes que o que nós estamos a solicitar é aquilo que nós já fazemos no nosso próprio sistema político.

É importante ou não é importante ter representação própria no Parlamento Europeu?

É importantíssimo.

Podem ter a certeza de que ninguém representará melhor o povo dos Açores a não ser aqueles que são os eleitos pelo povo dos Açores e que foram eleitos para representar diretamente o povo dos Açores.

Eu prefiro ser representado por alguém que foi eleito pelo povo dos Açores, porque se foi eleito pelo povo dos Açores, também é o meu representante. Prefiro sempre ser representado, pelos eleitos do povo dos Açores.

A questão é, se temos posições diferentes, essas posições são dirimidas no âmbito do processo democrático como? Em eleições. O povo é que escolhe quem é que o representa. Isto é que é a democracia. O povo é que escolhe, em cada momento, quem é que o representa. E quem o povo escolhe num sistema democrático, é sempre o digno representante do povo dos Açores. Se foi escolhido através de um processo democrático, é sempre digno representante. Do ponto de vista político, nós não podemos pensar que o partido A ou o partido B serão sempre os partidos predominantes, porque a história política da Europa nos anos mais recentes, o que podemos verificar foi uma alteração enorme dos sistemas políticos. Partidos que antes eram hegemónicos, desapareceram até do ponto de vista parlamentar em alguns dos estados europeus.

Nos Açores, este Parlamento começou com três partidos. Só há três partidos que sempre aqui estiveram desde 76: o PSD, o PS e o CDS – são os únicos três sobreviventes deste longo percurso autonómico.

A questão é que há um alargamento em 2008 quando entra o Bloco e o PPM. E ao longo destes 15 anos, o nosso desafio foi demonstrar aos açorianos fazia sentido que o Bloco e o PPM cá continuassem. E continuaram a ser escolhidos e votados pelos açorianos. A mesma coisa penso eu terão como objetivo os três novos partidos que chegaram em 2020, a Iniciativa Liberal, o Chega e o PAN.

Por isso, o sistema é mutável, não ganham sempre os mesmos. E há novos protagonistas, há evidentemente novos partidos políticos e quem decide é o povo dos Açores.

Antes de terminar, porque tenho que ficar com tempo ainda para as cinco próximas propostas, dizer que a verdade é que esta é uma reforma fundamental, aceitamos as posições e os argumentos dos outros partidos que têm uma posição diferente – é assim em democracia – mas a minha convicção é de que constitui uma vantagem para os Açores. E aquele sistema que esteve prevalecente até há pouco tempo de que os grandes partidos conseguiam sempre que existissem representantes seus no âmbito dos partidos nacionais, nós – infelizmente – nesta Legislatura, por motivos diferentes, verificamos que é falível. E a verdade é que não temos agora nenhum açoriano a representar diretamente o povo dos Açores no Parlamento Europeu. Isto é bom? Não é.

Eu quero o trabalho realizado por deputados europeus que foram eleitos e representaram o Partido Socialista ou pelo PSD ao longo destes anos. O que eu verifiquei, na maioria esmagadora dos casos dos eleitos, para não dizer da sua totalidade, foi um grande esforço em prol dos Açores. Eu sei que defenderam sempre os interesses dos Açores. E eu sei que é muito importante que estejam

açorianos no Parlamento Europeu a defender os interesses dos Açores. E é por isso que o PPM apresenta aqui também conjunto com os diversos signatários desta proposta, nós estamos convictos que esta é uma reforma justa e necessária para aprofundar a autonomia dos Açores, para garantir a representação e a defesa dos interesses dos Açores no Parlamento Europeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A matéria que reveste esta Anteproposta de Lei que estamos agora aqui a debater, foi também em 2020 um dos argumentos de campanha enquanto liderava um partido. À data, estava bem presente na nossa memória o falecimento do Deputado Europeu André Bradford que nos representava, o único deputado açoriano que nos representava na Assembleia da República e que por uma fatalidade da vida, deixou de nos poder representar e ficaram os açorianos sem um representante legítimo e diretamente eleito pelos Açores.

Muito bem, esta era matéria fundamental salvaguardar e em tempo próximo. E foi por essa razão também que defendi isso na altura.

Gostava de acreditar que a Anteproposta de Lei que agora estamos aqui a debater fosse aprovada na Assembleia da República, mas infelizmente ela tem que ser aprovada na Assembleia da República por partidos que estão nela representados e que têm obviamente que dar conta às outras zonas do País.

Como sabem, o facto desta iniciativa prever 4 deputados para representar os Açores e a Madeira, vão criar uma desproporcionalidade do poder eleitoral muito grande. Uma desproporcionalidade que vai para lá dos 400%. Ou seja, o que vamos pedir aos Deputados da República é que abduquem de parte da sua representação para dar uma representação *gold* às regiões autónomas.

Eu gostava de acreditar que isso vai funcionar, mas não acredito, porque vão existir políticos de Lisboa, do Porto, de Coimbra ou de Leiria que vão dizer “não vamos poder dar essas regalias aos açorianos”. Os tais centralismos do costume. E temos que perceber que alguns, (muitos) dos senhores e senhoras que aqui estão têm mais experiência disso do que eu. Os centralismos do costume vão fazer cair esta medida na Assembleia da República. E eu tenho pena. Preferia eu que esta iniciativa fosse mais pequena, menos ambiciosa. Se estivéssemos aqui a discutir uma iniciativa que juntasse num círculo eleitoral único os Açores e a Madeira – 2 deputados – eu estaria aqui para aprovar, mesmo percebendo que era também a representar uma desproporcionalidade de 200%, mas que era diferente de 400%. Esta desproporcionalidade de 400%, para mim, vai pôr logo em causa o futuro desta iniciativa. E por esta razão, e apenas por isso, até porque era e é do maior interesse que esta iniciativa passasse na AR, só que o próprio preâmbulo da iniciativa, pelos tempos gramaticais que vai usando, já deixa antever qual vai ser o resultado. Eu acho que nem quem fez a redação acredita que ela vai ser aprovada. E tenho pena, porque se chegássemos à República com uma iniciativa destas a dizer nós queremos um círculo eleitoral único para as regiões autónomas, nós estamos de mãos dadas com a Região Autónoma da Madeira na defesa desta iniciativa e menos do que 2 deputados, convenhamos, não pode ser, esse era o nosso argumento.

Expliquem-nos como é que se pode fazer um círculo eleitoral com menos do que 2 deputados? Se assim fosse, estávamos a pedir mínimos e, nesses mínimos, eu creio que provavelmente teríamos mais hipóteses de sucesso.

Por ora, fico-me apenas por esta intervenção, porque como sabem, há mais cinco iniciativas a serem debatidas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Debateremos agora uma iniciativa que pretende alterar a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, mas não posso deixar de, nesta primeira intervenção e um pouco para além da iniciativa em concreto, falar sobre o processo que decorreu e decorre ainda nesta Legislatura, de discussão de várias iniciativas relativas ao aprofundamento da autonomia e àquele processo que teve origem na anterior Legislatura.

Começo por dizer que o Bloco de Esquerda, tanto nesta como na outra Legislatura, esteve e está profundamente empenhado em participar ativamente neste processo.

Participámos sempre apresentando várias propostas na anterior Legislatura e nesta, sobre as matérias que consideramos serem as fundamentais para os Açores, para o aprofundamento da autonomia e, naturalmente, refletindo aquela que é a nossa visão sobre elas.

Na anterior Legislatura com um projeto de revisão constitucional, com um projeto de alteração da lei eleitoral, uma alteração ao Estatuto Político-Administrativo e não incluído no âmbito da Comissão para o Aprofundamento da Autonomia na Legislatura anterior, também uma Anteproposta de Lei de alteração à Lei de Bases do Ordenamento do Espaço

Marítimo que tendo sido aprovada na generalidade, não foi a que passou e chegou à AR. E tratou-se duma matéria que não estando hoje em debate - esteve de certa forma na iniciativa anterior – mas que é de enorme importância. E, naturalmente, sobre a qual nós não desistimos de fazer valer aquele que é o direito que a Região deve ter sobre a decisão daquilo que é a gestão e o ordenamento do mar.

Na anterior Legislatura, as diversas iniciativas não chegaram a plenário – nós na altura discordámos dessa decisão – mas, efetivamente, agora estamos noutro processo e, felizmente, há um conjunto de iniciativas que estão concluídas e que chegam hoje a este plenário e que são debatidas.

Naturalmente, que nesta Legislatura não poderíamos deixar de participar nesse processo, seja com um projeto de revisão constitucional, com uma alteração à lei eleitoral e uma alteração à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, processo que ainda decorre. Ou seja, mais uma vez estamos profundamente empenhados neste processo, refletindo aquela que é a nossa visão sobre o aprofundamento da autonomia dos Açores.

Embora não esteja em debate, queria fazer uma referência à questão da revisão constitucional e àquela que tem sido a nossa posição e aquele que é o nosso projeto que entregámos neste Parlamento e o projeto que entregámos na AR. No que diz respeito à autonomia, eles são exatamente idênticos. E nós temos, naturalmente, orgulho dessa consonância de posições que existe entre o Bloco de Esquerda nos Açores e o Bloco de Esquerda como um todo no País. É um sinal de que os Açores sabem que nas matérias essenciais que dizem respeito à autonomia, a posição do Bloco de Esquerda nos Açores é a posição do Bloco de Esquerda na AR. Oxalá que haja mais propostas e mais partidos que possam dizer o mesmo quando chegarem várias destas propostas à Assembleia da República. Será bom para os Açores.

No que diz respeito à proposta que agora debatemos e sobre a qual nos queremos pronunciar, ela é efetivamente das mais relevantes em debate, não tirando a importância a qualquer uma delas, mas esta tem um caráter e uma importância grandes, sendo uma alteração da lei eleitoral e também tem naturalmente potenciais efeitos importantes. Sobre as iniciativas que estamos a debater, em quase todas elas, temos plena concordância, mas já lá iremos. No entanto, esta Anteposta de Lei levanta um conjunto de problemas que têm sido, aliás, por nós publicamente criticados, desde a Legislatura passada.

Em primeiro lugar, essa proposta pretende criar 3 círculos eleitorais num universo de eleitos que é reduzido – estamos a falar de 21 eurodeputados eleitos.

Antes de ir às questões políticas, do ponto de vista da proporcionalidade, esta proposta cria uma distorção no sistema.

Julgo que, antes de ir à questão política, do ponto de vista daquilo que deve ser um ser um sistema eleitoral, haver um círculo eleitoral que elege 17 eurodeputados e 2 círculos eleitorais que elegem 2 cada um, toda a gente perceberá que isso não é proporcional. Essa desproporcionalidade gera problemas complicados de se resolver. E gera problemas políticos – e já lá aos problemas políticos.

Aquilo que esta proposta faz, em primeiro lugar, e aplicando-a aos resultados das últimas eleições europeias, é desperdiçar cerca de 20% dos votos dos açorianos que contribuíram para eleger deputados ao Parlamento Europeu.

Os votos que os açorianos confiaram ao Bloco de Esquerda, ao CDS-PP, ao PAN e à CDU, esses votos de cada açoriano, contribuíram para eleger eurodeputados desses partidos. E foram 20% dos açorianos que foram às urnas. Esses açorianos sentem-se representados, certamente, pelos eurodeputados que elegeram do Bloco de Esquerda, do CDS-PP, do PAN (já não tem) e da CDU.

Ora, esta questão não é de somenos, porque aqui a questão não é apenas geográfica, é também política.

Olhando para a política e para a história, esta proposta faria reforçar os partidos mais votados – disso não há dúvidas. Ou seja, nos Açores, os partidos mais votados elegeriam, cada um, 1 eurodeputado, pegando nos resultados eleitorais das últimas eleições europeias. Ora, olhando para a história, a verdade é que decisões que prejudicaram os Açores tiveram o acordo dos partidos nacionais e dos governos dos partidos que hoje, com esse círculo eleitoral seriam reforçados. Foram governos do PS, do PSD e do CDS que permitiram coisas como a extinção das quotas leiteiras, por exemplo. Foram esses mesmos que agora acham que devem ser privilegiados e que devem na secretaria ser reforçados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na *secretaria* de quem? Concretize lá. Será na *secretaria do povo*?!

O Orador: Não podemos concordar com isso, para não falar nos alertas que o Sr. Deputado Nuno Barata lançou para o facto de nem sempre os sistemas políticos serem imutáveis e certamente que não serão os mesmos partidos a serem os mais representados durante toda a história.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A perspetiva eleitoral do voto é uma repartição!

O Orador: Por isso, eu não tenho dúvidas de que os açorianos que não votam no PS ou no PSD, hoje, ou noutro partido qualquer, amanhã ou depois, sentem-se representados pelos seus eurodeputados e preferem ter um eurodeputado de outro partido que não os dois maiores partidos, sejam lá quem eles forem, mas preferem ter alguém em quem se sintam representados, mesmo que esses partidos não sejam os maioritários.

Posto isto, nós não iremos de forma alguma votar favoravelmente esta proposta.

Eu ouvi aqui um aparte do Sr. Deputado Carlos Silva, que é muito interessante, é que esta proposta cria o problema que o círculo de compensação regional procurou resolver, ou seja, os votos desperdiçados e que nos Açores seriam qualquer coisa como 20% no mínimo. 20% dos votos dos açorianos seriam deitados fora.

Se acham que isto é uma melhor representação dos açorianos no Parlamento Europeu, eu julgo que os açorianos dirão que estão enganados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que há matérias - aqui talvez queira invocar a memória de meu pai que esteve nas primeiras andanças da primeira Legislatura – que ultrapassam as questões partidárias.

Tive a feliz sorte de participar na dita CEVERA – já foi dito aqui por alguns que ela foi várias vezes apelidada injustamente de *Maldita (S)Cevera*, mas hoje comprova-se que o trabalho foi e está bem feito e que foi, deixem-me dizer assim, bem dirigido pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, como já tinha sido na Revisão Constitucional de 2004 que teve um grande avanço para a nossa autonomia regional.

Ouvi também aqui algumas reservas que nos parecem de facto sem sentido para quem defende a subsidiariedade, para quem defende a autonomia, para quem defende o nosso microcosmos e que nessa outra lógica que nos parece mais perversa, estaria sujeito a eleições transnacionais. E porque será que um deputado transnacional perceberia mais concretamente os problemas dos Açores?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Porque será, por exemplo, que não um deputado da Região ou dois, juntamente com o Governo da República souberam, então, resolver o embargo a que nós estivemos sujeitos na questão da BSE e que depois foi revertido, ou do não pagamento de multas das quotas leiteiras?

Porque tínhamos deputados regionais, porque tínhamos um Governo da República que também entendeu e atendeu a essas nossas pretensões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, parece-me que esta lógica de quem defende a autonomia e a sua representatividade, é um bem maior face a todas as outras contas que por aí possam aparecer.

Mais: se a República discute neste momento, questões de regionalização e do poder que ficará alocado a essa regionalização, era o que faltava talvez os Açores começarem a prescindir das suas competências e do seu poder próprio que uma eleição como aquela para o Parlamento Europeu também nos dá e sempre nos deu.

Vozes dos Deputados bancada do PS e do Deputado Paulo Estêvão (PPM):
Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, nós somos completamente adeptos desta estratégia de termos representantes dos Açores lá fora, porque não temos dúvidas de que é a melhor forma de continuar a defender os interesses dos açorianos.

Eu acredito que esses representantes, sejam do PSD ou do CDS, do Bloco de Esquerda ou do PAN, ou de qualquer partido que tenha essa representatividade, vão com muito mais propriedade, competência e sabedoria defender os Açores, porque os conhecem, do que um qualquer deputado europeu ou deputado nacional que não conhece os Açores nem terá grande capacidade de fazer esse trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, os Açores neste momento e independentemente

de nós sabermos que nos 28 estados-membros há muita diversidade e não há concórdia, quer em sistemas eleitorais quer na representatividade, já foram aqui referidos alguns países que têm uma lógica de sistema eleitoral regional, e se essa lógica do sistema eleitoral regional existe, é porque de facto esses países consideram que ficam - esses países e essas regiões - mais bem representados com esses sistemas eleitorais.

Por isso, os Açores só estão a dar mais um passo na sua autonomia regional. Nós acreditamos que poderá haver dificuldades nestas e noutras matérias em que a CEVERA e a Comissão que lhe seguiu terá nos tempos próximos. Mas também sabemos que todas as revisões constitucionais e estatutárias que já foram feitas ao longo da história da autonomia tiveram sempre um princípio básico, ou seja, foi sempre necessário avançar mais para ter menos alguma coisa. O que não faz sentido é apresentarmos pouco para não termos nada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é por isso que nós entendemos que esta revisão constitucional que aqui está e que de hoje em diante começará a ter os seus frutos independentemente das resistências nacionais, nós também não somos nem hipócritas nem ingénuos ao ponto de não sabermos que os partidos nacionais de qualquer uma das forças que aqui estão e que têm partidos nacionais, têm centralistas. Nós sabemos isso, mas sempre foi assim e assim será. Mas é verdade que também no passado, tal como no presente e no futuro, é exatamente

a força dos nossos argumentos e da nossa coerência que pode, para além da influência política que cada um terá, avançar nestas matérias. Por isso, nós estamos de alma e coração com este projeto, como estamos com os outros, num trabalho de grande consensualização. E sabemos que consensualização é um processo difícil, quando integra ainda mais forças, porque há grande subjetividade do discurso dos vários partidos e é preciso congrega essa

intersubjetividade num rumo que seja comum a todos, prescindindo todos de alguma coisa. Mas nós estamos num processo – para terminar – que nos parece que vai, mais uma vez, honrar a autonomia e honrar também aqueles que a representam.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Deputados Paulo Estêvão, Flávio Soares e Jaime Vieira)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um primeiro trabalho para os trabalhos das duas Comissões - a CEVERA na anterior Legislatura e a Comissão Eventual de Aprofundamento da Autonomia nesta Legislatura. É justo que façamos, neste momento, o reconhecimento desse trabalho, sobretudo da CEVERA, e do seu contributo que muitas vezes foi ignorado e desprezado, bem como a todas as personalidades que contribuíram para as propostas às quais a Comissão desta Legislatura deu conclusão e que estão hoje aqui em apreciação para votação. Foi um trabalho exaustivo que contou com o contributo não só dos deputados, alguns dos quais ainda se encontram nesta Legislatura, mas também de várias personalidades da sociedade civil que deram um contributo muito importante e muito decisivo para os textos que agora estão em apreciação para votação.

Nesta Legislatura a Comissão herdou esse trabalho e as seis iniciativas que estão hoje em votação, num esforço de consenso e de exemplar debate e diálogo que pôs de lado as ideologias políticas, apesar de estarem sempre presentes, mas foi uma Comissão eminentemente política, diferente das outras

comissões parlamentares que temos nesta Assembleia, que são temáticas e onde há naturalmente lugar para a ideologia política, mas também para o lado mais técnico dos assuntos em debate, esta Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia é, sobretudo, uma Comissão Política, pura e dura, a ideologia está sempre presente, mas isso não impediu que houvesse diálogo. que houvesse consenso e que, num esforço conjunto, se tivesse concluído as seis iniciativas que agora estão em apreciação.

Portanto, é para mim um orgulho poder pertencer a essa Comissão e ter dado também o contributo que me foi possível dar e o mesmo ter sido aceite pelos restantes colegas deste Parlamento.

Relativamente à iniciativa que temos em apreciação neste ponto da agenda, que trata da eleição através dum círculo próprio das regiões autónomas de 2 deputados para o Parlamento Europeu, é bom dizer que quer os Açores quer a Madeira, são regiões ultraperiféricas, têm um estatuto perfeitamente definido no Tratado de Funcionamento da União Europeia, através do seu Artigo 349º que, depois, é reforçado também no Artigo 355º, com medidas muito específicas sobre os seus direitos no quadro europeu. Portanto, faz sentido, e já aqui também foi expressa a existência de outras nações europeias que também têm círculos regionais e, por conseguinte, faz todo o sentido que Portugal, tendo duas regiões autónomas, apesar de toda a aritmética que a Constituição de dois círculos regionais possa introduzir no nosso quadro nacional, faz sentido, as duas regiões autónomas estarem representadas por deputados eleitos em círculos regionais próprios. Portanto, é só dar materialização ao reconhecimento que a própria União Europeia já fez das regiões ultraperiféricas no seu Tratado.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Uma declaração peticionária devo fazer com enorme gosto e creio que partilho o sentimento geral, mesmo que não tenha sido dito até agora.

É feliz a coincidência na realização deste plenário no mês de abril, estarmos às vésperas da evocação e celebração do 25 de abril, essa conquista democrática, e também autonómica que Portugal realizou.

A oportunidade da reflexão e votação deste conjunto de iniciativas não poderia ter melhor simbolismo, senão nesta véspera da celebração da Revolução Democrática de Portugal que permitiu a institucionalização constitucional da autonomia política e a criação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Tão certo de que foi para a democracia um alcance resultante de um trabalho e de uma conquista do povo, também a autonomia política nunca será - porque nunca o foi - uma dádiva dos centralistas, mas sim uma conquista dos autonomistas e uma invocação e evocação do povo insular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É por isso que deixo esta nota de que todos temos consciência,

mas importa evidenciar para não ficar subliminar, mas verdadeiramente expressa.

É um trabalho de conquista.

É um trabalho de perenidade e não de desistência. Ao contrário de outros que a propósito da Revisão do Estatuto Político-Administrativo e da Revisão Constitucional que lhe antecedeu, diziam que a autonomia progressiva tinha alcançado o seu limite, não é verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque a democracia, democratiza-se.

Porque não é a democracia que faz os democratas, são os democratas que fazem a democracia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é por isso que temos que olhar que não será a autonomia a fazer os autonomistas, mesmo os autonomistas que constroem a autonomia política dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E só temos uma escolha: ou nos colocamos ao lado dos autonomistas e com isso ganhamos autonomia, ou nos colocamos ao lado dos centralistas e acaba-se com a autonomia. Esta é uma diferença muito significativa. E é por isso que não devemos ceder.

É verdade que *de jure condito*, temos um adquirido autonómico satisfatório que resultou nestas conquistas progressivas. Mas *de lege ferenda*, há tanto ainda para conquistar exatamente porque se autonomiza a autonomia com reforço e pendor democrático e político de respeito pela condição e identidade

de um povo insular, como é o povo dos Açores, também na sua forte condicionante arquipelágica, constrangimento que, muitas vezes, não faz compreender os mais centralistas que vivem em continuidade territorial.

Dito isto, e é uma declaração peticionária de enorme convicção pela minha parte e pela parte do Governo, há igualmente uma referência nominativa que eu gostaria de fazer, deixando hoje apenas na pessoa do Presidente da Comissão, Deputado Francisco Coelho.

Temos, efetivamente, ambos diferenças ideológicas e doutrinárias. Mas temos um percurso comum na defesa da autonomia. E este é um exemplo de como as diferenças que afirmam a bondade da pluralidade democrática e ideológica, não anulam a oportunidade de construirmos um projeto comum que é de interesse para todos, unindo, desde logo, aquilo que é a referência comum e dando importância ao essencial, declinando o que não é importante. Deixo, por isso, na pessoa do Deputado Francisco Coelho a estima pessoal, a saudação pelo trabalho que ao longo de várias legislaturas e de que tão boa memória tenho e tive o gosto e a honra de participar na (segunda) revisão estatutária em 98, como aquela que foi ainda mais forte, a de 2009. Ora, mesmo aí, deixo bem exposto aqui nesta intervenção, o percurso histórico a que esta Assembleia Legislativa Regional e aquele trabalho realizado também da anterior revisão constitucional para um projeto ousado de um novo adquirido autonómico proposto naquela que foi uma proposta unânime aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e submetida à Assembleia da República, teve este percurso.

Reservas, algumas em sede do debate na Assembleia da República e, mesmo assim, já aí sofreu alguns constrangimentos. Ultrapassados estes constrangimentos, e apesar de tudo, garantido um número considerável nesse novo adquirido autonómico, fomos confrontados com uma reserva por parte do Presidente da República de então e uma submissão ao Tribunal

Constitucional que penalizou de forma muito significativa este adquirido que já tinha passado pelo Parlamento dos Açores e que tinha um consenso entre as duas regiões autónomas do País – os Açores e a Madeira - que tinham alcançado, apesar de tudo, um consenso maioritário na Assembleia da República que depois foi confrontado com reservas presidenciais e do Tribunal Constitucional.

Quero eu sinalizar com isto que o caminho é difícil, mas as nossas convicções não devem ceder ao grau de facilidade ou dificuldade do percurso que podemos antecipar relativamente a este processo legislativo que aqui iniciámos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não gostaria de materializar ou quantificar apoios e possibilidades de aprovação, em prejuízo da convicção e desta marca identitária que deixamos enquanto autonomistas que fazemos a autonomia. Não foi a autonomia que nos fez. Somos nós, se autonomistas formos de causa e de convicção, que faremos a força da autonomia política dos Açores e das duas regiões autónomas de Portugal.

Por isso, não me penalizo por qualquer circunstância mais otimista ou mais pessimista relativamente ao futuro deste conjunto de iniciativas.

Deixo apenas uma nota crítica: é minha profunda convicção - e sei que nem todos os partidos acompanharam - de que em qualquer processo que se abra da revisão da Constituição da República Portuguesa, as autonomias e os autonomistas devem marcar presença pela garantia de, em sede desta revisão, marcarem o avanço, o aprofundamento e a afirmação da autonomia constitucional reconhecida na democracia portuguesa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, não há oportunidade a perder. E podemos, não só em sede de revisão constitucional ordinária, como eventualmente no estímulo para uma revisão constitucional extraordinária, apostar sempre numa iniciativa que dê clarificação, que dê avanço e aprofundamento à conquista da autonomia política. E não tenhamos dúvidas, porque isso é inquestionável, qualquer aprofundamento da autonomia política, é um aprofundamento da democracia. Qualquer aprofundamento da autonomia política e da democracia é o aprofundamento dum desenvolvimento descentralizado e mais eficaz de respeito pelo povo e a sua vontade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é com esta referência, porque eu também quero declinar um apontamento específico quanto ao debate da iniciativa para a criação de um círculo eleitoral próprio das regiões autónomas para o Parlamento Europeu. É que é preciso avaliar, aliás, no contexto global, mesmo que num casos para já só académico, mas noutros com expressão prática já de Estados-Membros da União Europeia que têm círculos centralizados, e isto é um fenómeno muito importante para os Açores como será para Portugal igualmente no seu contexto da integração na União Europeia, apostar exclusivamente na proporcionalidade demográfica dos eleitores, passamos a ser irrelevantes, tendo em conta a nossa dimensão demográfica. Mesmo que essa tendência possa tornar-se prevalecente - e eu espero que não - dos círculos eleitorais transnacionais, significará a irrelevância da identidade de um povo ou de um território.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, é este o percurso. É esta a motivação por razões ideológicas de representação do partido A ou B, que é uma decisão do povo e não de outrem, porque a iniciativa de candidatura é livre, que nos vai inibir de

apresentar uma territorialidade que defenda contra o esmagamento da demografia, a identidade de um povo insular e de um território relevante para a União Europeia no que diz respeito à sua projeção atlântica. Num momento ainda mais importante com o *brexit*. É que nós somos o país e a região arquipelágica que dá maior dimensão atlântica à União Europeia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E porque é que não podemos ter essa identidade de território e de povo representado no Parlamento Europeu?!

Devemos tê-la. E, por isso, sim, essa também é uma conquista da democracia, porque descentraliza, porque aproxima identidade, território e povo. Aliás, dizia, e bem, o Deputado Paulo Estêvão a propósito da representação, mesmo que uni-camaral, de proporcionalidade da demografia eleitoral da população, como também da territorialidade.

Este é um fenómeno do nosso próprio sistema eleitoral nos Açores, mas é também, por exemplo, na Federação Americana nos Estados Unidos. Porque há efetivamente representação também de identidade de povo e de território. E, por isso, é uma marca que deixamos com a aprovação desta lei, tenha o destino que tiver, em termos de resultado final, marcamos posição quanto a essa referência, não só no quadro nacional, como também no quadro europeu, porque há-de vir o tempo em que hoje os mais federalistas e centralistas pelo apelo da votação global e universal de um círculo eleitoral único, enquanto cidadãos europeus que também somos, poderem, desde logo, aniquilar uma representatividade e identidade do povo. E a União Europeia foi construída, sobretudo no respeito, exatamente como também aqui foi invocado pelo

princípio da subsidiariedade, mas também por esta pluralidade diversa de povos e de territórios, bem distintos, aliás, com soberania.

Portanto, fica esta nota e reservo-me para nas restantes propostas também poder intervir. Mas creio que sinalizamos uma marca autonomista. E, sim, a autonomia faz-se com autonomistas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo e do Deputado do PS Francisco Coelho)

Presidente: Obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições sobre esta matéria?

Não havendo, vamos passar à votação da Anteproposta de Lei nº 17/XII – “sexta alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei nº 17/XII foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do PAN e registou 2 votos contra do BE, 1 do IL e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

O diploma tem dois artigos.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação, o 1º e 2º Artigos do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os dois artigos foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do PAN e registou 2 votos contra do BE, 1 do IL e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Estão, assim, aprovados os dois artigos do diploma. Passamos à votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei nº 17/XII foi aprovada em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do PAN e registou 2 votos contra do BE, 1 do IL e 1 abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 14 da nossa agenda, relativo ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei nº 18/XII – “oitava alteração à Lei nº 19/2003, de 20 de junho que regula o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais”.

É uma iniciativa apresentada também pelos Srs. Deputados que compõem a Mesa da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos votar este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão assim abertas as inscrições para este debate sobre a Anteproposta de Lei nº 18/XII.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais e antes de avançar propriamente para o ponto que é muito mais prático do que o ponto anterior, muito mais incisivo, é uma questão da gestão interna dos partidos políticos no dia a dia, dizer que é uma honra, de facto, para mim pertencer a esta Comissão. Louvar o trabalho de todas as Sras. e Srs. Deputados que a compõem e, naturalmente, aos colegas da Mesa, à Sra. Relatora e Sr. Presidente, pela forma como o trabalho tem decorrido, sendo que serei sempre também eu uma autonomista progressiva e jamais uma autonomista fatalista a dizer que não vale a pena dar um passo em frente, porque não vamos conseguir fazer seja lá o que for.

Acho sempre que nem que tenhamos que bater à mesma porta infinitas vezes, valerá sempre marcar as nossas posições e fazer ver que nós também sabemos que devemos estar todos unidos contra alguns centralistas, como aqui já foi definido.

Alteração neste ponto é, como disse, bastante mais prática do que o ponto anterior, bastante mais incisiva. Esta alteração à lei de financiamento de partidos e campanhas eleitorais permite que uma estrutura regional dum partido nacional possa ter – porque a alteração é facultativa - através de requerimento um número de identificação fiscal próprio.

De facto, no dia a dia dos partidos e das sedes partidárias, a gestão corrente muitas vezes não se não se compadece com a demora de esperar uma autorização de uma sede nacional; o próprio pagamento de quotas e os recibos ou as faturas que os partidos dão aos seus militantes também acaba por ser desnecessário responderem sempre ao mesmo NIF nacional. e também há aqui mais um facto que me parece bastante importante, se nos próprios estatutos das estruturas regionais, quando os há, está bem patente que estas estruturas regionais naturalmente pertencem a um partido nacional, mas são estruturas autónomas, nada mais natural também que o aprofundamento da autonomia passe exatamente pelos partidos políticos e que lhes seja também conferido um número de identificação fiscal diferente, mas que obviamente, se temos mais esta liberdade, também devemos acatar o peso de toda a sua responsabilidade.

Naturalmente, os partidos políticos têm estruturas já bastante consolidadas no que diz respeito a revisões de contas e envio a de contas ao próprio Tribunal, mas naturalmente, também acredito que as estruturas regionais autónomas farão a sua adaptação e, naturalmente, corresponderão de forma expedita a todos os pedidos legais no que a matérias de contas diz respeito.

Para já é só.

Obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, dos Membros do Governo e do Deputado Francisco Coelho)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Sabrina Furtado: Estive atento às suas explicações, no entanto não percebi a razão do número de contribuinte – por aquilo que eu percebo aqui no diploma – ser temporário.

(Aparte inaudível da Deputada Sabrina Furtado)

O Orador: A proposta então esclarece esta situação? Ok.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PAN obviamente apoia esta iniciativa e acha que à partida está mais do que na altura para que as estruturas regionais tenham o seu número de contribuinte, a sua contabilidade organizada e, com isso, exatamente como a Sra. Deputada Sabrina Furtado disse, e muito bem, ter o seu peso da responsabilidade.

E porque é que eu estou a falar agora?

Porque eu já tenho esse peso da responsabilidade, porque sou o único Deputado desta Assembleia que foi obrigado a ter um número de contribuinte, sou obrigado a ter uma contabilidade organizada, sou obrigado a ter um técnico oficial de contas que pago mensalmente, fui obrigado a fazê-lo pelo Tribunal de Contas e, por isso, já sinto esse peso da responsabilidade. Ter o número contribuinte do PAN/Açores eu já tenho essa experiência. Tenho pena

que em 47 anos de autonomia, tenha sido o único deputado obrigado pelo TC a ter, mas aqui estou eu com um número contribuinte, por uma empresa que se chama “deputado único da Representação Parlamentar do PAN”.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Comissão apresentou uma alteração à redação inicial, onde a proposta previa que o número de contribuinte caducasse no final da legislatura. Em análise posterior, consideramos que isso só iria criar problemas e, portanto, retirou-se da proposta essa particularidade e o que ficou estabelecido é que as estruturas regionais dos partidos nacionais podem pedir, querendo, obviamente, um número de contribuinte próprio com todas as implicações legais daí decorrentes. E, portanto, no âmbito daquela que é a autonomia político-administrativa das regiões autónomas, também se cria aqui a possibilidade das estruturas regionais desses partidos nacionais a poderem dispor, caso entendam, do número de contribuinte, com as consequentes responsabilidades da contabilidade organizada e de tudo o que decorre desse facto que é basicamente o cumprimento da lei.

Sendo assim, obviamente somos favoráveis a esta possibilidade que é mais um passo na autonomia das regiões autónomas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, dos Membros do Governo e do Deputado Francisco Coelho)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação.

Votamos, em primeiro lugar na generalidade, a Anteproposta de Lei nº 18/XII - “Oitava Alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, que regula o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei nº 19/XII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelos Deputados da Mesa CEAA ao nº4 do Artigo 1º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Artigo 1º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 1º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Artigo 2º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 2º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 16 da nossa agenda, Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei nº 19/XII – “Décima Primeira Alteração à Lei de Organização do Sistema Judiciário - reinstalação dos tribunais da relação dos Açores e da Madeira - Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto”,

Pergunto se há inscrições para este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão?

(Pausa)

Creio não haver. Vamos passar à votação.

Está à votação este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Avançamos para o ponto 17 que é o debate sobre a Anteproposta de Lei nº 19/XII.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Faço uma breve intervenção nesta iniciativa, porque sei que mesmo na comunidade jurídica e judiciária pode não ser consensual. Mas a perspetiva é política e não de casuística jurisdicional. E é por isso que importa no mapa judiciário português, afirmar a identidade própria das regiões autónomas.

E, independentemente desta casuística judiciária que possa eventualmente ser menor, mas depois, obviamente, a distribuição de processos e trabalho, desde logo, no desempenho e nomeação do número de desembargadores necessários, será consoante esta condição. E, por isso, é possível adaptar-se e não é gerador de um problema.

Ainda hoje me custa, por exemplo, que na organização do mapa judiciário administrativo se utilize expressões como “Tribunal do Sul e Ilhas”, quando, na verdade, é ainda uma versão corporativa e de pré-regime democrático. Importa continuar a democratizar a democracia portuguesa, mesmo que ela seja no quadro do mapa judiciário português. E, por isso, é pertinente também esta reflexão, este inciso jurídico-político e legislativo que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores faça e chame a atenção para o futuro mapa judiciário português e mesmo para a sua nomenclatura no futuro. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, dos Membros do Governo e dos Deputados/a socialistas Francisco Coelho, Vílson Ponte Gomes e Ana Luis)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este nosso desejo de repor um tribunal de segunda instância, para além da questão política que o Sr. Presidente aqui levantou, é um desiderato e uma evidência que deve ser clarificada...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): E útil!

O Orador: ...embora também reconheça, e reconheçamos todos, que existe e é controverso no meio judiciário e jurídico, designadamente quer junto dalgumas ordens de advogados, quer mesmo nos conselhos superiores da magistratura. Contudo, é evidente que por todas as razões que levam a que existam tribunais de primeira instância, também se justifica existir um tribunal de segunda instância. E desde que existam as secções nesse Tribunal de segunda instância capazes de resolver as situações que se colocam aos cidadãos nos Açores, é óbvio que eles terão na celeridade com que este tribunal irá decidir, um acesso à justiça muitíssimo mais eficaz e a justiça é também uma das componentes importantes da nossa democracia.

Portanto, é justo, é necessário e será certamente útil para aqueles que de alguma forma ainda discordam disto, certamente que virão a perceber mais à frente que é desejável e não só, é também uma necessidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, a recuperação – utilizando um termo diferente – do Tribunal da Relação dos Açores, constitui um regresso a um acesso diferente dos açorianos a um tribunal (superior) de segunda instância e configura, também aí, uma melhoria da democracia, porque a justiça é um dos pilares da democracia, é um daqueles poderes que os cidadãos têm para se proteger dos desmandos do Estado – se bem que a primeira Relação dos Açores foi instituída por um rei absolutista, D. Miguel e durante um período de guerra civil em Portugal, é só um reparo que convém sempre lembrar. Mas dizia eu, que a justiça é de facto um pilar fundamental do estado de direito democrático e liberal, do estado vestefaliano e é, portanto, também aqui, este regresso do

Tribunal da Relação dos Açores uma afirmação da nossa democracia e da nossa autonomia.

Neste sentido, obviamente acompanhamos esta iniciativa, além de ser também uma pretensão de tudo o aparelho judicial e jurídico, como já aqui foi dito.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para expressar a nossa concordância com esta Anteproposta de Lei que pretende reinstaurar a existência de tribunais da relação dos Açores - e acaba por abordar as duas regiões autónomas – todos os serviços do Estado e, neste caso, a justiça com uma característica própria e, ainda mais importante e especial, devem estar o mais próximo possível dos cidadãos. E essa aproximação da justiça, neste caso do Tribunal dos Açores, dos cidadãos é fundamental.

Poder-se-á dizer sempre que não é assim tanto o volume de trabalho, mas evidentemente, neste caso como noutros, os serviços públicos não devem ligar apenas ao volume, ao número de pessoas e de casos que e terá -a ser aprovado na Assembleia da República - esse Tribunal da Relação.

É com esse objetivo que apoiamos e iremos acompanhar, votando favoravelmente a iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dentro dos três poderes do estado, e dentro da construção autonómica, é fundamental que também o poder judicial seja descentralizado e tenha presença no âmbito do território dos Açores. A verdade é que o Tribunal da Relação dos Açores foi criado em 1832 - e passou a exercer funções a partir de 1833 - e foi uma das primeiras coisas que a República desmantelou.

Deputado Nuno Barata (IL): 25 dias depois.

O Orador: Depois da Revolução Republicana, em 1910, poucos dias depois, procedeu à extinção do Tribunal da Relação dos Açores.

Por isso, como devem compreender por todas as razões e mais uma, eu considero que nesta matéria, estamos a trilhar o caminho certo, é mais uma componente para reforçar a autonomia dos Açores. Considero muito relevante e, por isso, este resgate histórico da monarquia liberal é algo fundamental, é algo que como devem compreender, valorizo muito.

Deputado Berto Messias (PS): *Resgate histórico da monarquia!* Esta não lembrava ao diabo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições sobre esta matéria?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: E o CDS é subscritor e acompanha esta proposta para a criação de um tribunal de segunda instância - o Tribunal da Relação, seja nos Açores, seja na Madeira. Do ponto de vista prático, levará a uma maior proximidade dos cidadãos com a justiça, que é um dever do Estado e da nossa democracia. E por outro lado, seguramente que levará a uma maior celeridade prática nos processos e a um efetivo acesso dos cidadãos à justiça.

Portanto, por todas estas razões e por também ser mais uma forma de aprofundamento da autonomia regional, uma demonstração de que a autonomia faz parte do Estado Unitário Português, por todas essas razões, impõe-se a aprovação desta proposta da criação de um Tribunal da Relação nas regiões autónomas.

Muito obrigado.

(Aplausos dalguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos votar a Anteproposta de Lei nº 19/XII, na generalidade.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteproposta de lei foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: O diploma tem três artigos.

Pergunto à câmara se podemos votá-los em conjunto?

Estão à votação os três artigos do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os três artigos do diploma foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18h20 e há uma Conferência de Líderes na sala das Comissões.

Eram 18h00

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 18h35

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a entrada no ponto 18 da nossa agenda, Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 20/XII – “Terceira Alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro - Regime do estado de sítio e do estado de emergência”.

Pergunto se há inscrições para esta fase da discussão?

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o Pedido de Urgência, vamos iniciar o debate desta proposta.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo...afinal há. Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Há, Sr. Presidente (intervenções), e acredito que haverá mais.

O que esta alteração pretende é que para assegurar a execução do estado de sítio e estado de emergência na Região Autónoma dos Açores, esta competência seja transferida do Representante da República para o Governo Regional, passando este a ter este atributo em consonância com outras entidades regionais, naturalmente.

Sabemos todos que o estado de contingência, alerta e calamidade já é conferido à Região, mas neste momento e no nosso entender, até é interligando com outra proposta que tem sido bastante debatida também na nossa Comissão, com o progresso de consensualização e de tanto que temos falado para a extinção do próprio cargo do Representante da República, também convém começarmos efetivamente a dar sinais da transferência de alguns poderes, não vá por algum azar da vida ou hiato temporal ingrato, ficarem estes poderes entre a extinção de um cargo e, eventualmente, a necessidade da execução do estado de emergência e de sítio, ficar num vazio, quando isto acontecer.

Portanto, o que se pretende naturalmente é que seja o Governo Regional a assegurar a execução do estado de sítio e de emergência. Mas como falamos hoje aqui também em “autonomia progressiva”, e esta é uma opinião pessoal, espero que também no futuro, não importa daqui a quantos anos, estejamos todos a discutir nesta Casa - nós não, quem virá eventualmente daqui a 10,15 ou 20 anos - a discutir não só a execução do estado de emergência, mas a própria declaração do estado de sítio (e de emergência) na Região Autónoma dos Açores. Mas para já, é já um grande passo transferir esta competência do Representante da República para o Governo Regional.

Portanto, naturalmente, acompanharemos esta proposta.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação da **Anteproposta de Lei n.º 20/XII - “Terceira Alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro - Regime do estado de sítio e do estado de emergência”**.

Votamos, em primeiro lugar, na generalidade.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei colocada à votação foi aprovada por unanimidade na generalidade.

Presidente: O diploma tem dois artigos.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação o 1.º e 2.º Artigos do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei colocada à votação foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Avançamos, assim, para o ponto 20 relativo ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 83/XII – “Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores”**.

Pergunto se há inscrições para o debate deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão?

Não havendo, vamos votá-lo.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado por o Pedido de Urgência, vamos debater a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Doze anos depois da primeira proposta do CDS para a criação dum Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores, finalmente está materializado em letra de lei a criação desse Conselho Consultivo do Governo e dos órgãos do Governo próprio. Trata-se dum Conselho de especialistas, de peritos, com o envolvimento da Universidade dos Açores para o estudo aconselhamento prospetivo dos decisores políticos da Região Autónoma dos Açores.

Eu peço licença à Câmara para ler o que em 29 de março de 2012 na apresentação da ideia, foi dito pelo então Deputado Artur Lima:

“A importância geoestratégica e geopolítica açoriana resulta de algo tão simples como a nossa centralidade atlântica.

A nossa localização geográfica, afirma Portugal no contexto europeu e mundial e é, desde há muito, reconhecida e valorizada por países terceiros, como os Estados Unidos da América.

A nossa centralidade confere aos Açores um trunfo estratégico de afirmação da própria soberania portuguesa. O papel dos Açores em missões militares variadas ao longo da história foi fundamental para que Portugal fosse convidado a integrar a Aliança Atlântica.

Portugal tem hoje uma das maiores zonas económicas exclusivas da União Europeia por causa da geografia açoriana.

O projeto de alargamento da plataforma continental em curso vingará à conta da grande contribuição dos Açores.

A nossa condição de fronteira ocidental da União Europeia confere-nos um importante ativo geopolítico, a que se junta um património natural único e praticamente inexplorável, onde coabitam recursos geológicos, minerais, energéticos e biotecnológicos de valor incalculável, sem contar com todo o espólio arqueológico, cultural e histórico.

Nos Açores um manancial de atividades económicas, políticas e científicas podem prosperar, contribuindo para a economia regional, desde a pesca, aquacultura, o turismo, a meteorologia, a investigação oceanográfica, o controlo de tráfego aéreo, o rastreio de satélites, a coordenação do Atlântico de políticas de segurança, a prevenção ambiental de ecossistemas, servindo como plataforma de apoio logístico a rotas comerciais, aéreas e marítimas ou ações de carácter militar.

A efetiva exploração dos nossos recursos, associada a uma valorização efetiva da nossa centralidade atlântica, tem que reverter em meio a maiores proveitos económicos e financeiros para a Região. Para além disso, devem proporcionar um aumento do nosso poder negocial junto das mais variadas instâncias, sejam nacionais, europeias ou internacionais. As potencialidades geoestratégicas e geopolíticas dos Açores devem merecer dos atores políticos regionais em primeira instância, um tratamento muito mais atento e proativo. Estamos a falar de uma Comissão constituída por personalidades altamente especializadas em estreita colaboração com a Universidade dos Açores, que terá um papel de aconselhamento do Governo no sentido de que as nossas potencialidades revertam em mais-valias económicas e financeiras para a Região”.

Este texto foi escrito em 2012 e não perdeu a sua atualidade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Há minutos uma nota da LUSA dá-nos conta de que a Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores propôs a criação de uma Zona Livre Tecnológica da Europa no mar dos Açores. Será, a ser aprovada, a Zona Livre Tecnológica da Europa. Foi identificada a necessidade para a Europa de uma zona para testes com veículos aéreos não tripulados, como aviões, helicópteros, veículos e sistemas marítimos de superfícies e de subsuperfície. Conta com apoios de instituições como o okeanos, o Centro de Investigação da Marinha da Universidade dos Açores, a Uavision ou o *Massachusetts Institute of Technology*, para produtos e tecnologias inovadoras que se pretendam desenvolver e testar nesta zona, como os tais veículos aéreos não tripulados, aviões, helicópteros autogiros, veículos anfíbios, voadores, a par doutros sistemas marítimos de superfície, como barcos, boias, sondas, monitorização e comunicações, entre outros. Isto foi há pouco mais de 1 hora.

Portanto, em 2023, a criação deste Conselho de Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores mantém a sua atualidade.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) Deputada Ana Luis (PS): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Antes de entrar propriamente na iniciativa que estamos aqui a debater e que iremos votar a seguir, obviamente também se impõe, da minha parte, uma

referência ao trabalho desenvolvido nesta Comissão e também à anterior Comissão que, no fundo, iniciou todo este processo de reflexão e debate acerca da nossa autonomia. E faço-o, porque também aqui já houve muitas referências a esta matéria, mas penso que não é demais reiterar, em primeiro lugar, e congratular todos aqueles que integraram esta Comissão na Legislatura passada, por todo o trabalho por eles desenvolvido de auscultação da população, relembro que foi colocado no site da Assembleia um portal para receber os contributos de todos quantos quisessem participar neste debate sobre o aprofundamento autonómico; foram feitas audições a todos os responsáveis políticos do passado; foi feito um trabalho e de consulta a constitucionalistas para connosco colaborarem num processo legislativo que sabemos é sempre difícil e temos consciência que muitas vezes encontra grandes muros na Assembleia da República; mas também é um trabalho de consensualização que foi possível encontrar na anterior Legislatura, independentemente das diferenças ideológicas - algumas ainda se mantêm – em relação a algumas matérias. Esta congratulação que faço aos membros da Comissão da CEVERA, da última Legislatura, presidida pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, é também uma questão de justiça, como aqui muito bem disse o Sr. Deputado Nuno Barata, porque esta Comissão a certa altura foi alvo de muitas críticas. injustas na minha opinião, porque efetivamente o trabalho que hoje nós aqui apresentamos, só foi possível apresentá-lo nestes termos, porque efetivamente o trabalho veio feito praticamente na sua totalidade da anterior Legislatura. Mas também gostaria de fazer uma referência à atual Comissão não se coibindo de ter uma grande parte destas iniciativas praticamente concluídas, não se coibiu, dizia eu, com ânimo de reiniciar de certa forma o debate. Em primeiro lugar, porque alguns representantes dos partidos que se mantiveram em funções na atual Legislatura eram outros e também apresentaram a sua opinião, mesmo que sendo do partido, mas também porque esta Comissão chegaram novos partidos,

a quem também era necessário ouvir e com quem também era necessário construir os mesmos consensos. Algo apraz-me registar e em todas as iniciativas do passado, das últimas Legislaturas, é que independentemente da nossa posição em relação a determinadas matérias e da nossa defesa ideológica, no essencial, tem sido sempre possível falar a uma voz quando remetemos estas matérias à Assembleia da República, tendo consciência de que só assim também é possível fazer passar muitas delas, ou pelo menos, reforçar a importância que lhe que lhes atribuímos neste sentido.

Este é um trabalho desta Assembleia, promovido desde a última Legislatura e com base neste debate – digo - feito com ânimo e com empenho por todos aqueles que integram esta Comissão, nesta Legislatura, foi possível chegar à conclusão destas seis iniciativas legislativas. E como o Sr. Presidente aqui referiu na sua intervenção inicial, estamos em fase de conclusão doutras matérias que em breve também subirão a este plenário.

Gostaria, ainda, de dizer uma coisa que acho também é importante ressaltar: é que, independentemente das iniciativas que já vinham praticamente concluídas fruto de propostas de alteração dos partidos da anterior Legislatura, das propostas de alteração que foram nesta Legislatura introduzidas a estas mesmas iniciativas, mesmo aqueles partidos que não apresentaram propostas de alteração, tiveram sempre e demonstraram sempre entusiasmo e empenho no debate que se fez acerca de todas estas iniciativas legislativas. E, portanto, temos consciência que o resultado que hoje aqui apresentamos a esta Assembleia é fruto de uma profunda reflexão dum debate alargado e amplo que foi feito na anterior Legislatura e, por isso, temos a consciência e a esperança de que são iniciativas legitimadas por todo este debate e que, desde já, esperamos que tenha um bom acolhimento por parte da Assembleia da República.

Em relação a esta iniciativa em concreto, ela foi apresentada já na anterior Legislatura, mereceu também alguns melhoramentos no âmbito do trabalho da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia, será um Conselho Consultivo dos Órgãos de Governo próprio da Região sob a intendência desta Assembleia, presidido pelo seu Presidente e que entendemos que, fruto da sua composição

bastante alargada, dará um importante contributo àquilo que for também o debate sobre matérias ao nível de situação política, face a terceiros, face a parcerias internacionais, face ao desenho de futuras políticas que possam ser importantes neste caminho que temos vindo a fazer de aprofundar as nossas competências ao nível da autonomia e ao nível também daquilo que poderão ser as posições que queremos tomar face à República, em determinadas matérias para nós fundamentais. E acho que fica também aqui bem claro que o caminho faz-se caminhando. E como quase todos nós aqui acreditamos, temos consciência que daqui por 20/30 anos, outros neste Parlamento estarão a debater outras matérias, outras áreas de intervenção, porque é assim que a autonomia se tem feito com o contributo de todos, essencialmente a bem dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tal como as outras iniciativas que estamos agora a discutir, eu considero que esta é uma proposta também decisiva para o progresso e para o avanço da autonomia.

A verdade é que se analisarmos a nossa história recente, verificamos que no âmbito, por exemplo, da negociação Base das Lajes e da sua importância geoestratégica, a negociação que foi feita pelo Estado novo, foi uma negociação que teve outros objetivos, nomeadamente objetivos de defesa do Império, contrapartidas para defesa do Império. E foi isso que foi feito pelo antigo regime.

Em democracia, a negociação do acordo da Base das Lajes que é apenas uma das componentes, porque aquilo que estamos aqui a falar e aquilo que é conceptualizado, é muito mais vasto do que isso, estou só a falar na componente militar, para já. Também a sensação para quem já estudou o assunto, quem já leu e já analisou, o que verifica é que o Governo português estava mal preparado, no âmbito da negociação, por exemplo, das contrapartidas no âmbito da Base das Lajes. Não quer dizer que as autoridades dos Açores estivessem mal preparadas, em alguns momentos dessa negociação nem sequer foram consultadas. Souberam dos acordos, como nós soubemos aqui no Parlamento em que de repente são anunciadas as decisões.

Por isso, é importante que se construa um grupo com uma participação ampla de especialistas, que possa estudar de forma focada, preparada, este conjunto de temas que tem a ver com a geopolítica e a geoestratégia.

É muito importante que exista um estudo prévio, uma preparação, para que as autoridades regionais possam estar preparadas possam estar preparadas para quando essas negociações ocorrem, quer a nível do Estado, influenciando aquelas que serão as decisões do Governo da República, quer aquilo que nós também podemos fazer no âmbito das competências dos órgãos do Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, ou seja, a dois níveis: a negociação

com o Estado - a negociação com outros Estados compete, do ponto de vista constitucional e é uma competência exclusiva do Estado português - e a execução de políticas também a nível das nossas competências próprias nesta matéria.

Por isso, nada melhor do que estarmos preparados. Nada melhor do que estudar as nossas potencialidades. Nada melhor do que estudar as oportunidades que nos oferece uma determinada conjuntura. E esta -permitam-me esta breve observação – conjuntura é desafiante. É uma conjuntura diferente. Não foi o fim da história. A história depois da Guerra Fria, continua a construir-se todos os dias e muitas vezes por um caminho inesperado que nem sequer é um caminho de futuro. O caso desta invasão da Rússia em relação ao território ucraniano é um caminho que nós pudemos ver em séculos anteriores, é o regresso ao passado, a um caminho imperial de conquistas territoriais. E por isso mesmo é que não sendo o fim da História, nós temos que estar preparados para novas conjunturas e para as oportunidades que surgem nesse contexto internacional que está a mudar, que está a conhecer uma alteração profunda, porque há uma disputa de hegemonia novamente, como aconteceu na Guerra Fria e agora há uma disputa de hegemonia fundamentalmente entre os Estados Unidos e a China que é a potência do futuro e, portanto, essa disputa, de hegemonia, significa que espaços geoestratégicos tradicionais de grande importância como o espaço açoriano, são novamente valorizados e fundamentalmente é necessário nesse quadro, analisar bem que potencialidades, e que perigos também, encerra para os interesses da Região?

Temos que nos preparar, temos que estudar, temos que melhorar as nossas potencialidades nesta matéria. Verificar as nossas fragilidades também e procurar junto do Estado português fortalecer a nossa posição. É isso que se pretende com esta iniciativa.

Eu considero que os riscos são evidentes. Os Açores, por exemplo, são neste momento, um nó estratégico fundamental de união entre o Canadá e os Estados Unidos e destes com a União Europeia. E esta União entre a União Europeia, os Estados Unidos e o Canadá, para os potenciais adversários do mundo ocidental, é importante que possa ser interrompida ou de alguma forma fragilizada e, por isso, acho que é possível verificar que o que aconteceu no Báltico também pode acontecer no oceano Atlântico.

É preciso ver o que é possível fazer do ponto de vista do reforço da nossa segurança, do ponto de vista da utilização das tecnologias e da projeção tecnológica que é aqui possível fazer. Por isso, este é um campo de análise. E vejam bem:

Não é um espaço que seja indisputado, hegemónico só, no âmbito do relacionamento dos Estados Unidos com a União Europeia. Há um interesse evidente da China por este espaço. E só isso explica que o Chefe de Estado chinês já aqui tenha estado e que existam constantes movimentos por parte da diplomacia chinesa. Então, o espaço atlântico é um espaço disputado e sempre foi um espaço disputado. E nesse sentido, nós temos que fazer as nossas opções e temos que conseguir também desenvolver aquele que é o nosso potencial nesta matéria.

Há pouco o Sr. Deputado do CDS fez uma referência à Zona Livre Tecnológica que permitirá aqui alocar investigação, atrair investimento e potenciar projetos de nível internacional, em que poderá estimular um ecossistema de investimento e de inovação. Bom, aqui está uma matéria em que nós não temos que estar à espera das decisões nacionais, podemos tomar a iniciativa. E em bom tempo a Escola do Mar iniciou este projeto que confio será levado a bom porto. É uma visão estratégica, é uma linha de orientação que está a ser feita, aproveitando aquele que é o nosso potencial e aproveitando aquilo que é o futuro. O futuro baseia-se nestas tecnologias e nesta capacidade de atrair

investimentos nesta área. Por isso, este é um bom exemplo daquilo que é possível fazer, mas há muitas outras coisas que se podem fazer e é importante estudar pormenorizadamente toda a nossa capacidade, todo o nosso potencia nestas matérias.

A composição do Conselho e do grupo de investigação que vamos criar e que conta com a participação deste Parlamento, com a participação plural das forças políticas, permite-nos também, contanto depois igualmente com a participação de investigadores e de gente prestigiada nesta área, ter uma participação muito alargada que soma duas coisas que acho muito importantes, ou seja, soma uma responsabilidade institucional com certeza e soma conhecimento e capacidade na área da investigação, na área também da universidade que também está presente, também está contemplada e, portanto, há um conjunto de participantes que nos trazem conhecimento e nos permitem discutir estas questões.

Para terminar, do ponto de vista geopolítico há sempre um conjunto de potencialidades, mas há uma coisa que é decisiva sempre: é que quem decide o caminho geopolítico são os representantes do povo, sendo que há muitas opções, mas nem todas elas são idênticas, algumas trazem questões éticas, algumas trazem questões que podem levantar problemas ao país, àquela que é a política externa do país, há muitas opções, mas a opção que escolhermos tem que ter várias componentes. A opção que vamos escolher, tem que ser pela democracia, na defesa da ética, na defesa dos interesses da Região e para isso tudo, temos que ter o conhecimento, temos que ter os dados todos para depois fazermos as escolhas e temos que escolher democracia, temos que escolher povo dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) Deputado Flávio Soares (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores possuem devido à sua localização geográfica, potencialidades geopolíticas e geoestratégicas únicas e relevantes. Temos uma posição geopolítica privilegiada no Atlântico Norte que permite o controlo de rotas de navegação importantes entre a Europa e a América do Norte.

A par disto os Açores são uma plataforma ideal para a observação e monitorização de atividades marítimas e aéreas. Essa localização estratégica, tornou os Açores um importante ponto de apoio para forças militares de vários países.

Somos uma importante fonte de recursos naturais, facilmente comprovado pela instalação de diversos serviços nacionais e internacionais que confirmam a verdadeira dimensão e centralidade atlântica e que oferecem oportunidades de desenvolvimento e cooperação para cada uma das nossas ilhas.

A criação de um Conselho para o estudo das potencialidades geopolíticas e geoestratégicas dos Açores, permite criar um órgão de caráter consultivo dos órgãos de Governo próprio da nossa Região. Este Conselho, tal como a iniciativa indica, terá como missão o aconselhamento dos órgãos de Governo próprio da Região nas componentes geopolítica e geoestratégica, no que concerne à adoção de políticas que revertam em mais-valias económicas, financeiras, científicas e sociais para a Região.

O G-2A, como é intitulado, terá como competência a emissão de pareceres sobre as parcerias nacionais e internacionais, de investimento e eficiência operacional que permitam à Região rentabilizar os seus ativos e ainda apresentar propostas, justificando cenários de evolução das políticas

internacionais. Estamos perante um conselho consultivo que acompanhará a execução de determinadas políticas para a nossa Região nas mais diversas áreas, mas que terá, acima de tudo, a capacidade de apresentar propostas, o que dá, em nosso entender, uma maior relevância, porque mais do que aconselhar, é ter coragem e firmeza na apresentação de propostas sérias e credíveis para o desenvolvimento dos Açores. Propostas apresentadas por personalidades de reconhecidos mérito e idoneidade da nossa sociedade e que certamente irão enriquecer o debate. Devemos assumir, portanto, que estes ativos geopolíticos e geoestratégicos têm caráter privilegiado e prioritário para os Açores.

Temos a consciência que existe um manancial de atividades económicas, políticas e científicas que podem desenvolver-se, contribuindo para a nossa economia regional e que revertam em proveitos económicos, financeiros e estratégicos para o desenvolvimento dos Açores.

Acreditamos, portanto, que este Conselho será uma mais-valia para a nossa Região e que irá contribuir fortemente no desenvolvimento dos estudos e, conseqüentemente, para uma estratégia importante para as nossas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, a valorização da nossa posição geográfica que já tem sido aqui falada inúmeras vezes, passa por estudarmos de facto, aprofundarmos,

consolidarmos como pensamento sobre a importância que este nosso posicionamento geográfico tem para o desenvolvimento socioeconómico desta Região e para o contributo que este mesmo espaço geográfico pode dar para a construção da comunidade Europa.

Não há dúvidas disso, a História, desde o tempo dos Descobrimentos ensinanos, desde as aguadas de corsários e piratas, passando pela rota de Colombo e por inúmeras situações, chegando até àquelas mais recentes que como me disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, conhecemos e remontam à segunda metade do século XX.

A Base das Lajes, a Estação de Telemidas das Flores, a importância que tiveram os Açores na navegação atlântica com as estações Loran, a importância que teve, por exemplo, polígono de acústica submarina no desenvolvimento de conhecimento científico e um outro sem número de coisas que podíamos aqui enumerar.

Para que a Região possa de facto mais do que receber o contributo económico que estes eventos trouxeram, tirar ainda mais frutos deste posicionamento geográfico, e se quisermos geoestratégico e geopolítico, ela precisa de conhecer efetivamente todo o seu potencial. Ela precisa de conhecer, de facto, que *apetites* podem existir na comunidade internacional, para que nós tomemos os passos antes desses *apetites* nos *atropelarem*, digamos assim. E nesse sentido, a proposta que o CDS trouxe aqui em 2012 e que agora está melhorada, aprofundada, consensualizada, vem de facto criar condições para que, perdoem-me o estrangeirismo, um *think tank* possa dar a proteções mais *robustecidas* - usando uma terminologia recente aqui introduzida pelo Deputado Pedro Neves - às decisões políticas que teremos que tomar.

Neste sentido, obviamente, a Iniciativa Liberal associa-se a essa medida, até porque o Deputado da Iniciativa Liberal é estudioso dessa área, mas não poderia deixar de dizer que temos que pensar no nosso, o nosso

posicionamento geográfico muito mais para além da questão militar, porque essa questão pode ser importante, foi bem referida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão também, mas não é a única área onde os Açores são relevantes no contexto da política mundial. E estamos o exemplo do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Sta. Maria e temos também em sede da ONU, aquilo que já se discute no contexto da navegação do controlo da navegação marítima, ou seja, o Atlântico neste momento não é uma área de grande densidade de navegação, mas o desenvolvimento da economia da Europa e da América do Norte, o crescente desenvolvimento dessa área e a emergência das economias dos países africanos e da América do Sul, pode vir a obrigar que o Atlântico Norte tenha que ser controlado como já é, por exemplo, o Estreito de Malaca ou outras zonas do planeta. E, nesse sentido, nós temos que ter esse conhecimento bem aprofundado, bem claro, para que possamos, no tempo necessário, tomar a dianteira num processo desta natureza, sob pena de podermos ser ultrapassados por outros arquipélagos atlânticos vizinhos ou que - um deles pelo menos - seja uma região e uma autonomia dum Estado mais poderoso e mais rico do que Portugal.

Assim sendo, importa de facto robustecer o pensamento político nesta área que estamos a discutir da geopolítica e da geoestratégia, do potencial geográfico dos Açores, para que possamos tomar a dianteira nesse processo.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional já fazia parte do trabalho anterior Comissão CEVERA na anterior Legislatura, transitou para este, e não sendo

uma matéria estritamente de aprofundamento da autonomia, está naturalmente, de certo modo relacionada com a forma como nos posicionamos, enquanto Região Autónoma, sobre as questões ligadas à geopolítica e à geoestratégia e, naturalmente, a questões internacionais.

Estudar estas matérias é, como é óbvio, importante e, diria eu, fundamental. Mas este órgão que se pretende criar, não é propriamente uma universidade ou um centro de investigação, é sim, um órgão consultivo do Governo e dos órgãos de Governo próprio, sendo que a sua utilidade parece-nos, por isso, trazer dúvidas, daí não acompanharmos a sua criação.

Do ponto de vista da decisão, já foi aqui referido, sobre o nosso posicionamento perante os diversos interesses que surgem ao longo da história e ao longo do tempo sobre a nossa posição geoestratégica do nosso território, essa decisão é política, isto é, pode e deve ser apoiada em conhecimento de várias ordens, seja conhecimento puramente técnico e científico, seja em pensamento estratégico. Mas efetivamente, a decisão é política. E em nossa entender aquilo que interessa mais, aprofundar a esse nível e ao nível da decisão e da capacidade de decisão, prende-se realmente com a nossa capacidade de decidir sobre as matérias ligadas a tratados, acordos internacionais que dizem respeito aos Açores. E é esse aspeto que nós, Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, introduzimos no nosso projeto de revisão constitucional aqui, que entregámos na Comissão e que está refletido exatamente nos mesmos termos do que no projeto de revisão constitucional que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República.

O que diz essa alteração é que as regiões autónomas devem ter participação ativa nas negociações de acordos e tratados internacionais que digam respeito a elas próprias. E quando esses mesmos tratados e acordos dizem respeito exclusivamente a uma determinada região autónoma, essa região (ou as duas,

se for o caso) devem ter poder de veto, ou seja, o acordo deve ter a concordância da região autónoma.

No que diz respeito à matéria internacional, aquilo que nós achamos que é fundamental fazer em termos autonómicos, no que concerne o aprofundamento e o progresso na autonomia é isso, ou seja, Governo ou até o Parlamento, pode solicitar, encomendar, financiar, promover inúmeros estudos sobre essas matérias. A criação de um órgão permanente que é suportado pela Assembleia,

não nos parece o caminho para aprofundar a autonomia, ao nível do nosso papel geoestratégico, ao nível da nossa capacidade de decisão nomeadamente ao nível das decisões e das grandes opções do País e da União Europeia, e não só, ao nível das relações internacionais que nos dizem respeito. É aí que consideramos que nós devemos aprofundar; obviamente que a criação de um conselho consultivo não é uma matéria que nos causa grandes problemas, mas também não nos parece que seja esse o caminho e, efetivamente, não nos parece necessário. Sabemos que haverá sempre, e tem havido ao longo da história tal como já foram aqui citados, inúmeros interesses, sejam militares, sejam científicos, relativamente ao nosso território, aliás, basta ver não só a História, mas até aquilo que vemos atualmente com interesses ligados à área das atividades espaciais. Importa que nós aprofundemos a nossa capacidade de decisão sobre estas matérias. O conhecimento é desenvolvido pelas universidades, pelos investigadores e quando não o é, pelo menos nas áreas que o Governo considere que não está a ser, pode efetivamente solicitar que seja;

ao passo que o órgão permanente que aqui se quer criar não garante isso, porque não é propriamente um órgão de investigação académica, é um órgão consultivo.

Perante isso, e não vendo propriamente um crime de lesa-pátria nesta proposta, achamos que este não é o caminho para o aprofundamento da autonomia e da nossa capacidade de decisão relativamente às questões internacionais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Intervenho para, em nome do Governo, e de minha profunda convicção, dizer que esta temática tem a ver também com a autonomia política. E faz sentido, ao contrário do pensamento expresso que me antecedeu, ser num quadro de aprofundamento. Começamos por uma convicção dogmática:

Sim, o futuro trata-se no presente. Pensar o futuro *no futuro*, é adiar a realização do futuro. E por isso, o ideal é mesmo neste presente, ter perspetiva e intervenção quanto ao nosso futuro.

A intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto citando uma comunicação feita aqui em 2012 que tem conteúdo e em certa medida é mola desta iniciativa que agora toma a forma de processo legislativo, é bem a nota disso. Mas há ainda um reconhecimento que importa sinalizar neste período planetário de transições várias. E as transições várias com que estamos a conviver na sociedade, na geoestratégia ou de carácter político, ou de carácter económico, tem uma relevância acentuada no que diz respeito ao nosso posicionamento e ao nosso território do arquipélago dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dizia o Sr. Deputado Nuno Barata, e bem, a propósito de não ser apenas uma referência geoestratégica militar, mas sim uma referência geoestratégica e geopolítica global. Compreender os Açores na sua dimensão

do território apenas terrestre ou demográfico, dir-nos-á sempre com verdade e objetivo indeclinável que somos ultra periféricos de reduzidíssima dimensão e de constrangimentos inultrapassáveis que, aliás, colaboraram e ajudaram a que a própria União Europeia reconhecesse no seu Tratado de Funcionamento, a condição de *ultraperiferia* como condicionamento ao nosso desenvolvimento e, por isso, de ajuda solidária ao nosso progresso e à nossa economia. No entanto, se associarmos ao nosso território - como deve ser - as componentes marítima e espacial, muda de figura a dimensão dos Açores e a sua importância de forma radical. E se juntarmos a isso as competências científicas, tecnológicas, de investigação e portanto, da ciência para o futuro da economia, mais impacto os Açores têm quanto ao futuro, não apenas do seu povo, não apenas do seu território, mas também da Europa e do mundo. E é isso que importa clarificar o mais depressa possível, como um ativo de natureza que os Açores têm para apresentar ao mundo, cada vez mais carbonizado, cada vez mais deficitário de sustentabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E importa que também neste quadro de reflexão, isto se sinalize e se potencie, mesmo que seja para um futuro mais circunscrito de qualquer valorização do mercado voluntário de créditos de carbono, tudo o que potencia a economia do mar, a economia espacial e a economia, desde logo do estudo da coluna de água e do seu valor, também nos possibilita acrescentar um valor que hoje, pela capacidade instalada, não temos e que é o da rastreabilidade das amostras que muitos desconhecemos, fazem no nosso mar em particular e, depois, desconhecemos o respetivo valor económico. Não temos condições desta rastreabilidade para perceber que através da sua industrialização, muitos enriqueceram à custa do nosso próprio património.

Tudo isso pode muito bem ser refletido num quadro deste Conselho que traz não só a massa crítica própria instalada nos Açores, como outros, a convite,

possam acrescentar valor e conhecimento no mundo da ciência e da tecnologia sobre estas matérias. Importa, por isso, também sinalizar este valor da economia geoestratégica. É que, e é hodierno, aquela transição que é mais emergente e que potencia designadamente o valor dos Açores e desta relação já não euro-atlântica só, mas transatlântica na ligação deste bloco que cada vez mais tem que solidarizar-se e unir-se entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos, ou a América no seu todo, se possível, o *hall atlântico* como hoje se designa, potenciar este bloco de desenvolvimento científico e de potencial da economia espacial e marítima. Portanto, sim, temos relevância nessas matérias.

Vou dar o exemplo que seja na transição energética se coloca seja na eólica offshore, no hidrogénio e no seu potencial, na travessia do Atlântico pela via marítima de, desde logo, bens que também na nova cultura que a pandemia suscitou relativamente à cadeia curta de abastecimentos, também no quadro da pegada ambiental, pode permitir - dizia e bem, porque anunciava um facto o Deputado Nuno Barata, que não há grande movimento no Atlântico. No futuro pode haver, nem que seja para começar a potenciar esta cadeia curta de abastecimentos e de menores dependências de outros blocos económicos no mundo e que são hostis à realidade ocidental democrática que a Europa e os Estados Unidos representam.

É por isso que isto é bem merecedor de uma reflexão que pode ser potenciada através da criação da existência deste conceito. Mas há mais e que são de hodierna reflexão e inquietação.

Nós tivemos, a propósito dos cabos submarinos de fibra ótica, conhecimento de um outro constrangimento de exposição de risco - e aí também importa que seja para amarração não só dos nossos, mas de outros cabos - quanto mais estiverem em território marítimo, zona económica

exclusiva e, por isso, fora de contexto de águas internacionais, mais protegidos estão.

Somos ou não somos um ativo favorável a esta defesa e a esta proteção destes equipamentos da economia digital?

Somos, sim, e relevantes nessa matéria, até na sua rastreabilidade e na defesa militar destes ativos da economia, resultantes não só da natureza, como também do digital.

Há exemplo do outro potencial que felizmente dentro em breve vamos poder realizar nos Açores, no quadro das alterações climáticas, para além do estudo da coluna de água e do seu efeito, ou mesmo da migração ou transmigração da biomassa marítima com o aquecimento das águas, o risco é que a biomassa hoje pelágica ou outra bentónica nos mares dos Açores que apesar de tudo, sendo a norte, podem estar comum aquecimento das águas muito a sul e, portanto, estes ativos de biomassa poderem migrar mais para norte, poderemos ter penalização. E temos que estar atentos a esta evolução, temos de estar atentos a um projeto fantástico que pode potenciar as geoestratégica dos Açores e do nosso arquipélago quanto aos hidro sensores de profundidade de água pelágica, até para sinalizar os testes nucleares submarinos e podermos ter esta capacidade científica instalada nos Açores. Eis outro potencial que aqui pode ser um conteúdo importante na realização deste Concelho. Mas há um que ainda vai ser muito em breve também tratado, no quadro das alterações climáticas, já não tanto no seu condicionamento, mas sim na sua prevenção, que tem a ver com os radares meteorológicos e que nos dá uma capacidade de, colocados como vão ser - neste momento só temos uma ilha Terceira - na parte mais ocidental da Europa, na ilha das Flores e na parte oriental do arquipélago dos Açores, em São Miguel, radares meteorológicos que ajudarão não só à nossa própria gestão de dados e informação para os Açores e para Portugal, como também para a Europa e mesmo para os Estados Unidos. E, portanto,

dá-nos relevância estratégica, porque uma informação a tempo e horas, é um grande ativo de proteção civil para as populações.

Cá está como há tanto para potenciar neste quadro de transições, em que o arquipélago dos Açores, em que o povo dos Açores se agarrar através da ciência, das novas tecnologias e da inteligência, pode-se tornar relevante e, mais do que ultra periférico, a centralidade do futuro.

Eram estas notas que eu queria deixar aqui.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Furtado tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A criação do Conselho de Estudo para as Potencialidades Geopolíticas e Estratégicas dos Açores parece-me uma boa ideia.

“O futuro faz-se no presente”. E eu estou em crer que a criação deste Conselho pode adiantar caminho naquilo que poderá ser o traçar do rumo, ou do que se perspectiva seja o rumo para uma Região como a nossa no centro do Atlântico. É importante que a constituição deste grupo seja profissionalizada, que este grupo seja constituído por pessoas conhecedoras das realidades, pessoas com conhecimentos profundos e isentos sobre as matérias que versam este Conselho,

nomeadamente o futuro da Europa e da América do Norte e da América do Sul, em que a Região, por estar inserida no centro desses centros de decisão – passe a redundância - poderá desempenhar um papel preponderante, como já foi aqui referido.

Consciente dessa realidade, entendo, no entanto, que a composição deste órgão, e como já disse, deve ser constituída por pessoas idóneas, conhecedoras e isentas de partidarites. E por esta razão, entendo que a composição deste órgão, concretamente como está definido na alínea c), do nº1 do Artigo 5º onde indica que este órgão deve ser constituído, entre outros, por um representante de cada partido, não é algo que traga mais conhecimento a este órgão. Da mesma forma que é identificado no nº3 do mesmo artigo, que haverá cinco figuras de “reconhecido mérito e conhecimento na matéria que serão indicadas por esta Assembleia com maioria de dois terços”, eu entendo que a representação de deputados nesse mesmo órgão, deveria seguir exatamente o mesmo critério, ou seja, cinco pessoas, cinco deputados desta Casa eleitos na mesma condição de dois terços, de forma secreta, porque acho que eventualmente poderá haver dois elementos do Partido Socialista que tenham mais conhecimento do que outros, ou do PSD ou do CDS. Portanto, eu acho que não será a – permitam-me o termo – a *partidarite* que vai melhorar a análise daquilo que será o futuro dos Açores e daquilo que este Conselho pretende emanar.

Por isso, tendo em conta esta situação, vou votar favoravelmente o diploma, no entanto em relação à alínea c) do nº1 do Artigo 5º, vou votar contra, porque este Conselho, no meu entender, não é uma conferência de líderes, é um órgão que tem outras formações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate que temos tido esta tarde sobre as propostas da Comissão de Aprofundamento da Autonomia tem refletido aquilo que foi o espírito presente nos trabalhos da Comissão, têm sido um debate franco, aberto, no respeito mútuo pelas opiniões de cada um. Não quero que esta minha segunda intervenção seja entendida como uma espécie de interrupção desse espírito, é antes para esclarecer duas questões, uma vez que elas foram afloradas pelos Srs. Deputados António Lima e Carlos Furtado e, portanto, acho que se impõe esse esclarecimento, não tanto à câmara, mas sobretudo aos nossos eleitores que acompanham os nossos trabalhos parlamentares. E começaria pelo Artigo 5º pelo último reparo feito pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, que considera que não há necessidade que haja um representante de cada partido político com assento parlamentar nessa tal Comissão. Ora, o espírito de criação deste órgão consultivo é exatamente ser um órgão que congregue todas as forças políticas com assento parlamentar. E vamos de encontro ao reparo feito pelo Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda, sobre o financiamento ser feito pela Assembleia...

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso.

O Orador: ... em que o Bloco de Esquerda considera que não deve ser a Assembleia.

A razão da criação, no âmbito da Assembleia, desta Comissão é exatamente esta, não é um grupo do Governo, não fica à vontade discricionária do Governo e do financiamento direto de algum departamento do Governo, o funcionamento deste grupo.

É um grupo de aconselhamento dos órgãos de Governo próprio. Assembleia e Governo. Por isso é que na redação, se optou por centralizar esta Comissão no âmbito da Assembleia que é onde estão todos os partidos

políticos representados. E, portanto, os partidos fazem parte da Comissão e, fazendo parte e estando representados nela, não têm que estar à espera ou a pedir que a Comissão analise isto ou aquilo, porque acompanham diariamente os trabalhos que a reflexão que lá vai sendo feita. E, portanto, dum modo expedito, são estas as razões pelas quais existem deputados e pelas quais a Comissão é constituída no âmbito da Assembleia e não do departamento, para não ficar à vontade do Governo querer que o Conselho funcione ou não funcione, ou que funcione com estes ou não funcione com outros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

E, já agora, vou repensar o meu voto. É que isso de ficar a Assembleia a pagar não sei se a sua ideia.

(Risos de alguns Deputados das várias bancadas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu penso que é preciso compreender...eu vou utilizar a palavra, a generosidade autonómica desta medida - a criação deste Conselho. Nós ao tomar esta opção, o que é que colocamos de parte?

Colocamos de parte aquela teoria de que estes assuntos do relacionamento com o exterior e de estudar o conjunto de potencialidades que temos ao nosso dispor e depois então decidir o caminho estratégico que tomamos, nós o que é que colocamos de parte no âmbito do processo de decisão?

Colocamos de parte aquela ideia do arco de governação. E fora do arco de governação ficam algumas minorias parlamentares. Esta é a ideia que é afastada com esta iniciativa. Porquê?

Porque é um órgão que inclui todas as forças representadas neste Parlamento. Isto significa - perdoem-me a expressão - a criação quase de um conselho de estado. Nós não lhe podemos chamar isso, porque o Sr. Representante da República iria vetar de imediato enviar para o Tribunal Constitucional. Mas é evidente que isso significa que há responsabilidade institucional, isso significa que vão chegar a todos os partidos um conjunto de dados que aqui se prevê, de especialistas, dados que podem ser solicitados, pareceres que podem ser solicitados, de estudo de matérias complexas que podem ser solicitados e não vai chegar apenas ao Governo. Vai chegar ao conjunto dos decisores regionais, reconhecendo, assim - o quê? - a natureza parlamentar do sistema autonómico. É por isso que é uma postura que corresponde àquilo que nós queremos atingir que é as decisões autonómicas, as decisões estratégicas, vão ser tomadas com a participação num conjunto pluripartidário alargado de intervenientes, não desconfiando e não deixando fora do processo as minorias e desistindo da ideia do tal arco de governação, e tendo aqui a coragem de construir uma decisão autonómica sobre o nosso potencial, investigação e conjunto de dados que têm que ser analisados, tudo isso, a decisão é tomada pelo conjunto deste Parlamento.

Por isso, significa uma posição diferente tudo o resto, não encontram muitas decisões deste tipo noutros sistemas parlamentares, mas esta decisão e a forma como está configurado este Conselho, significa de facto que há aqui uma postura diferente, reconhece-se a natureza parlamentar do nosso sistema autonómico, reconhece-se que é preciso valorizar o conjunto de opiniões e criamos desta forma este órgão que é ou vai passar a ser o nosso Conselho de Estado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser sincero, tinha dúvidas sobre esta iniciativa, não tinha ainda uma decisão formada (agora já tenho), apesar de aquando da primeira intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, eu pensei, é desta, o Sr. Deputado precisa de descanso, porque não tinha percebido sequer do que é que estava a falar, até que descobri a notícia das ZLT – a zona livre tecnológica. Eu não estava a perceber absolutamente nada, porque não tinha conhecimento sequer dessa notícia. E é uma notícia grave e que fez com que eu se calhar mudasse o meu pensamento e desse o meu voto favorável a esta iniciativa, porque isto é extremamente grave. Parece uma areia de brincar, ou melhor, usar os Açores como uma areia de brincar para alguém utilizar-nos como um parque de brincadeira, com aviões não tripulados, helicópteros, anfíbios e algo mais que nós não sabemos, tudo o que tenha a palavra tecnológica, se calhar poderá ser tudo de investigação ou de artes de guerra – não sabemos, obviamente.

Peço imensa desculpa, Sr. Deputado, mas isto é muito vasto e quando não é claro e quando é muito abrangente, eu começo sempre a duvidar. Pelo menos é a minha experiência como pessoa, é a minha experiência como político, não sou muito novo, não sou muito velho, já tenho alguma experiência para saber que quando as pessoas não são claras e começam a abranger um vasto leque...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É desconfiado por natureza.

O Orador: ... eu estou a ver isto como uma área de brincar para quem quiser. E acho isso extremamente grave, porque parece que todo o poder decisivo, nomeadamente da Assembleia e do Governo... temos uma pessoa (duma escola do mar) que parece que decide e vai logo diretamente à República, esquecendo-

se completamente de tudo o resto. Isto é o que eu vejo, não gosto e aliás, estou bastante receoso com esta notícia. Mas há coisas que vêm por bem, neste caso é o sentido de voto do PAN relativamente a este Conselho de Estado, ou Conselho da Região Autónoma dos Açores que sem dúvida irá ajudar neste assunto e demais assuntos que possam existir, sejam geopolíticos, geoestratégicos, ou até mesmo consultivos, *think tank* ou *brainstorming* dos Açores. O que sem dúvida é, pesando na balança as ajudas de custo que podemos pagar e todo o poder decisivo que podemos ter nesse Conselho, sem dúvida, dizia, acho que é bem justo aquilo que poderemos ter como despesas - que será apenas de ajudas de custo, tendo em conta que estas decisões podem ser de relevo bastante grande para os Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 83/XII – “Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores”.

As Sras. E Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 83/XII foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Sras. e Srs. Deputados, só há uma proposta de alteração que é no Artigo 14º, os restantes artigos não têm qualquer proposta de alteração, pelo que pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

O Artigo 5º não?

Então vamos votar os quatro primeiros artigos do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a alínea c) do nº1 do Artigo 5º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea c) do Artigo 5º colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Coloco à votação as restantes alíneas do nº1, o nº2 e o nº3 do Artigo 5º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 5º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação os outros artigos em conjunto, à exceção do Artigo 14º?

Estão a votação os Artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelos Srs. Deputados da Mesa da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia ao Artigo 14º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 14º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 14º com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 83/XII foi aprovado, em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2

do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Encerrado este ponto, vamos avançar na nossa agenda para o ponto nº 22 relativo ao Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 84/XII** – “Regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”. É também uma iniciativa apresentada pelos Srs. Deputados que compõem a Mesa da CEAA.

Pergunto se há inscrições para o debate do Pedido de urgência? Não havendo, vamos votar este Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves faça favor?

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sendo regimental, e atendendo à nossa hora, regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite a todos.

Eram 19h50.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Vasco Pereira da Costa

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

A redatora: Ana Paula Lemos

() texto não revisto pelo orador.*